

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Fabiana Franco Cardoso

Destino do corpo morto:
cremação em São Paulo, século XX

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Fabiana Franco Cardoso

Destino do corpo morto:

cremação em São Paulo, século XX

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração: História Social, sob a orientação da Profa. Dra. Yvone Dias Avelino.

SÃO PAULO

2013

Banca Examinadora

Agradecimentos

Ao meu pai, Laudimir; aos meus irmãos, Juliana e André, por terem me acompanhado e me estimulado a concretizar esse estudo;

Às minhas cachorrinhas, Frida e Filó, pelos momentos de descontração apesar da correria e ansiedade;

Agradecimentos especiais, ao meu marido, Giorgio, pelo apoio desde a ideia até a finalização da dissertação, pelas visitas aos cemitérios e crematórios e pelas conversas durante esses meses todos;

À minha avó, Lourdes, que pelas lembranças sempre conversou comigo;

Ao meu avô, Júlio, por ter me despertado o gosto pela leitura e pela pesquisa;

Aos meus amigos, por terem compreendido os motivos de minha ausência em diversos momentos;

Aos meus colegas do curso da PUC, que leram ou ouviram apresentações sobre esse trabalho e sinalizaram pontos a melhorar, especialmente ao professor Paulo, pelo auxílio e muitas sugestões;

À minha orientadora, Professora Yvone Dias Avelino, pelos encontros, pela paciência e atenção durante todo o percurso desse trabalho;

Aos professores da banca, Professor Edgar da Silva Gomes e Professor Luis Soares de Camargo, pela leitura, pelos apontamentos e acompanhamento do Exame de Qualificação à Defesa,

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, do Arquivo do Município de São Paulo, da biblioteca do Centro Cultural São Paulo, da biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e da biblioteca da PUC - Perdizes, por terem me recebido e auxiliado no encontro de diversos textos;

Ao Serviço Funerário do Município de São Paulo, pelos dados disponibilizados;

À PUC, pelo curso de Pós- Graduação, pelos seminários e palestras oferecidos;

À Betinha, secretária do Departamento de História da PUC;

À CAPES, pela concessão de bolsa parcial durante os dois anos de trabalho;

E, à minha mãe querida, Regina Amélia, que com sua saúde tão frágil sempre me fez refletir sobre a proximidade da morte.

Resumo

Em agosto de 1974, ocorreu a inauguração do Crematório Jayme Augusto Lopes, popularmente conhecido como Crematório de Vila Alpina. Dessa maneira, a cidade de São Paulo começou a oferecer dois destinos para o corpo morto: o sepultamento e a cremação.

Para acompanhar a origem da cremação em nosso município foi necessário além de consultar a imprensa, ler Atas da Câmara Municipal, projetos de lei e um texto da Ação Civil Pública sobre desaparecidos políticos encontrados na vala do Cemitério de Perus. Esse estudo focado no período compreendido entre os anos de 1967 e 1974, revelou a posição de eclesiásticos brasileiros e de autoridades políticas sobre a prática crematória, a contribuição de medidas do governo militar para a instalação dos primeiros fornos na capital, o papel da imprensa na divulgação de planos governamentais, as negociações entre Igreja, médicos e políticos para definição de condições adequadas à população paulistana, além de promover reflexão sobre a constante transformação da cidade de São Paulo em busca de modernidade.

PALAVRAS - CHAVE: cremação, corpo morto, cemitério de Perus, crematório de Vila Alpina

Abstract

In August 1974, there was the inauguration of the Crematorium Jayme Augusto Lopes, popularly known as Crematorium Alpine Village. Thus, the city of São Paulo began offering two destinations for the dead body: burial and cremation.

To track the origin of cremation in our city was required in addition to consulting the press, read the Minutes of the City Council, bills and a text of the Public Civil Action on missing politicians found in the ditch in Cemetery Perus. This study focused on the period between the years 1967 and 1974, revealed the position of Brazilian ecclesiastical and political authorities on the practice crematory, measures the contribution of the military to the installation of the first crematorium in the capital, the role of the press in disclosure of government plans, negotiations between the Church, doctors and politicians to define adequate conditions for the population of the city, and promote reflection on the constant transformation of the city of São Paulo in search of modernity.

KEYWORDS: cremation, dead body, Cemetery Perus, Crematorium Alpine Village

Lista de figuras

Figura 1. Texto referente ao Projeto de lei N° 718 de autoria do deputado Antonio Sampaio. Fonte: Pasta do projeto de lei N°718, fornecida em arquivo digital pela biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo, p.2.

Figura 2. Diário Oficial documentando a 358ª Sessão Ordinária, realizada em 03 de março de 1967. Projeto de lei N° 11- 67, até o artigo 3°. Fonte: Diário Oficial, 07/03/1967, p.55.

Figura 3. Diário Oficial documentando a 358ª Sessão Ordinária, realizada em 03 de março de 1967. Projeto de lei N° 11-67, do artigo 4° ao 8°. Fonte: Diário Oficial, 07/03/1967, p.55.

Figura 4. Lei N°7017, publicado em 20/04/1967.
Fonte: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L7017.pdf>

Figura 5. Capa do jornal *O Estado de S. Paulo*, 09/06/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 6. Propaganda do jornal *O Estado de S. Paulo*, 09/06/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 7. Página 8 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 05/05/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 8. Propaganda do Cemitério do Morumbi no jornal *O Estado de S. Paulo*, 05/05/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 9. Destaque da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumbi, veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*, 05/05/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 10. Página 33 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 19/05/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 11. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 19/05/1968.
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 12. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 19/05/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 12. Página 31 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 14. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968.
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 15. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 16. Página 41 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 11/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 17. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 11/08/1968.
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 18. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 11/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 19. Página 43 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 20. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1968.
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 21. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 22. Página 47 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 01/12/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 23. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 01/12/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 24. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 01/12/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 25. Página 24 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 30/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 26. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 30/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 27. Página 24 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 28. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 29. Página 22 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 27/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 30. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 27/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 31. Página 38 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 17/04/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 32. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 17/04/1969.
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 33. Página 14 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/05/1969. Fonte:
<http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 34. Comunicado do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/05/1969.
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 35. Página 10 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968. Fonte:
<http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 36. Propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968.
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 37. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 38. Página 33 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/08/1968. Fonte:
<http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 39. Propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/08/1968.
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 40. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 41. Página 6 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1968. Fonte:
<http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 42. Propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1968.
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 43. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 44. Página 37 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 20/04/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 45. Propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 20/04/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 46. Página 19 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 20/05/1971. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 47. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 20/05/1971. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 48. Página 14 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 10/08/1971. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Figura 49. Propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 10/08/1971. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Lista de Tabelas

Tabela 1. População do município de São Paulo (1940 -1980). Fonte: *Recenseamento do Brazil* 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1972-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: IBGE, Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no *Anuário Estatístico do Brasil* 1994, vol54, 1994

Tabela 2. População urbana do município (1970 -1991). Unidade: pessoas. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro, IBGE, 2007 no *Anuário Estatístico do Brasil*, 1993, vol53, 1993.

Tabela 3. Prefeitos do município de São Paulo durante o período compreendido nesse presente estudo. Fonte: http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574

Tabela 4. Número de cremações executadas no crematório de Vila Alpina de 1974 a 1980. Fonte: Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Lista de Siglas

AI-5 - Ato Institucional número 5

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

DP - Delegacia de Polícia

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

ICAR - Igreja Católica Apostólica Romana

IML - Instituto Médico Legal

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

PDC - Partido Democrata Cristão

PDS - Partido Social Democrático

PL - Partido Libertador

PL (acompanhado de um número) - Projeto de Lei

PR - Partido Republicano

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PST - Partido Social Trabalhista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

SFMSM - Serviço Funerário do Município de São Paulo

USP - Universidade de São Paulo

Sumário

Agradecimentos	4
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Lista de figuras.....	7
Lista de tabelas.....	12
Lista de siglas.....	13
Considerações iniciais	16

Parte I

A origem da cremação em São Paulo

Capítulo 1. A legislação sobre a prática da cremação.....	32
1.1. O Projeto de lei de 1957.....	33
1.2. O Projeto de lei de 1967.....	52
Capítulo 2. A imprensa e a cobertura do início da cremação em São Paulo.....	64
Capítulo 3. Ciência, Religião e o destino do corpo morto	77

Parte II

A sociedade e a implantação da cremação

Capítulo 1. Reformas e inovações no mercado da morte.....	87
1.1. Cremação.....	97
Capítulo 2. A apresentação dos novos cemitérios e da cremação ao público-leitor...110	
Capítulo 3. Os mortos como vítimas.....	161
3.1. Abandono e crimes nos cemitérios de São Paulo.....	162
3.2. Estudo de caso: o Amparo Maternal.....	172

Capítulo 4. A Ação Civil Pública.....	180
Considerações finais.....	191
Fontes e Bibliografia	195
1. Fontes.....	195
2. Bibliografia	195

Considerações Iniciais

O presente estudo teve inicialmente o objetivo de levantar hipóteses explicativas sobre o significado do sepultamento e da cremação em São Paulo, ao longo do século XX. A proposta era analisar a “convivência” entre a cremação e o sepultamento, desde a implantação do primeiro crematório brasileiro (1974) até seu aniversário de trinta anos (2004), buscando os valores investidos pela sociedade paulistana em cada um desses destinos do corpo morto. Ao longo da pesquisa, pretendia-se também revelar elementos que pudessem explicar o motivo do aumento da procura pela cremação, informação anunciada pela imprensa de grande circulação.

As principais fontes eram as notícias - do jornal *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* - e números disponibilizados pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo indicadores da procura pelo serviço de cremação na cidade.

Ocorreram, no entanto, modificações no objetivo do estudo a partir da leitura atenta dos jornais. A dificuldade de a imprensa indicar onde seriam instalados os primeiros fornos; a presença de poucas linhas irônicas ou críticas sobre o tema cremação e a necessidade de um longo período para os jornais anunciarem a implantação de um segundo crematório na capital, ou nas proximidades dela, alteraram o projeto inicial por evidenciar o papel da imprensa na adoção da nova prática. Assim, passamos a conduzir nossa atenção à cobertura jornalística do assunto cremação, à produção de notícias sobre a chegada dos primeiros fornos, sobre a construção do primeiro crematório no país e à forma como os textos mencionavam os envolvimento da sociedade, das autoridades políticas, dos médicos e dos religiosos no processo de implantação da prática da cremação na cidade.

Dessa forma, o propósito da pesquisa ficou finalmente determinado: investigar os contextos cultural, social e político, e o imbricamento dos mesmos, durante o processo de implantação dos primeiros fornos crematórios na cidade para averiguar como ocorreu a adoção dessa prática funerária. O foco passou a ser analisar os atores envolvidos na ideia de implantar a cremação em São Paulo, as discussões que alimentaram, o que a sociedade leu sobre o assunto e como foi registrada a sua reação perante tal fato.

Ao checar o que os jornais (a grande imprensa¹) traziam sobre a cremação antes da abertura oficial do crematório, redefinimos o período a estudar: 1967 a 1974, sendo 1967 o ano da promulgação da Lei N° 7017 que instituiu a cremação em São Paulo e 1974, o ano do início de funcionamento do primeiro crematório do município, o crematório Dr. Jayme Augusto Lopes.² Embora o período tenha sido estabelecido, não foi tomado de forma inflexível, pois retrocessos e avanços foram necessários a fim de acompanhar o registro da liberação da cremação pelo Vaticano e dos projetos de lei que colocaram a cremação em discussão na sociedade paulistana.

Para auxiliar o desenvolvimento da pesquisa, houve a incorporação de novas fontes:

- da legislação, que mostrou as propostas e justificativas apresentadas pelos vereadores para a adoção da cremação em nosso município;

- das Atas das Sessões na Câmara Municipal, que apontaram discordâncias sobre a normatização da prática crematória entre os vereadores;

- de edições do jornal católico *O São Paulo*, para acompanhar a posição da Igreja perante a prática crematória, especialmente nos anos de 1963 e 1964, momento do anúncio da liberação da cremação pelo Vaticano;

- e da Ação Civil Pública sobre os corpos dos desaparecidos políticos encontrados na vala de Perus, que apontou interesses do governo militar na implantação da prática citada.

A leitura dessas fontes evidenciou não só o modo como a morte, os cemitérios e o processo de cremação foram abordados, mas também as intenções das autoridades nos textos legislativos e da própria imprensa nos textos jornalísticos. Apoiamo-nos na Análise de Discurso de linha francesa para estudarmos a parte textual das diversas fontes jornalísticas e também para dedicarmos atenção a parte textual e à parte imagética dos textos publicitários divulgados nos jornais.

¹ Consideramos o conceito “grande imprensa” elaborado por Maria Aparecida de Aquino, no qual essa é definida por apresentar dimensão empresarial que implica na dependência de altos financiamentos publicitários para sua sobrevivência.

² Jayme Augusto Lopes era o Superintendente do SFMSP na época da construção do crematório e foi homenageado após seu falecimento em 1983.

A Análise do Discurso contribuiu na interpretação dos textos, pois ao questionar as vozes presentes nos mesmos indicou como a imprensa trabalhou com diferentes considerações sobre a morte, os corpos mortos, os fornos e diferentes pretensões de interferir na realidade. O discurso como prática, em nosso trabalho, propiciou a percepção de escolhas de vocábulos, aspectos semânticos, coesão, emprego de regras gramaticais, de adjetivos e registro de falas como elementos organizadores de poder.

Ou seja, através das condições de produção e da linguagem verbal empregada pudemos enxergar acordos, consentimentos, compartilhamento de idéias, desaprovações, lutas por determinados valores entre os diversos segmentos e atores sociais, além da influência da imprensa que decidia o que divulgar e como. Desse modo, nosso estudo apresentou-se no entrelaçamento dos âmbitos cultural, social, político e econômico trazendo uma reflexão sobre a estrutura, o contexto, seguindo trabalhos que trilham os caminhos da Nova História.³

A pesquisa levou em consideração o jornal em sua totalidade, assim, não lemos e pinçamos apenas os textos que falavam sobre morte e cremação. Fizemos leituras de edições inteiras ou, pelo menos, de mais de um caderno. Não esquecemos que os textos traziam frequentemente as vozes dos poderosos: políticos, pessoas do governo, empresários, especialistas de diversas áreas. Também não deixamos de lado a observação do jornal ser um produto voltado para produzir lucro e assim, precisar atender a interesses de protetores e patrocinadores. Enfim, procuramos analisá-lo como fonte histórica.

Qualquer que seja nosso caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. É imperativo, portanto, transformá-los em fonte. Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são relativas à como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são

³ O trabalho mostra-se relacionado aos estudos da Nova História por considerar o fim de pessoas comuns, privilegiar a história do corpo, o cotidiano, evidenciar a relação da História com outros campos do conhecimento (como a área da Biologia, da Antropologia, das Ciências da Religião e Psicologia) e por ter base em pesquisa de fontes variadas.

identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição?⁴

Para conduzir a pesquisa, procuramos conhecer um pouco mais cada jornal. *O Estado de S. Paulo*⁵ nasceu com o nome *A província* em janeiro de 1875, seus fundadores queriam fazer um diário para combater a monarquia e a escravidão. Após a Proclamação da República passou a chamar-se *O Estado de S. Paulo*. Em 1909, Júlio de Mesquita, o único proprietário do jornal desde 1902, foi um dos articuladores da candidatura de Rui Barbosa a Presidência da República em oposição ao militar marechal Hermes da Fonseca. Em 1919, o jornal apoiou novamente Rui Barbosa a Presidência da República.

Durante o Estado Novo, o jornal se opôs a Getúlio Vargas, conseguiu manter-se independente e não vendeu páginas para a propaganda getulista. Em 1940, o jornal foi confiscado e colocado a serviço da propaganda governamental. Durante a década de 50, ampliou suas edições com o lançamento do Suplemento Feminino e do Suplemento Literário. Quanto ao período da ditadura militar, o próprio portal do grupo nos informou que *O Estado de S. Paulo* apoiou o movimento que depôs o presidente João Goulart. Defendeu uma intervenção militar transitória. Porém, quando ficou claro que a intenção do governo era a de perpetuação dos militares no poder, o jornal passou a fazer oposição. Há indicações de períodos em que foi instalada a censura dentro da redação.

Para traçarmos breve percurso do grupo *Folha*, encontramos apoio na dissertação de Elaine Muniz Pires.⁶ Segundo a autora, o grupo *Folha* teve sua origem em 1921, com o lançamento da *Folha da Noite* por jornalistas que trabalharam em *O Estado de S. Paulo*, mas queriam atingir outro público oferecendo um jornal mais informativo do que opinativo. Em 1925, houve o lançamento da *Folha da Manhã*, com linguagem semelhante ao jornal *O Estado de S. Paulo*, com o qual concorria. Em 1949, ocorreu o lançamento da *Folha da Tarde*. Todas foram unidas em 1960 e começaram, a partir desse momento, a ser publicadas sob o título *Folha de S. Paulo*. Em 1962, assumiram o

⁴ CRUZ, H. F. e PEIXOTO, M. R. C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. In: Projeto História, São Paulo, n.35. p.253-270, dez. 2007.

⁵ Informações obtidas no portal do Grupo Estado.

⁶ PIRES, E.M. *Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do grupo Folha (1978-2004)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 2008.

controle do jornal os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Durante os anos 60, houve reorganização do empreendimento e tomada de medidas que promoveram modernização tecnológica tais como adoção do sistema de impressão *offset* em cores, em 1967, e do sistema eletrônico de fotocomposição, em 1971.

Ambos os jornais informaram o público leitor sobre a implantação de fornos no município sem emitir julgamento, crítica e análise da situação brasileira. Textos que expressavam ideia e intenção das autoridades, como os projetos de lei e suas justificativas, mostraram sintonia com os textos dos jornais estudados, o que indicou não só o alinhamento desses dois jornais com o governo ditatorial como também a existência de controle e fiscalização da circulação de informações.

Os trabalhos lidos para essa pesquisa reforçaram que houve, em diferentes momentos da história do país, interesse da grande imprensa em estar posicionada e defendendo os mesmo valores que os governos. Especificamente sobre a década de 60, Elaine Muniz Pires apresentou dissertação que abordou o entrosamento entre os jornais e as autoridades políticas.

Em relação à atuação da imprensa nos antecedentes de 1964, identificamos sua participação como um dos sustentáculos na conspiração do golpe e para a manutenção do regime militar. A maioria dos veículos de comunicação emitia editoriais e reportagens apontando o “perigo vermelho” no país, além de participar de encontros para promoção do movimento.⁷

Não encontramos necessidade de aprofundar o debate sobre posicionamentos e argumentações do que foi o golpe, como atuaram os militares e com que apoio. Não discutimos como se deu a censura e tão pouco como foi registrada, pelos jornais, a atuação de diversos grupos no período. Buscamos fontes para confrontar as informações divulgadas e iluminar breves textos opinativos que mostraram desconfiança ou insegurança em relação aos planos de instalação de fornos crematórios no município e no país, sem esquecer o contexto político do período.

⁷ PIRES, E.M. *Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do grupo Folha (1978-2004)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 2008, p.22

Sendo assim, procuramos vozes destoantes daquelas encontradas nos documentos do governo e reforçadas nos textos informativos dos jornais. A leitura do texto da Ação Civil Pública e das discussões sobre os projetos de lei apresentados na Câmara Municipal de São Paulo evidenciaram elementos e segmentos sociais que não aprovavam a implantação do crematório na cidade ou o faziam com parcialidade.

A Ação Civil Pública foi apresentada à 4ª vara do município, em 26 de novembro de 2009, pelos procuradores Eugênia Augusta Gonzaga Fávero e Marlon Alberto Weichert. O objetivo era responsabilizar autoridades e pessoas jurídicas que estiveram envolvidas com a ocultação de cadáveres no período da ditadura, especialmente nos anos de 1967 a 1974. Baseada nos resultados da CPI dos desaparecidos políticos acabou por desvendar e divulgar o motivo da abertura de cemitérios como o de Perus e de Vila Nova Cachoeirinha, assim como apontou interesse na implantação da cremação para executar o desaparecimento de corpos de militantes.

O acompanhamento das discussões ocorridas na Câmara Municipal de São Paulo também indicou que os fornos não eram aprovados com unanimidade entre os vereadores de São Paulo. Alguns, como Padre Orlando Garcia, mostraram oposição desde a propositura do projeto N° 718 de 1957. Esses “opositores” propuseram emendas durante a apreciação do projeto que foi aprovado por decurso de prazo e resultou em lei promulgada (PL N°11-67 de 03/1967). As discussões inclusive levantaram dúvidas quanto à necessidade real dos fornos para resolver o problema da saturação dos cemitérios paulistanos.⁸

Alguns estudos contribuíram com nossa pesquisa ao tratarem do tema morte e de alterações de práticas funerárias. Por exemplo, trabalhos que abordaram a implantação de cemitérios extramuros em diversas cidades brasileiras como *Descanse em paz: testamentos e cemitérios extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*, de Ana Paula Flores; *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó*,

⁸ Além dos dois projetos indicados lemos: PL 2887 de 1965, cuja proposta tratava da autorização para os Estados, Territórios e Prefeituras municipais construírem fornos para cremação de cadáveres; PL 978 de 1968, que autorizava a cremação de cadáveres, a incineração de restos mortais e dava outras providências; PL 356 de 2006, dispunha sobre a autorização para acompanhamento de processo de cremação no âmbito da cidade de São Paulo e dava outras providências; Lei N° 15452 de 2011, instituiu o Programa de esclarecimentos e incentivo à cremação.

séculos XIX e XX, de Alcinéia Rodrigues dos Santos; *Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público – transformações fúnebres em São Paulo (1850 -1860)*, de Amanda Aparecida Pagoto; *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do séc. XIX – 1850/1991*, de Érika Amorim da Silva e o trabalho que despertou nosso interesse para o tema morte, *Sepultamentos na cidade de São Paulo: 1800/1858*, de Luís Soares de Camargo.

Outros contribuíram ao mostrarem a relação entre morte, memória e arte nos cemitérios. Por exemplo, *A morte como memória*, de Mirtes Timpanaro e *Túmulos celebrativos de Porto Alegre*, de Thiago Nicolau de Araújo.

Recentemente surgiram estudos sobre a poluição do solo em necrópoles. Desse grupo lemos: *Avaliação do potencial de poluição no solo e nas águas subterrâneas decorrente da atividade cemiterial*, de Ana Paula Silva Campos.

Como as leituras e o confronto das fontes evidenciaram que o destino do corpo morto sempre esteve intimamente relacionado à ideia de pós-morte, conferimos aos estudos que abordam morte e religiosidade destaque em nosso trabalho. Lemos dentro dessa perspectiva os trabalhos: *Vida após a morte*, de Darly Gomes Filho e *Caminhos de inculturação do ritual de exéquias no contexto atual da morte*, de Padre Luiz Cláudio Vieira.

Devido ao papel atribuído a Igreja Católica de opositora à cremação e ao entendimento de que a cremação encontrou situação favorável a sua adoção graças ao crescimento do número de pessoas sem religião, lemos trabalhos que nos elucidaram sobre a relação entre Igreja e Estado em nosso país. Dessa forma, estudos que ofereceram informações e reflexões sobre o processo de secularização no Brasil, e em São Paulo, e que nos mostraram como a Igreja estabeleceu redes de acordos para manter o domínio moral na sociedade fizeram parte de nossas leituras. Dentre eles citamos *O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889 – 1930)* de Edgar Gomes da Silva.

Não podemos deixar de registrar a importância do único estudo localizado por nós relativo ao assunto cremação: a dissertação de Ingrid Schwyzer, intitulada *Cremação e Cemitério Higiênico: o olhar dos formandos de Medicina sobre os cadáveres (1882-1906)*. Nesse trabalho, a autora analisou teses acadêmicas que explicitaram o olhar

médico sobre o cadáver e a proposta da melhor forma de ocultá-lo. As teses que serviram de fonte à autora foram: *Vantagens e inconvenientes da cremação dos cadáveres* de Homero M. Campista, 1882, da Faculdade do Rio de Janeiro; *Vantagens e inconvenientes da cremação dos cadáveres* de Carlos A. O. Duarte, 1882, da Faculdade do Rio de Janeiro; *Vantagens e inconvenientes da cremação dos cadáveres* de Henrique L. de Souza, 1882, da Faculdade do Rio de Janeiro; *Da cremação dos cadáveres* de Carlos Loudares, 1883, da Faculdade do Rio de Janeiro; *Da cremação dos cadáveres* de Manoel A. Vianna, 1884, da Faculdade do Rio de Janeiro; *Da nocuidade da putrefação dos cadáveres sepultos e dos meios de que dispõe a Higiene para atenuá-la na construção e manutenção das necrópoles* de Arthur Albuquerque, 1904, da Faculdade de Medicina da Bahia; *Ligeiras considerações sobre o destino dos cadáveres perante a higiene e a Medicina Legal* de Janvario Cicco, 1906, da Faculdade de Medicina da Bahia.

Com as leituras e o confronto das fontes, os conceitos fundamentais à pesquisa foram definidos - morte, corpo, cultura, espaço.

Para encontrarmos apoio em nossa discussão sobre o conceito de morte, lemos atentiosamente Edgar Morin, Norbert Elias e Philippe Ariès.

Edgar Morin, em *O homem e a morte*, apontou que a perturbação da morte vem em consequência dos seguintes motivos: decomposição do cadáver, dor dos funerais, esforço para superar o luto e perda da individualidade. Sua análise se inicia desde o homem de Neanderthal.

Norbert Elias⁹ nos ajudou nessa reflexão ao dizer que é o conhecimento da morte que cria problemas, não é propriamente a morte o que causa transtorno. E esse conhecimento é aprendido por todos os humanos, em todas as sociedades, mesmo naquelas de nível científico avançado.

Esses autores discutiram o quanto o homem é diferente dos demais animais por ter consciência da própria morte, trazem à tona o significado da domesticação da morte e quais fatores intensificaram ou atenuaram o medo do homem em relação ao seu fim, da Antiguidade até o século XX.

⁹ ELIAS, N. *Solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 1ª edição

Para o estudo do corpo, lemos Peter Burke, Jacques Le Goff, Michel Foucault, Denise Bernuzzi e David Le Breton.¹⁰

Peter Burke, por exemplo, explicou-nos que a história do corpo se desenvolveu a partir da história da medicina, mas acabou por expandir-se a várias áreas. Desenvolvemos a partir de suas palavras a problemática da submissão do corpo (vivo e morto) ao poder da Medicina e ao poder do Estado.

O crescimento do interesse sobre o corpo apareceu junto com a busca acentuada pelos direitos do corpo e pelos prazeres físicos presente nos movimentos hippie e feminista, entre outros. Ele se tornou sujeito da história. Os estudos de Michel Foucault serviram de inspiração para pesquisas nessa área, assim como os de Jacques Le Goff e a sua inovadora história do gesto.

O conceito de corpo admitido neste trabalho toma-o como lócus de sensibilidade e expressão. Dialogamos com Denise Bernuzzi, que, por exemplo, ofereceu-nos textos que não esqueceram a exploração comercial atual do corpo e a desertificação da vida. Essa estudiosa defendeu a importância de “religar o corpo às suas potências e às suas virtualidades”. Assim como Foucault e Morin, Denise considerou em seus textos a visão do corpo como unidade que se auto-organiza ao estabelecer relações consigo e com os outros, como unidade que está ligada ao mundo subjetivo, ao passado e ao futuro.

Por isso a estudiosa afirmou:

Talvez o mais difícil seja criar elos entre cada corpo e o coletivo e, ainda, entre o corpo, seu passado e seu devir. Elos capazes de perturbar a confortável indiferença que os separa, fomentando coletivos destituídos do espírito de rebanho.¹¹

Dessa forma, neste trabalho questionamos o conceito de corpo de outra corrente, em evidência atualmente, a que concebe o corpo dentro do paradigma mecanicista e chega a

¹⁰ BURKE, P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; LE GOFF, J. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009; SANT’ANNA, D. B. *Corpos de passagem: ensaio sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001; LE BRETON, D. “Adeus ao Corpo” In: NOVAES, A. (org.). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹¹ SANT’ANNA, D. B. *Corpos de passagem: ensaio sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.11.

alcançar o extremo dentro da linha racional positivista. Esta aponta o corpo como uma máquina que pode e deve ser dominada, manipulada e conduzida à perfeição. Alguns estudiosos que concordam com essa linha de pensamento estão no livro *O Homem-Máquina* organizado por Adauto Novaes¹², um dos livros citados na nossa bibliografia.

As palavras de David Le Breton nos auxiliaram a pensar sobre o simbolismo do corpo morto, pois este autor analisou a relação que a sociedade contemporânea nutre por seu corpo, o desejo de suprir a fragilidade e a efemeridade do corpo enquanto carne e de possuir um corpo artificial perfeito, um veículo, uma estrutura, algo isolado do biológico. Esse antropólogo prestou atenção às atitudes de correção do corpo baseadas na medicalização da vida e nos avanços tecnológicos. Também considerou o corpo sem carne, o corpo das experiências virtuais. Em outras palavras, David Le Breton trabalhou com uma noção de corpo isolada da biológica; abordou uma existência afastada do ciclo da vida e da anatomia herdada. Refletimos, então, quanto essa compreensão de corpo pode se associar a um destino mais prático, higiênico, rápido e menos ostentoso para o corpo morto.

Para nos aprofundarmos no conceito de cultura, consideramos a leitura de Nestor Canclini.¹³ Sua grande contribuição nesse estudo foi apresentar a relação entre expansão urbana e hibridação cultural dada as características heterogêneas da sociedade e a interação com redes nacionais e internacionais de comunicação.

Finalmente, a importância do espaço nesse trabalho sobre cremação fundamentou-se no imbricamento entre espaço, modernidade e urbanização e nas palavras Milton Santos.¹⁴ Esse estudioso nos trouxe o espaço como processo e produto das relações sociais, ou seja, atribuiu ao espaço característica de fluxo, revelando-o mutável. Foi extremamente pertinente para nós que estudamos uma modificação não só nas práticas fúnebres como também na paisagem urbana com a implantação de algo novo – o crematório – na cidade.

¹² NOVAES, A. “A Ciência no Corpo” In: NOVAES, A. (org.). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹³ CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006. _____ . *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

¹⁴ SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada – O caso de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2010. _____ . *A urbanização desigual*. São Paulo: EDUSP, 2010.

Também apoiados em suas palavras, pudemos analisar a cidade e os locais de destino final dos corpos como formas em transformação, reconhecendo que, ao longo do tempo, adquiriram novos conteúdos (significados) e novas funções. Houve o tempo dos cemitérios com túmulos e capelas suntuosas destinadas à manutenção da memória de uma família, posteriormente de um indivíduo. Nesses cemitérios, a visita da população ocorria para chorar os seus mortos e a ostentação dos jazigos para garantir a expressão do status social. Então, presenciamos a chegada dos cemitérios tipo americano, com jardins e simples lápides. A população não desejava confirmar o seu poder através das formas e materiais empregados nas sepulturas. Procurava-se certa igualdade entre os mortos e os vivos que frequentavam o local. E a visita não se limitava a preservação da memória do morto, mas também a oportunidade de fruir da Natureza. Assistimos a implantação do cemitério vertical, não no nosso município, mas próximo. Outros significados e novas funções puderam ser observados. Da mesma forma, ocorreu com o crematório, alterando a cidade e oferecendo oportunidade de estabelecimento de nova função a um local de despedida do corpo morto.

A história das cidades e o desenvolvimento delas fizeram parte de nosso trabalho, pois a cremação foi vista pelo viés de prática social. Sua existência indicou uma compreensão social da morte e a implantação de um crematório, em 1974, assim como a expansão desse tipo de negócio, só se concretizou com um contexto favorável no qual certamente o ideal de cidade moderna, higiênica e prática estiveram presentes.

Além dos conceitos, para seguir a leitura da dissertação acreditamos ser necessária a demonstração de alguns números, isso porque a cremação sempre esteve justificada devido ao crescimento da cidade, lotação dos cemitérios e necessidade de modernizar a capital. Trazemos abaixo tabelas que podem nos auxiliar a pensar sobre o crescimento de São Paulo desde a década de 50. As estatísticas do IBGE podem confirmar o crescimento da população no município de São Paulo e a intensificação da urbanização no sudeste do país.

Tabela 1. População do município de São Paulo (1940-1980)

Período	População do Município de São Paulo
1940	1.326.261
1950	2.198.096
1960	3.825.351
1970	5.978.977
1980	8.587.665

Fonte: *Recenseamento do Brasil 1872-1920*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1972-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: IBGE, Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no *Anuário Estatístico do Brasil 1994*, vol54, 1994.

Tabela 2. População urbana do município (1970- 1991). Unidade: pessoas

Período	População Urbana
1970	5.872.318
1980	8.337.092
1991	9.412.894

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro, IBGE, 2007 no *Anuário Estatístico do Brasil*, 1993, vol53, 1993.

A partir da década de 50, o município iniciou um período de desenvolvimento econômico e urbano sustentado pelo programa nacional de modernização – Plano de Metas. De centro urbano transformou-se em supercidade, ou metrópole, dado que expandiu por um grande território e passou a apresentar grande concentração de atividades. No entanto, a área urbanizada não cresceu de forma planejada. Dessa forma, a constituição do município caracterizou-se pela ocupação descontinuada de território, assinalando distorções sociais. Esse processo foi intensificado nos anos 60, quando São Paulo se firmou como pólo atrativo de imigrantes. Aliás, a urbanização do país, nos anos 60, foi impulsionada pelo êxodo rural.¹⁵ Podemos observar reflexos desse processo de urbanização, sem uniformidade, em São Paulo, considerando a estrutura do centro da cidade e da periferia, ou a concentração de grandes moradias em determinados bairros e de favelas em outros.¹⁶

Antes de indicar a organização dos capítulos da dissertação, trazemos uma tabela com o nome dos prefeitos que estiveram no poder no município de São Paulo, durante o

¹⁵ CUNHA, J. M. P. *Redistribuição espacial da população - tendências e trajetória*. In: São Paulo em Perspectiva, 17(3-4): 218-233 2003.

¹⁶ BELLE, Marie-Charlotte. *Processos de megapolização – São Paulo e Mumbai*, In: Estudos Avançados 23 (66), 2009.

período estudado nesse trabalho Essa tabela evidencia que vários governos estiveram envolvidos na discussão em torno da problemática dos fornos crematórios.

Tabela 3. Prefeitos do Município de São Paulo durante o período compreendido nesse presente estudo

Nome	Mandato	Observação
Francisco Prestes Maia	08/04/1961 - 07/04/1965	Eleito
Jose Vicente Faria Lima	08/04/1965 - 07/04/1969	Eleito
Paulo Salim Maluf	08/04/1969 - 07/04/1971	Nomeado pelo governo estadual
José Carlos de Figueiredo Ferraz	08/04/1971 - 21/08/1973	Nomeado pelo governo estadual
João Brasil Vita	22/08/1973 a 27/08/1973	interinamente
Miguel Colasuono	28/08/1973-16/08/1975	Nomeado pelo governo estadual

Fonte: http://ww1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574

Finalmente, convidamos o leitor a nos acompanhar nesta reflexão apresentando a estrutura desse trabalho.

A dissertação apresenta duas partes. A primeira, “A origem da cremação em São Paulo”, possui três capítulos. Iniciamos com “A legislação sobre a prática da cremação” no qual são abordados os dois projetos de lei que colocaram em discussão a implantação dos fornos crematórios em São Paulo. Mostramos que um ponto que alimentou desaprovação por parte de alguns vereadores e tornou as sessões mais alvoroçadas foi o respaldo legal dado a prefeitura para autorizar a cremação de corpos de indigentes. Posteriormente, temos o capítulo “A imprensa e a cobertura do início da cremação em São Paulo”, no qual destacamos a presença maciça de textos informativos que propagandearam a prática crematória e a divulgação discreta de textos opinativos que

levantaram desconfiança ou dúvidas sobre a necessidade e eficiência dos fornos para São Paulo. Por fim, nesta parte, temos o capítulo “Ciência, Religião e o destino do corpo morto”, no qual estudamos a situação da Igreja durante anos 60 e 70, averiguando a repercussão do anúncio da liberação da cremação pelo Vaticano e novas ponderações sobre a vitalidade do corpo humano motivadas pelo avanço técnico científico.

A parte II, “A sociedade e a implantação da cremação”, apresenta quatro capítulos. O primeiro, “Reformas e inovações no mercado da morte”, traz observações sobre novos produtos do setor funerário (cemitério jardim, caixão de plástico, cemitério vertical e cremação), destacando a intenção de agradar aos vivos na oferta dos mesmos.

O capítulo seguinte, “A apresentação dos novos cemitérios e da cremação ao público-leitor” traz uma comparação entre o cemitério-parque que chegava a cidade concomitantemente aos fornos crematórios destacando que a publicidade dos primeiros foi extremamente sedutora e convincente enquanto a propaganda da cremação, presente em meio às notícias, apontou imprecisões e não conseguiu promover identificação imediata entre a classe média (os leitores dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) e a nova prática fúnebre.

No capítulo “Os mortos como vítima: abandono e crimes”, refletimos sobre a questão do respeito ao corpo morto e sobre a manutenção da memória dos falecidos em um momento em que a prefeitura executava reformas nas necrópoles, sem avisar a população; cassava sepulturas; alterava as disposições das ruas dentro dos cemitérios; substituía árvores, mexendo nos jardins dos cemitérios e não cuidava da segurança dos jazigos. Também estudamos quanto esse respeito ao morto estava relacionado ao local do enterramento e assim questionamos a permanência da desvalorização social dos vivos nos mortos.

Um caso recebeu destaque nesse capítulo. Um episódio ocorrido no Amparo Maternal, abordado em uma série de notícias, evidenciou o embate entre Igreja, médicos e poder público no cuidado-descaso com bebês que não sobreviveram e natimortos de mães marginalizadas. A responsabilidade pelo acompanhamento das grávidas, o parto e o destino dos corpos das “crianças” causou polêmica e a cremação foi recomendada como solução.

O último capítulo da dissertação, “A Ação Civil Pública”, coloca em xeque as notícias, artigos de opinião, crônicas e cartas publicadas nos jornais e procura esclarecer o quanto as atitudes das autoridades durante a ditadura militar favoreceram a implantação dos fornos crematórios em São Paulo.¹⁷

¹⁷ Na defesa da dissertação, a banca alertou que o texto seguiu um tom de relatório, o que deveria ser revisto antes de qualquer publicação.

Parte I - A origem da cremação em São Paulo

Capítulo 1. A legislação sobre a prática da cremação

Embora nosso município tenha presenciado efetivamente a chegada da cremação com a abertura do crematório Jayme Augusto Lopes, no ano de 1974, a discussão sobre esse tema começou muito tempo antes.

Para o prédio do crematório ser construído foi preciso a aprovação de uma lei que instituiu a cremação no município, em abril de 1967. A leitura das Atas da Câmara Municipal de São Paulo apontou que existiram dois projetos de lei abordando a prática da cremação antes da aprovação da Lei N° 7017. O primeiro foi o Projeto N°718, de autoria do deputado Antonio Sampaio, em 1957, o outro foi o Projeto N°11-67, do Executivo, em 1967.¹⁸ Acompanhar o percurso de ambos até a votação revelou os debates das autoridades políticas e questões sobre a recepção da nova prática funerária na cidade.

¹⁸ A leitura das Atas indicou outras proposituras, nas décadas de 40 e 50. Nesse estudo nos detemos nos dois projetos mencionados devido ao objetivo e o período da pesquisa.

1.1. O Projeto de lei de 1957

O estudo sobre Projeto de lei do vereador Antonio Sampaio foi possível com a leitura de uma pasta da biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo na qual consta toda a tramitação do projeto. Segundo as informações ali obtidas, a cremação já havia sido apresentada entre os vereadores através de outro projeto, anterior a esse de 1957, foi o de N° 191 de 18 de abril de 1951¹⁹, no qual o vereador Jayme Regallo Pereira defendeu a necessidade de instalação dos fornos crematórios nos cemitérios da capital. O conteúdo da pasta revelou que o projeto foi arquivado²⁰, sem, no entanto, silenciar a discussão sobre o assunto na sociedade. Os jornais demonstraram o interesse dos cidadãos pelo tema. Por exemplo, os leitores da classe média paulistana que folhearam a edição de 14 de março de 1953 do jornal *O Estado de S. Paulo* encontraram na seção dedicada à manifestação dos leitores, a indagação de Luis M.B. Alves de Lima: “Existem em São Paulo, ou no Brasil fornos crematórios?”²¹. Na ocasião, o jornal respondeu que não constavam crematórios no país, mas que o assunto estivera em debate no Rio de Janeiro e que, em São Paulo, havia um projeto em curso na Câmara Municipal. Acrescentava que parecia ilegal a proposta de instalar fornos em todos os cemitérios da capital, inclusive nos mantidos por associações religiosas, por dois motivos: porque o Código Penal, no artigo 211, determinava a proibição da destruição dos cadáveres e porque a cremação podia extinguir elementos muitas vezes invocados, em exumações, durante investigações criminais.

Segundo o jornal “A conveniência ou a inconveniência da cremação é uma questão meramente opinativa, em que há duas correntes bem definidas.” Mencionava-se então a existência de uma corrente contra e de outra a favor. O jornal deixava claro que não via oposição e que “apenas, o sentimentalismo tradicional talvez não se conformasse com a inovação em homenagem a velhos e arraigados costumes.”

A imprensa mostrava também que o tema não corria apenas entre os membros da sociedade paulistana, pois o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1952, divulgou na Seção Movimento Político²² que um projeto de lei, a favor da cremação de cadáveres, aprovado pela Câmara de Vereadores do então Distrito Federal, estava nas mãos do

¹⁹ Esse projeto está incluído no processo 1866/51.

²⁰ Arquivado nos termos da Resolução 2/52.

²¹ 14/03/1953. *O Estado de S. Paulo*, p.7. Projetos em curso

²² 24/07/1952. *O Estado de S. Paulo*, p.3. Seção Movimento Político.

prefeito. O apontamento de posições contrárias à ideia da cremação ficava claro no texto ao ser mencionado que o arcebispado estava disposto a excomungar todos os que concordassem com aquela proposta.

De uma maneira geral, acompanhando a leitura dos jornais e das atas foi possível perceber o estabelecimento de pontos contra e pontos a favor da cremação. Entre os pontos a favor estava o crescimento da cidade, com a consequente ausência de espaço para sepultamento, e a execução de planos de modernização do município. Entre os pontos contra estava a necessidade de se respeitar a religião católica e a ilegalidade da ação de reduzir o corpo morto às cinzas. Aqueles que se posicionavam contra a cremação viam-na como destruição de um corpo, isso se contrapunha a manutenção do corpo sagrado para a vida eterna ao lado do Pai (consideração da religião católica predominante no país durante o período estudado) e à interpretação de crime por anular a existência de uma pessoa ou por fulminar provas preciosas para investigações policiais.

De qualquer maneira, informada pelos jornalistas, a sociedade acabou recebendo notícias parciais e não obteve acesso às discussões que ocorreram na Câmara. Acresce-se a isso que os leitores foram influenciados pelo próprio jornal que ora criticava ora elogiava as medidas inovadoras defendidas pelas autoridades políticas.

Uma das maneiras da imprensa exercer essa interferência sob a opinião dos leitores ocorreu no artigo “Culto aos mortos”²³ no qual a estratégia argumentativa estabeleceu um vínculo entre os leitores e o jornal expressando o sentimento desse grupo em relação a um plano governamental inovador no setor funerário.

O autor não identificado do artigo comentou sobre as cartas dos leitores e generalizou a posição dos mesmos a todos os paulistanos. O jornal, através desse autor não identificado, colocou-se então a favor das ideias e valores das cartas, ou seja, alinou-se ao discurso dos leitores e toda a população. Com a configuração do grupo dos paulistanos (leitores que representavam toda a população associados ao jornal), abordaram-se a surpresa e a oposição em relação à disposição das autoridades de construir cemitérios subterrâneos.²⁴ Toda essa estratégia de argumentação só apareceu claramente no último parágrafo do texto, apresentado em seguida.

²³ 02/08/1952. *O Estado de S. Paulo*. P.7. Culto aos mortos.

²⁴ A questão do sistema subterrâneo ou de catacumbas permaneceu em debate durante anos na sociedade. Posteriormente, nessa dissertação, há indicação de um projeto de lei de 1961, do Sr. Tarcílio Bernardo,

Juntamos os nossos aos protestos que recebemos de tantos leitores contra essa demonstração de leviano e dissolvente materialismo, tão contrario às nossas convicções e sentimentos religiosos, convidando as autoridades eclesiásticas a acrescentar, à da opinião pública, sua repulsa ao projeto espúrio com que se ameaça destruir uma das mais belas tradições cristãs do povo brasileiro – a veneração aos mortos.²⁵

A posição contrária à medida governamental sustentava que os cemitérios subterrâneos feriam o culto arraigado às tradições populares. Ou seja, segundo o jornal, a construção de cemitérios subterrâneos menosprezava os valores e as atitudes de toda a população.

O culto aos mortos era apresentado como traço da espiritualidade brasileira (expandia-se assim o grupo ao nível nacional) e expressava-se não somente nos sentimentos dedicados aos familiares e amigos falecidos como também na homenagem aos mortos que haviam modificado o rumo do país, em atos ou pensamentos.

A condenação da ideia entrelaçava, portanto espiritualidade brasileira, tradição popular, respeito à religião e manutenção da memória dos “homens de exceção”, trazendo a opinião do jornal, não a posição de toda a população.

O respeito aos mortos é um dos característicos de nossa civilização e a veneração que tributamos aos entes queridos que deixaram de existir, aos homens de exceção que se distinguiram pelos seus feitos, pelas suas ideias ou pelas suas glórias faz parte de nossa espiritualidade, integrando-se, mesmo, em nossas mais caras tradições religiosas. Qualquer gesto que fira essa tradição constitui, portanto uma irreverência aos sentimentos nacionais uma demonstração de insensibilidade que torna ainda menos compreensível quando parte de autoridades públicas, a quem cabe, mais que ao comum dos homens, o respeito aos nossos costumes.²⁶

A ideia de construir os cemitérios subterrâneos foi chamada de crime pelo texto por roubar aos mortos terrenos destinados ao “descanso eterno” dos mesmos. O autor

com esse tema. As Atas da Câmara indicaram que as discussões foram acaloradas e acabaram levantando a conveniência da adoção de outras formas de fim para o corpo morto, como a cremação.

²⁵ Fragmento relativo ao último parágrafo do artigo “Culto aos mortos” publicado na página 7, de *O Estado de S. Paulo*, de 02/08/1952.

²⁶ Fragmento do citado artigo “Culto aos mortos”.

afirmava que as catacumbas eram justificadas mediante a necessidade de novos espaços para os vivos utilizarem meios de transporte.²⁷ E era inadmissível a adoção de uma forma tão grosseira de desfazer-se dos finados que pareciam “representar um peso incômodo e inútil” às autoridades da Prefeitura Municipal.²⁸

Em outro parágrafo, o texto considerava menos desrespeitoso o projeto da cremação de cadáveres, que estava provocando protestos no Rio de Janeiro. Informava que o movimento popular e as autoridades eclesiásticas haviam impedido a aprovação da cremação apontada nesse momento da redação como um golpe nas “nossas” crenças e tradições. A interrupção do plano de instalar cremação foi interpretada pelo texto como uma decisão que deixava em paz os mortos, “para não ferir as consciências dos vivos”. Logo, a cremação apesar de ser menos violentadora das tradições populares, não sustentava imagem positiva por não ser vista como meio que garantia tranquilidade nem aos vivos nem aos mortos.

No entanto, o respeito à consciência dos vivos estava de certa forma presente no projeto de novembro de 1957²⁹, pois somente os cadáveres das pessoas que haviam deixado registrado o seu desejo de ter seu corpo cremado podiam ser levados aos fornos. O artigo segundo do projeto assegurava que apenas o próprio falecido se responsabilizava pela execução da cremação ao deixar documento assinado para ser apresentado após a morte.³⁰

²⁷ “De fato, o esdrúxulo projeto dos cemitérios subterrâneos surgiu, nada mais nada menos, da consideração da necessidade de se abrir espaço no centro e nos bairros, para o estacionamento de automóveis, ônibus e caminhões.”

²⁸ Crítica clara às autoridades políticas na pergunta: “Onde viveram, ate hoje, essas autoridades, para enfrentar assim, com a brutalidade de sua descrença, com a selvageria de seu desrespeito, os sentimentos de um povo educado na compreensão da influencia dos mortos sobre os vivos?”

²⁹ A ementa do projeto de 1957, do deputado Antonio Sampaio, não aponta a implementação da cremação, como a do projeto de 1967, do Executivo. Ela indica planos de instalação de fornos crematórios nos cemitérios da prefeitura da capital. Essa foi apenas uma das diferenças encontradas entre os projetos.

³⁰ O projeto continha cinco artigos. Aqui mencionamos apenas o segundo artigo por tratar diretamente do novo fim do corpo morto. “Art.2º - Serão cremados em tais fornos os cadáveres das pessoas que, em vida, o tenham solicitado, comprovado o desejo dos mortos por meio de requerimento apresentado à administração dos cemitérios pelos parentes mais próximos dos mesmos.”

É importante notar que sua redação normatiza apenas a cremação de cadáveres não apresentado ideia sobre a incineração de restos mortais, nem de partes do corpo, como propôs a legislação aprovada em abril de 1967.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO *Antônio Sampaio*
 Aprovado em 20 de novembro de 1957
 Livro 1789

Projeto _____

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º - Serão instalados nos cemitérios da Prefeitura da Capital, fornos crematórios para cadáveres.

Art. 2º - Serão cremados em tais fornos os cadáveres das pessoas que, em vida, o tenham solicitado, cog provado o desejo dos mortos por meio de requerimento apresentado à administração dos cemitérios pelos parentes mais próximos dos mesmos.

Art. 3º - A Prefeitura, pela Secretaria respectiva, regulamentará esta Lei, no prazo máximo de (30) trinta dias, estabelecendo as taxas que serão pagas pelas incinerações e os modos pelos quais serão devolvidas aos parentes dos mortos as cinzas resultantes da incineração.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1957

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
 Seção de Protocolo
 ADM. 4
 DATA 23/11/57 PROTOCOLO Nº 8516/57
 DOCUMENTOS FOLHAS
 - 4 -

Antonio Sampaio
 Antonio Sampaio
Edmundo

COPIADO NA SECRETARIA
 = 22 =
 * 21 NOV 1957 *
 SECRETARIA

8516

Figura 1. Texto referente ao Projeto de lei N° 718 de autoria do deputado Antonio Sampaio. Fonte: Pasta do projeto de lei N°718, fornecida em arquivo digital pela biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo, p.2.

A justificação da proposta do projeto de Antonio Sampaio fundamentava-se principalmente na necessidade de seguir o modelo de nações desenvolvidas. O deputado demonstrava admiração pelo exemplo dos países estrangeiros. Assim, nas linhas do texto de justificação constava que a maioria dos “povos civilizados” aceitava a

cremação de cadáveres e isso podia ser verificado pela disponibilidade de locais para a realização desse processo, dentro ou fora de cemitérios.

O texto trouxe a afirmação de que a existência desses locais apropriados possibilitava o fim dos corpos às cinzas tanto aos cidadãos que seguiam confissões religiosas favoráveis à prática como aos cidadãos que a desejavam por convicções filosóficas científicas ou outras. Dessa forma, a instalação de fornos era medida cabível para o atendimento do desejo de todos que consideravam necessária a destruição dos corpos mortos.³¹ Havia o esclarecimento de que nada impedia a cremação de ser adotada no Brasil. A cremação era um direito assegurado pelo parágrafo 10º do artigo 141 da Constituição Federal.³²

Outro motivo elencado na defesa da cremação foi a prevenção de moratórias estimuladas pelo alto custo dos jazigos e sepultamentos em São Paulo. Ele foi apresentado na carta de 22/11/1957, incluída no processo de apreciação do Projeto N° 718. O autor da carta foi Amadeu Macedo de Carvalho Junior e o destinatário, o Presidente da Câmara Municipal. O projeto de Antonio Sampaio foi elogiado nessa carta, pois “resolverá importantes e inadiáveis e profundos problemas de ordem filosófica, religiosa e psicológica, com enorme repercussão nacional, sobretudo diante da conjuntura financeira em que se debate nosso povo.”

O projeto recebeu parecer favorável da Assessoria Técnico-Legislativa em 4-12-57. Posteriormente, parecer favorável da Comissão de Justiça em 25-02-58. Teve seu encaminhamento à Comissão de Higiene em 03-03-58. Foi devolvido sem o parecer em 29 de dezembro de 1959 e finalmente, arquivado em fevereiro de 1960, tendo em vista a Resolução N° 5/60.³³

Os jornais mantiveram o público parcialmente informado sobre a trajetória que o Projeto N° 718 havia seguido até seu arquivamento. Por exemplo, em 1958³⁴, algumas linhas expressaram que havia sido anunciada pela Comissão de Justiça a legalidade do

³¹ Salientamos que a noção de destruição de corpos mortos normalmente usada contra a cremação aqui era empregada de forma positiva, ou seja, na defesa da prática.

³² Segundo < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>, a redação do parágrafo 10º trazia: “Os cemitérios terão caracter secular e serão administrados pela autoridade municipal. É permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos. As associações religiosas poderão, na forma da lei, manter cemitérios particulares.”

³³ Segundo < <http://camaramunicipal.sp.qaplweb.com.br/iah/fulltext/resolucoes/msp/RC560.pdf>>, esta resolução determinava o arquivamento de processos relativos a proposições apresentadas até 31 de dezembro de 1959 e que até 02 de fevereiro de 1960 não haviam sido aprovadas em primeira discussão. A volta à tramitação regimental podia, no entanto, ser requerida pelo líder de Bancada.

³⁴ 05/03/1958, *O Estado de S. Paulo*, p.5. Fornos crematórios

projeto de lei que versava sobre a implantação de fornos crematórios em São Paulo. Era declarado que a cremação devia ocorrer no atendimento de pessoas, que em vida, tinham solicitado tal fim para seus corpos.

Segundo o jornal, o relator do parecer, o vereador Elias Shammass, havia analisado a proposta sobre o prisma jurídico, ressaltando, no entanto, que havia o envolvimento de outros aspectos, dentre os quais o mais relevante era o religioso.

O vereador esclareceu que nem a Constituição Federal nem a Lei Orgânica dos Municípios proibiam a cremação de cadáveres, nas condições especificadas no projeto. Nas suas palavras: “Na cremação oficial não há dolo, manifestação criminosa, pois o agente consome o ato em virtude de disposição legal amparada pelo desejo do morto. Nessas condições, nos contentamos em declarar que o projeto de lei é legal.”

Apesar do arquivamento do projeto de lei, a imprensa continuou abordando o tema da cremação. Por exemplo, em 1962, ela surgiu nas linhas dos jornais devido ao problema da falta de espaço para enterrar os mortos.³⁵ Aliás, esse problema tornou-se elemento presente nas justificativas a favor da implantação de crematórios na cidade.

Na longa notícia de 1962, havia o anúncio de que o prefeito Prestes Maia devia solicitar ao Presidente da República a sanção ao pedido de empréstimo de 800 milhões de cruzeiros à Caixa Econômica Federal. A soma ia ser empregada para a aquisição de três terrenos destinados à construção de novas necrópoles na capital.³⁶

Além dessa medida, a prefeitura tinha planos de ampliar o Cemitério da Lapa e instalar novos ossuários no cemitério de Vila Formosa. O texto mencionava que, para o prefeito, a situação dos cemitérios era “calamitosa”: estavam fechados os Cemitérios da Consolação, Araçá, Brás, São Paulo, Vila Mariana, Santana, Penha, Freguesia do Ó, Lapa, Itaquera, São Miguel, Saudade. Apenas havia vagas para sepultamento nos Cemitérios de Lageado, Tremembé e no de Vila Formosa. Nesses a média diária de sepultamentos atingia a casa dos cem, o que indicava que rapidamente iam alcançar o limite de lotação.

Segundo a notícia, três fatores haviam contribuído para que as necrópoles chegassem ao estado de emergência: o rápido crescimento vegetativo da população, o aproveitamento imobiliário que havia ocupado espaços vazios na cidade e o desvio de

³⁵ 09/09/1962, *O Estado de S. Paulo*, p.21. Cemitérios: 800 milhões podem resolver o problema

³⁶ Dado que os cemitérios sempre foram lucrativos ao poder público, o prefeito Prestes Maia acreditava que a prefeitura poderia saldar o empréstimo nos prazos determinados.

verbas destinadas aos cemitérios da cidade durante o mandato do Sr. Adhemar de Barros.³⁷

A notícia mencionou a cremação, no último parágrafo, como uma solução muito remota a ser efetivada por contrariar as convicções de boa parte da população “embora nada conste na legislação brasileira contra sua adoção.”

A leitura desse texto indicava que o jornal conhecia a posição das autoridades administrativas ou queria induzir o leitor a acreditar que as autoridades eram resistentes à cremação, pois o texto dizia que estas deviam “examinar, *ainda que teoricamente*, a possibilidade de se adotar o sistema de cremação.”³⁸

Em maio de 1963, o jornal *O Estado de S. Paulo* evidenciou a problemática situação da ausência de vagas nos cemitérios, criticou a ação das autoridades administrativas e sugeriu medidas para que a demanda de terrenos nas necrópoles fosse atenuada; a cremação foi uma delas. A notícia concluía que o aumento demográfico e a ocupação imobiliária em zonas de suficiente distribuição viária, associados à imprudência de “outras” administrações municipais, conduziram os cemitérios à situação de calamidade.³⁹

O fechamento de vários cemitérios, para novos sepultamentos; o aumento dos óbitos, pelo crescimento vegetativo da população; a inexistência de verbas para a construção de mais necrópoles e *a incúria das administrações municipais, há mais de 20 anos*, deixando que o problema se transformasse em quase calamidade, circunscrevem a questão dos enterramentos na Capital. (grifo nosso)⁴⁰

A crítica do texto recaía sobre as outras administrações, inocentando a que era vigente no período, a do prefeito Prestes Maia. Esse, segundo a notícia, havia previsto a ampliação do Cemitério da Lapa e a construção de ossuários em Vila Formosa,

³⁷ Sobre o último item, segundo o jornal, até um inquérito foi aberto para apurar o fato. Algumas discussões na Câmara Municipal reforçaram a ocorrência de desvio de verbas destinadas aos cemitérios durante a gestão do senhor Adhemar de Barros, no entanto, não tivemos como localizar o inquérito mencionado na notícia de 1962.

³⁸ Grifo nosso.

³⁹ 12/03/1963, *O Estado de S. Paulo*, p.25. Cemitério: a Prefeitura faz planos e procura recursos.

⁴⁰ Fragmento da notícia intitulada “Cemitério: a Prefeitura faz planos e procura recursos” publicada em *O Estado de S. Paulo*, p.25, em 12/03/1963.

recuperando cerca de 70000 sepulturas nas quais seriam executadas exumações ao final de cinco anos.

O jornal acrescentava que o prefeito Prestes Maia já havia escolhido locais e tinha promessas do Presidente da República para a concessão de um empréstimo de 509 milhões de cruzeiros, pela Caixa Econômica Federal, a fim de construir novos cemitérios em áreas a serem desapropriadas.

Sobre a situação dos cemitérios, o texto equiparou São Paulo a outras grandes cidades:

A questão dos cemitérios envolve diferentes aspectos. Porém, em plano geral – a ausência de locais para enterramentos – oferece a mesma análise que as necrópoles de outras grandes cidades do mundo, onde as administrações se debatem, igualmente, com a falta de espaço para enterrar os mortos.⁴¹

No entanto, assinalava-se que aqui os cidadãos haviam contribuído para a situação desastrosa das necrópoles já que muitas quadras gerais dos Cemitérios de Santana e da Lapa estavam vencidas e não havia sido feita a exumação de centenas de túmulos impedindo que ali se realizassem novos enterramentos.

A recuperação de sepulturas, com prazo ultrapassado, era apresentada como um dos mais graves aspectos na questão dos cemitérios e direcionava o raciocínio a crer na necessidade de construção de milhares de ossuários.

As catacumbas também eram anunciadas como proposta para contornar a ausência de vagas nos cemitérios. Falava-se de um plano baseado nesse sistema para ser primeiramente executado no subsolo do Cemitério do Araçá, embora o próprio prefeito não o apoiasse. Segundo o chefe do executivo municipal, a adoção dessa solução era inapropriada porque “as sepulturas individuais e superpostas resolveriam, apenas, o problema de cada sepultamento, mas não o da família, como ocorre com as sepulturas de superfície”. Assim, a Prefeitura aduzia que a construção desse sistema não devia excluir a dos cemitérios de superfície.

⁴¹ Fragmento da notícia intitulada “Cemitério: a Prefeitura faz planos e procura recursos” publicada em *O Estado de S. Paulo*, p.25, em 12/03/1963.

A cremação aparecia como última opção. O texto divulgava que em alguns países o problema dos enterramentos havia sido atenuado com a instalação dos fornos.⁴² No caso do Brasil, no entanto, a cremação não despertara interesse, até então.

O texto revelava que na gestão Jânio Quadros havia sido comprado um forno incineratório cujo destino era o Cemitério do Brás, no entanto, o plano foi execrado devido ao espírito cristão e ao respeito à tradição da população.⁴³ Concluía-se que esses traços característicos dos cidadãos deveriam tornar a cremação uma solução sempre rejeitada.

Desse modo, acompanhamos o percurso do Projeto de lei N° 718, do vereador Antonio Sampaio, até seu arquivamento e exemplos da cobertura jornalística sobre a intenção de se instalar fornos crematórios no município. As Atas da Câmara Municipal apontaram que questões acerca da cremação e da situação dos cemitérios foram muito mais debatidas pelas autoridades políticas do que o público leitor de *O Estado de S. Paulo* e de *Folha de S. Paulo* pôde imaginar. Indicamos, em seguida, os debates e os posicionamentos dos vereadores e mostramos que a trajetória do projeto de lei de 1957 não terminou com seu arquivamento.

Na 201ª Sessão Ordinária, de 13 de setembro de 1961, o vereador Ary Silva⁴⁴ pediu a palavra para comentar sobre a situação dos cemitérios paulistanos. Iniciou falando sobre o cemitério de Vila Formosa, que com seus 30 alqueires, estava entregue ao abandono. Apontou que o crédito aberto pela administração anterior não havia sido investido igualmente em todos os cemitérios, apenas os centrais (de São Paulo, da Consolação e o Araçá) haviam passado por reformas.⁴⁵ Citou uma notícia do jornal *Última Hora*, edição do dia 13 de setembro mesmo, que denunciava o descuido das autoridades para com o cemitério de Vila Formosa e concluiu dizendo que a situação dos cemitérios envergonhava os vereadores.

O vereador Rio Branco Paranhos⁴⁶ continuou o assunto afirmando que aquele era um dos temas mais caros à cidade de São Paulo. Confirmou que ao passar por várias

⁴² O jornal também declarava que havia ocorrido grande influência dos movimentos políticos liberais, no fim do século XIX, para a introdução dessa prática na Suíça, na França, na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Suécia, Noruega e Dinamarca, por exemplo.

⁴³ As fontes utilizadas nessa pesquisa não confirmaram essa informação propagada pela notícia do jornal *O Estado de S. Paulo*.

⁴⁴ Membro do PR de 11/1956 a 10/1965. De 1966 a 1967, passou a membro do MDB.

⁴⁵ A diferenciação entre os cemitérios centrais e os periféricos é abordada em vários momentos nesse trabalho.

⁴⁶ Membro do PTB, de 1960 a 1963.

necrópoles havia visto sujeira, descaso, construções mal acabadas, muros caindo... sinais de desrespeito aos mortos. Colocou-se então favorável à cremação. Mas reconhecia a dificuldade de obter apoio para essa solução, pois, segundo ele, predominava na cidade a influência da família portuguesa, da família italiana, e assim o prestígio do “verdadeiro culto aos mortos”.⁴⁷

O vereador demonstrou então empolgação com o sistema do Cemitério Chacarita, de Buenos Aires. Disse inclusive que pretendia apresentar um projeto baseado naquela ideia.

O debate prolongou-se com o retorno da palavra ao Sr. Ary Silva que defendeu a realização de uma operação para deixar os cemitérios descentes, de forma que os jornais não pudessem mais apresentar reportagens “indecorosas e desabonadoras como estas que deslustraram um município como o de São Paulo”. Ele também contou que havia visitado, no exterior, cemitérios que eram verdadeiros jardins, cuidados pela municipalidade e que garantiam aos mortos todo o respeito. Nos Estados Unidos, segundo o vereador, havia um grande, como o de Vila Formosa, com música a toda hora oferecendo distração aos vivos e aos próprios mortos. Segundo suas palavras, seguindo aqueles exemplos, era possível humanizar nossas necrópoles.

Durante a discussão, o Sr. Tarcílio Bernardo⁴⁸ alertou que havia apresentado um projeto de lei sobre instalação de sistema de catacumbas, como o de Chacarita, contando com pareceres favoráveis em todas as comissões pelas quais tramitou e com a aprovação do Executivo Municipal. Segundo as Atas, esse projeto insuflou uma grande discussão sobre os cemitérios paulistanos e as opções para livrá-los da superlotação. Tanto na Câmara Municipal como na imprensa, o sistema de catacumbas teve grande repercussão durante os anos 50 e 60.

Na 111ª Sessão Extraordinária, de 11 de dezembro de 1961, por exemplo, esteve em pauta o Projeto de lei N° 390/59, do vereador Tarcílio Bernardo, instituindo o sistema da catacumbas nos cemitérios e criando comissão para estudar o Cemitério de Chacarita de Buenos Aires. A proposta tratava da construção do primeiro cemitério subterrâneo no subsolo do Araçá, como experiência. O autor dissera que uma das suas

⁴⁷ Nesse momento, o vereador fez com que entendêssemos que a cremação era uma opção para pessoas que valorizavam um culto aos mortos diferente, algo que não podia ser considerado como o “verdadeiro culto aos mortos”.

⁴⁸ Membro do PST de 09/1952 a 12/1955. De 01/1956 a 12/1963 foi membro do PTN.

vantagens era que com ele ai ser instalado um regime de igualdade. E já que não era possível de se promover isso entre os vivos, que fosse feito aos mortos.

O vereador Aurelino de Andrade⁴⁹ aproveitou a ocasião para manifestar que não só era conhecido o estado deplorável dos cemitérios paulistanos como também era sabido a forma pela qual eram efetuados os enterramentos. Afirmou que não havia ossários⁵⁰ necessários para a realização das exumações previstas na lei. Que eram conhecidos os casos de vendas ilegais de terrenos nos cemitérios de São Paulo e que as verbas do orçamento destinadas às necrópoles eram constantemente desviadas para outros casos, sendo certo que os cemitérios da Penha, São Miguel Paulista e Itaquera haviam sido deixados no abandono completo.

O vereador então se declarava a favor da cremação por ser higiênica, econômica e “verdadeiramente evoluída para o século em que vivemos”. Surpreendentemente, ele afirmou que a cremação dificilmente seria adotada não pela religião, pela tradição ou por ser vista como crime, mas sim por que muitas pessoas obtinham proveito do dinheiro pago pelos sepultamentos no serviço de cemitérios. Segundo o Sr. Aurelino, o serviço funerário possuía uma quadrilha organizada que lucrava com a exploração do sistema de enterramentos. Além de concordar com a prática da cremação, o vereador mostrou-se favorável ao sistema de catacumbas.

Ainda há pouco V Exa, dizia que os cemitérios da Capital nem sequer possuem ossários e V. Exa. sabe perfeitamente que uma grande área do cemitério velho de São Miguel poderia ser desocupada se houvesse ossário, o Sr. Prefeito, numa desatenção total aos problemas da cidade e num menosprezo até aos mortos, não cuida desse assunto. Não sei se a Divisão dos Cemitérios é a responsável, a Secretaria de Obras ou a Divisão de Parques e Jardins. Mas V. Exa. disse muito bem que com a criação deste regime que propomos à Casa, desaparece aquela desigualdade que todos nos conhecemos, das pessoas abastadas que fazem verdadeiros monumentos dentro do cemitério, enquanto os pobres são atirados às valas do Cemitério de Vila Formosa onde burros e cavalos pastam dia e noite, como se aquilo fosse fazenda ou internada de engorda de gado.

Vê V. Exa que o problema, além de ser de interesse para a cidade, é humanitário e religioso, de consideração para com

⁴⁹ De 01/1956 a 10/1965, membro do PSP. De 1966 a 1969, da ARENA. De 1980 a 1985 do PDS.

⁵⁰ Há duas grafias aceitas: ossários e ossuários.

aqueles que embora não votando mais ainda merecem nosso respeito e acatamento.⁵¹

Após essas palavras, o vereador Aurelino afirmou que a Câmara não devia apenas aprovar o sistema de catacumbas como também o da cremação, que podia colocar São Paulo junto às grandes metrópoles do mundo.

Outros vereadores pediram a palavra e se manifestaram sobre o projeto ou sobre a responsabilidade do prefeito anterior, o Sr. Adhemar de Barros, na situação dos cemitérios da capital.

Quando foi dada oportunidade ao vereador Valério Giuli⁵², ouviu-se que era claro o descaso e a desatenção do poder público quanto ao problema dos cemitérios. O vereador acrescentou que, em 1948, o Sr. Castilho de Barros⁵³ já havia proposto àquela Câmara a instalação de fornos crematórios. Logo, há 13 anos, percebia-se a escassez de vagas nos cemitérios e apontava-se que a cidade devia caminhar para aprovação da cremação. O importante foi o alerta do vereador: “Evidentemente, a cremação seria facultativa. Cada família diria se estava ou não de acordo com ela”.

O vereador emendou:

Recordo-me de que em 1952, visitando Buenos Aires e o cemitério de Chacarita, mencionado pelo vereador Tarcílio Bernardo, tive oportunidade de assistir à cremação de cadáveres, por ordem especial que obtive das autoridades daquela capital portenha. Em 1952 Buenos Aires já cremava cadáveres, em caráter facultativo e, no ano anterior, já haviam sido cremados perto de 17000 cadáveres.⁵⁴

O Sr. Valério Giuli através de sua explanação evocou dois pontos essenciais às discussões sobre a cremação: o fato de ela ser facultativa (portanto não poder ser realizada com indigentes que não manifestaram vontade de ter seus corpos incinerados)

⁵¹ Ata da Câmara Municipal de São Paulo referente à 111ª Sessão Extraordinária, de 11 de dezembro de 1961, documento disponibilizado em arquivo digital pela biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo.

⁵² De 01/1948 a 12/1951, eleito vereador pelo PDC. De 01/1952 a 12/1958, eleito vereador pelo PDC. E de 01/1960 a 03/1963, também foi eleito vereador pelo PDC.

⁵³ Eleito suplente entre 01/1948 a 12/1951, pertencente ao PSP.

⁵⁴ Ata da Câmara Municipal de São Paulo referente à 111ª Sessão Extraordinária, de 11 de dezembro de 1961, documento disponibilizado em arquivo digital pela biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo.

e a questão de buscar no exterior, como na Argentina, o exemplo para instalação da prática.

No ano de 1964, em 31 de agosto, houve a Moção N° 110/64 a qual foi apresentada como “Apelo ao Prefeito contra a adoção da cremação como solução do problema da superlotação dos cemitérios”. Com assinatura de Marcos Kertzmann⁵⁵, o texto divulgava que havia um aumento de vozes que defendiam a tese da cremação como solução parcial ao problema da superlotação dos cemitérios, que a cremação violava os sentimentos religiosos de católicos, protestantes e israelitas, ou seja, da maioria dos habitantes da cidade, que juridicamente ela não podia ser aceita, e que por isso a Câmara Municipal de São Paulo manifestava o seu apelo, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, contra a cremação que menosprezava os sentimento religiosos da população.

Isso demonstrou que apesar do arquivamento do projeto de lei sobre a instalação de fornos, em 1960, as discussões sobre o assunto entre os vereadores não foram abafadas.

O arquivamento do projeto N° 718 não foi noticiado pela imprensa, no entanto, o trajeto do mesmo não terminou com essa determinação. Houve um requerimento “D” N° D-3318/6, do líder do PSP, Aurelino Andrade abordando o retorno à tramitação. Esse requerimento foi deferido. Sendo assim, o projeto entrou em 1ª Discussão em 24-09-1965. Não havia oradores inscritos. Foi dada por encerrada a discussão havendo a aprovação em primeira discussão.

Na ocasião, o vereador Laércio Corte⁵⁶ explicou ao Presidente da Sessão que o Executivo tinha um grupo de trabalho estudando a instalação de novos cemitérios, e que estava consultando, inclusive, as autoridades religiosas sobre a possibilidade de instalação de fornos crematórios nas novas necrópoles para aqueles que desejassem terem seus corpos cremados, após a morte. Dessa maneira, o vereador requeria que se ouvisse o Executivo no presente projeto, com o adiamento da discussão do projeto por 5 sessões. Esse requerimento foi aprovado.

Após o adiamento por 5 sessões, o projeto voltou à pauta em novembro de 1965. Sendo que na pasta constou a oferecimento da Emenda N° 1, pelo próprio autor do

⁵⁵ Na época, era vereador eleito pelo MTR.

⁵⁶ Nessa ocasião, era vereador pelo PTN.

projeto, o vereador Antonio Sampaio. A emenda registrada em 1º de dezembro de 1965 anunciou nova redação ao artigo 4º que tratava das despesas para a execução da lei.

Dois novos pareceres foram juntados: o Parecer Nº 13/65, da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Assistência Social e o Parecer Nº 47/66 da Comissão de Finanças e Orçamento.

O primeiro, de 27 de dezembro de 1965, foi favorável dizendo que a medida ajudava a atenuar o problema de espaço dos cemitérios e pregava o modelo estrangeiro dentre seus argumentos. “Hoje nos centros mais civilizados já adotam esse sistema, tanto é que em Portugal recentemente foi regulamentada a incineração de corpos.”

O segundo, de 28 de abril de 1966, afirmou que a Emenda n.º 1 havia regularizado as disposições financeiras do projeto e portanto era favorável também. No entanto, durante a discussão registrou-se as considerações de dois vereadores contrários ao mérito: a do Padre Orlando Garcia da Silveira⁵⁷ e a do Sr. José Diniz⁵⁸.

O projeto foi a 2ª discussão em 03 de junho de 1966, quando foi aprovado. No entanto, nessa sessão (284ª Sessão Ordinária) o vereador Jose Diniz esclareceu seu posicionamento contrário à adoção da cremação.

Em seu pronunciamento afirmou que sabia que o Plenário era favorável ao projeto, mas ele se coloca contrariamente ao mesmo. Lembrou que na Comissão de Finanças, já havia assinado contrariamente ao mérito. Mas estava aguardando uma oportunidade na tribuna num grande expediente para defender que quando uma pessoa falecia e tinha registrado sua vontade de ser incinerada, não via problema na cremação. Porém, quando uma pessoa era indigente ou havia sido encontrada morta na rua, não podia concordar com o uso do forno crematório.

Parecia que o vereador não estava falando sobre o Projeto Nº 718, do Sr. Antonio Sampaio, já que não era abordada a cremação de indigentes no texto do projeto. O vereador estava se referindo a outros planos das autoridades. O que ficou claro posteriormente.

Nosso espírito de cristão, de católico, não pode permitir uma coisa desta natureza. Sei que o Plenário já tem opinião formada para votar favoravelmente à propositura, mas faço um apelo ainda em tempo, porque falando, conversando, alertando é que se pode lembrar de que já existe essa comissão que apresentou o

⁵⁷ Suplente na Câmara Municipal de São Paulo, na ocasião sem filiação partidária.

⁵⁸ Até 26/10/1965 foi membro do PTB, na ocasião era vereador sem filiação partidária.

projeto ao Prefeito de cremar os pobres, infelizes e indigentes que morrem nos hospitais, Sabemos que a maioria do povo morre como indigente nos hospitais.⁵⁹

Continuou sua fala não aceitando que havia deficiência de terrenos para cemitérios. Disse que estava naquela casa desde 1948, e só havia visto desapropriar uma ou duas áreas para a construção de cemitérios. Para ele, São Paulo era uma cidade imensa com muitos terrenos disponíveis, bastava empenho do Executivo para a realização de desapropriações. Finalizou explicando que votaria contra a propositura, não porque era cristão, ou porque era católico. Mas porque não queria ver incinerado o corpo de quem quer que seja, nem mesmo de um animal.

Não havendo mais oradores inscritos, o projeto foi posto em votação e aprovado. Assim como a emenda N° 1.

Posteriormente, a propositura de Antonio Sampaio seguiu à Comissão de Redação e, no final de agosto de 1966, segundo a pasta do processo, permaneceu em pauta suplementar de redação durante as sessões 303^a e 304^a. Não tendo sido apresentada nenhuma emenda de redação, o projeto foi enviado à Sanção.

O Prefeito Faria Lima acabou por vetar o projeto baseando-se no Ato Complementar N° 15, de 17 de julho de 1966, que impedia a aprovação de qualquer projeto de lei que não tivesse autoria do prefeito e que aumentasse a despesa pública. Na redação do prefeito (carta ao Presidente da Câmara explicando seu veto) estava registrado que além do Ato Complementar, outro fator havia influenciado sua decisão: um grupo de trabalho composto de técnicos e especialistas não recomendara a aprovação da medida na forma que o projeto normatizava.

Foram apontadas lacunas e ambiguidades e por isso, segundo o prefeito, era oportuno aguardar o projeto de lei que estava sendo elaborado fundamentado nas conclusões desse grupo de trabalho, já que este objetivava reformular toda a legislação

⁵⁹ Ata da Câmara Municipal de São Paulo referente à 284ª Sessão Ordinária, de 03 de junho de 1966, documento disponibilizado em arquivo digital pela biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo

especifica sobre cemitérios e o uso de métodos modernos nas grandes cidades, como a cremação.⁶⁰

Nos jornais de 1965 e 1966 (período entre o desarquivamento e o veto do projeto), a imprensa não revelou ao público quais autoridades se mostravam contra ou a favor da cremação.⁶¹ Também não criticou o posicionamento do prefeito e nem esclareceu se havia a escritura de um novo projeto voltado para a implantação da cremação e da incineração de corpos de indigentes.

O que vimos e o que os leitores na época puderam encontrar nas páginas dos jornais foi a recorrente divulgação da falta de espaço para os mortos. Além disso, mencionaram-se com frequência soluções como o cemitério vertical e a construção de novas necrópoles. A cremação foi tratada discretamente.

Se os textos informativos sobre o assunto foram raros, os textos opinativos foram mais raros ainda. Um exemplo foi o artigo sem assinatura intitulado *Urbanismo*, de fevereiro de 1965, que abordou a questão dos cemitérios assinalando a ineficiência do poder público em resolver a situação dos mesmos.

O primeiro parágrafo já indicava a dificuldade da aceitação da cremação na sociedade.

O espaço para os mortos como para os vivos constitui um problema angustioso nas cidades modernas. O crescimento demográfico e a expansão da área urbana ultrapassam de muito a capacidade de previsão das administrações e o resultado é a crise num e noutro caso. Os costumes e as religiões impedem, na maioria dos casos, a adoção de certas práticas, como a cremação, que auxiliariam a solução do problema.⁶²

⁶⁰ Era sobre esse novo projeto de lei que o vereador Padre Orlando Garcia havia se pronunciado. E foi esse novo projeto de lei que foi apresentado pelo Executivo em 1967 e aprovado dias depois.

⁶¹ Algumas notícias trouxeram brevemente algumas informações. Por exemplo, em maio de 1965, o jornal *O Estado de S. Paulo* mostrou as seguintes palavras: “Ante a falta de cemitérios na Capital, o vereador João Lemos, do PL, sugeriu ao prefeito providências visando à introdução do sistema de cremação de cadáveres” (13/05/1965, *O Estado de S. Paulo*, p.4. Diversos). E, em 28 de agosto de 1965, o mesmo jornal noticiou que os vereadores sugeriram a cremação, perante a falta de vagas nos cemitérios. Um representante do PR (vereador Ary Silva) lembrou ao prefeito que a Caixa Econômica Federal deveria entregar em torno 420 milhões de cruzeiros contraídos como empréstimo para investir no campo das necrópoles. Dois representantes do PSP (Reinaldo Canto Pereira e Aureliano de Andrade) indicaram a cremação como única maneira de impedir que a cidade atingisse o estado de calamidade pública. (28/08/1965, *O Estado de S. Paulo*, p.5. Vereadores sugerem a cremação.)

⁶² 21/02/1965, *O Estado de S. Paulo*, p.21. Urbanismo – Cemitérios.

O texto seguia apresentando que, nas cidades de rápido desenvolvimento, quando as autoridades se interessavam em adquirir áreas necessárias para novos cemitérios, a iniciativa privada já havia valorizado de tal forma a periferia urbana que os preços exigiam mais recursos públicos do que o esperado. Era por isso que a ideia dos cemitérios verticais ganhava força, seu conceito previa a utilização de uma área menor para o sepultamento de muitos corpos. (“Os cemitérios cresceriam então, da mesma forma que as áreas urbanas supervalorizadas, verticalmente”.)

Havia a citação de um exemplo. Na revista *Time*, aparecera notícia de que a pequena cidade de Rozzano, no norte da Itália, com uma população de apenas nove mil habitantes, havia iniciado a construção de duas torres com vinte pavimentos, capazes de abrigar 14000 mortos, com a aprovação do Vaticano.

A construção, segundo o texto do jornal, se atendessem somente a população da cidade, podia mostrar aos políticos brasileiros uma capacidade de previsão exemplar.

O leitor do jornal percebia, então, o desassossego do autor em relação à falta de dinamismo do poder público. Também podia encontrar algo recorrente no país: a ideia de que para a cidade se modernizar devia copiar exemplo estrangeiro. Inclusive nas questões relacionadas à morte, os jornais sempre citavam medidas que os outros países mais avançados e civilizados adotavam, indicando-as como mais apropriadas e eficientes.

O texto evidenciou São Paulo como uma cidade de grande expansão e crescimento sem planejamento. Interessou-nos pensar nas alterações do município não apenas como consequência do desenvolvimento econômico, ou da ação de políticos, mas como local em constante transformação devido às decisões de diversos atores e aos sentidos atribuídos aos espaços da cidade.

Na questão da instalação de fornos crematórios na cidade isso ficou bem claro já que as fontes indicaram que a presença física dos mesmos envolveu planos governamentais. Como novo lugar para os mortos sofreu interferência, provocou reflexões sobre a finitude do corpo e da vida, em toda a sociedade, e mudanças de comportamento no ritual de despedida dos mortos.

A discussão sobre a adoção da cremação não ocorria apenas no Brasil. Em diversos países, a imprensa questionava quanto esse destino para o corpo morto

despertava a atenção dos cidadãos e colocava a Igreja Católica diante da problemática. Em uma notícia de *O Estado de S. Paulo*, de 12 de setembro de 1963, indicou-se que a revista *Newsweek* havia divulgado que a cremação não constava na “agenda” do Concílio Ecumênico⁶³, mas devia ser discutida dentro de pouco tempo.

O texto ainda explicitou que alguns membros da Igreja mostravam-se favoráveis ao processo e que sua autorização podia ocorrer em países que enfrentavam “condições especiais”, como, a falta de espaço ou o temor da contaminação. No entanto, reconhecia-se que havia posicionamentos contrários dentro do Vaticano, tanto que a revista revelou que a questão não devia ser avaliada com urgência, devendo ser estudada apenas na terceira etapa do Concílio, em 1964.

A maneira como a imprensa cobriu a liberação da prática da cremação pela Igreja e os elementos que estiveram envolvidos nessa problemática serão vistos em outro capítulo da primeira parte desse trabalho. Nesse momento, precisamos nos ater ao fato de que a imprensa, apesar de publicar algumas linhas sobre o projeto do Sr. Antonio Sampaio, não esclareceu que o mesmo ficou arquivado nem que recebeu veto do prefeito. Sem grandes explicações, iniciou-se a divulgação de notícias sobre um projeto a favor da cremação apresentado pelo Executivo. Esse é o assunto do próximo tópico desse capítulo.

⁶³ Concílio Vaticano II (CVII), XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961, através da bula papal "*Humanae salutis*", pelo Papa João XXIII. Este mesmo Papa inaugurou-o, a ritmo extraordinário, no dia 11 de outubro de 1962. O Concílio, realizado em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. O objetivo era discutir temas que pudessem auxiliar na modernização da Igreja Católica. Informações obtidas em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio_Vaticano_II>

1.2. O Projeto de lei de 1967

A trajetória do Projeto de lei N°11-67, do Executivo, foi obtida através da leitura do Diário Oficial e das Atas das Sessões da Câmara Municipal de São Paulo dado que para esse projeto não nos foi apresentada uma pasta do processo como no caso do projeto de lei de 1957, tratado anteriormente nesse trabalho.

A leitura do Diário Oficial de 3 de março de 1967 nos informou sobre o encaminhamento do Projeto de lei N°11-67 à Câmara Municipal, com prazo de 45 dias para deliberação. O autor indicado era o prefeito. Ou seja, esse projeto que instituí a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais no Município havia sido redigido pelo Executivo e estava sendo submetido à apreciação dos vereadores.

Seu texto continha oito artigos nos quais, diferentemente do projeto de lei anterior, não se falava apenas na cremação de cadáveres, somava-se a normatização do processo de incineração de ossadas. No projeto de 1967 a cremação não era também permitida apenas àqueles que assim o desejassem e deixassem documento registrado. Propunha-se a obediência à decisão das famílias que optavam por essa prática na despedida de corpos de seus membros, autorizava-se a Prefeitura a cremar corpos de indigentes e não identificados e aceitava-se que ela fosse realizada em caso de calamidade pública, após declaração de autoridade sanitária. Havia uma ressalva quanto aos casos de morte violenta, a cremação só podia ocorrer após liberação dada pela autoridade policial competente.

O artigo 4° tratava da incineração dos restos mortais que podia ser realizada após o consentimento da família do falecido. E o artigo 5° descrevia como seriam acondicionadas as cinzas e o procedimento que a família podia seguir.

Trazemos a seguir o texto sobre o Projeto N° 11- 67 publicado no Diário Oficial.

Projeto recebido em 1-3-67, com prazo de 45 dias para deliberação.
"A Comissão de Justiça"

Projeto de Lei n. 11-67

(Encaminhado à Câmara pelo Prefeito com o Ofício A.T. n. 50-67 — Processo n. 190.436/66).

Institui a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais no Município, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1.º — Fica o Executivo autorizado a instituir a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais, bem como a instalar, nos cemitérios ou em outros próprios municipais, por si, pelo Serviço Funerário da Capital, ou por terceiros, através de concessão de serviços, fornos e incineradores destinados àqueles fins.

Parágrafo único — Obedecidas as normas legais vigentes, a instalação e o funcionamento de fornos crematórios e incineradores poderão ser feitos através de organizações religiosas de notória tradição, as quais, para esse fim, ficarão sujeitas à permanente fiscalização da Prefeitura.

Art. 2.º — Será cremado o cadáver:

a) daquele que, em vida, houver demonstrado esse desejo, por instrumento público ou particular, exigida, neste último caso, a intervenção de três testemunhas e o registro do documento;

b) se, ocorrida a morte natural, a família do morto assim o desejar e sempre que, em vida, o "de cujus" não haja feito declaração em contrário por uma das formas a que se refere a alínea anterior.

§ 1.º — Para os efeitos do disposto na alínea "b" deste artigo, considera-se família, atuando sempre um na falta do outro, e na ordem ora estabelecida, o cônjuge sobrevivente, os ascendentes, os descendentes e os irmãos, estes e aqueles últimos, se maiores.

§ 2.º — Em caso de morte violenta, a cremação, atendidas as condições estatuídas neste artigo, só poderá ser levada a efeito mediante prévio e expresse consentimento da autoridade policial competente.

§ 3.º — A Prefeitura poderá determinar, observadas as cautelas indicadas nos parágrafos anteriores, tal seja o caso, a cremação de cadáveres de indigentes e daqueles não identificados.

Art. 3.º — Em caso de epidemia ou calamidade pública poderá ser determinada a cremação, mediante pronunciamento das autoridades sanitárias.

Figura 2. Diário Oficial documentando a 358ª Sessão Ordinária, realizada em 03 de março de 1967. Projeto de lei N° 11- 67, até o artigo 3°. Fonte: Diário Oficial, 07/03/1967, p.55.

Art. 4.º — Os restos mortais, após a regular exumação, poderão ser incinerados, mediante o consentimento expresso da família do “de cujus”, observado, para esse efeito, o critério estatuído no parágrafo 1.º do artigo 2.º.

Art. 5.º — As cinzas resultantes da cremação de cadáver ou incineração de restos mortais serão recolhidas em urnas, e estas guardadas em locais destinados a esse fim.

§ 1.º — Dessas urnas constarão, obrigatoriamente, o número de classificação, os dados relativos à identidade do “de cujus” e as datas do falecimento e da cremação ou incineração.

§ 2.º — As urnas a que se refere esse artigo poderão ser entregues a quem o “de cujus” houver indicado, em vida, ou retiradas pela família do morto, observadas as normas administrativas e legais vigentes e o critério estabelecido no parágrafo 1.º do artigo 2.º desta lei.

Art. 6.º — Os serviços de cremação e incineração executados diretamente pela Prefeitura terão as tarifas remuneratórias respectivas fixadas oportunamente por decreto.

Parágrafo único — Se os serviços a que se refere este artigo forem realizados pelo Serviço Funerário da Capital, ou por terceiros, a fixação das tarifas remuneratórias respectivas estará sujeita a aprovação prévia do Executivo.

Art. 7.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figura 3. Diário Oficial documentando a 358ª Sessão Ordinária, realizada em 03 de março de 1967. Projeto de lei Nº 11-67, do artigo 4º ao 8º. Fonte: Diário Oficial, 07/03/1967, p.55.

Em 3 de abril, na 370ª Sessão Ordinária, foi realizada a 1ª discussão do projeto Nº 11-67.⁶⁴ Na oportunidade o vereador Emílio Manso Vieira, desistiu da palavra. Não havia mais oradores inscritos e a discussão foi encerrada. Posto em votação, o projeto foi aprovado em 1ª discussão.

Em 7 de abril, na 372ª Sessão Ordinária, foi realizada a 2ª discussão. Foram lidas duas emendas propostas: a emenda Nº 1, apresentada pelo vereador Nelson Proença⁶⁵ e a emenda Nº 2, apresentada pelo vereador José Diniz.

A emenda nº 1 alterava a redação do §3.º do art. 2º. Lembrava que as faculdades de Medicina precisavam de corpos e por isso indicava a cremação de corpos de indigentes ou de corpos não identificados apenas se não houvesse necessidade de material para estudos ou pesquisas das faculdades.

⁶⁴ Já havia recebido parecer favorável das Comissões Reunidas de Obras e de Finanças.

⁶⁵ Na ocasião, era suplente, havia sido membro do MTR, depois passou para o MDB.

A emenda nº 2, proposta por José Diniz, retirava do texto o parágrafo 3º do artigo 2º (aquele que anunciava que a Prefeitura poderia determinar a cremação de corpos de indigentes ou de corpos não identificados) e o artigo 3º (aquele que anunciava que a cremação poderia ser realizada em caso de epidemia ou calamidade pública após pronunciamento de autoridade sanitária).

Após a leitura das emendas, o Presidente deu a palavra ao vereador Emílio Manso, mas ele estava ausente. Então, foi dada a oportunidade ao vereador Nelson Proença. Em sua exposição, o vereador declarou que acreditava na cremação como solução para o problema de destinação dos cadáveres nas grandes metrópoles. E que desejava ter certeza de que “nenhum princípio de ordem ética, nenhum princípio de ordem moral, nenhum princípio de ordem religiosa conflita com o espírito da propositura”. O vereador justificou sua emenda dizendo que as escolas médicas tinham o seu material nos cadáveres de indigentes. E que a Santa Casa, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e a Escola Paulista de Medicina não podiam garantir uma satisfatória formação médica aos seus alunos sem o estudo de corpos.

Posteriormente teve oportunidade de se manifestar o vereador Antonio Sampaio, aquele que havia sido autor do projeto de 1957. Defendeu que a demanda de terrenos nos cemitérios era problema antigo na capital e que devia ter se agravado de 1957 a 1967 devido ao aumento do número de mortes em São Paulo. Lembrou que o prefeito havia vetado o seu projeto baseando-se no artigo 1º do Ato complementar N°15, de 17 de julho de 1966, que limitava ao Executivo a apresentação dos projetos de lei que aumentassem a despesa pública. Disse que continuava favorável à cremação e que não havia conflito com a Igreja.

Mencionou que o Arcebispo de São Paulo havia se pronunciado favorável à cremação de cadáveres. E que a Igreja representada na Casa pelo Vereador Padre Orlando Garcia da Silveira, aceitava a cremação dentro de certos limites, mesmo porque a Constituição Federal garantia a liberdade de culto.

O vereador José Diniz, que já havia mostrado oposição ao projeto de 1957, anunciou que o projeto do Executivo tinha falhas e que para a correção devia-se apenas normatizar a cremação de pessoas que em vida manifestassem vontade de tal ato. O ponto que o vereador se opunha estava claro: a cremação de indigentes, por não haver formas de provar que o falecido desejava esse destino ao seu corpo morto.

A discussão permitiu que o Sr. Nelson Proença definisse indigente. Disse que o cidadão que ocupava um leito no hospital público não podia ser considerado indigente. Apenas aquele que habitava debaixo das pontes, que não possuía nome completo e que falecesse na rua poderia ser admitido no grupo dos indigentes.

O vereador José Diniz defendeu que muitas vezes uma família pobre não reconhecia um falecido por não ter dinheiro para realizar o sepultamento e assim, sem a identificação, o morto era enterrado como indigente sem ônus aos familiares.

Após o debate sobre a situação dos indigentes, seguiu-se o discurso do vereador Padre Orlando Garcia da Silveira.⁶⁶

Definindo o país como 100% cristão, e quase 100% católico, o vereador afirmou que a Igreja nunca foi propriamente contra a cremação, ela não a apoiava quando simbolizava desrespeito à ideia de vida eterna. Isso se confirmava através da “*Instruction De Cadaverum Crematione*” de 8 de maio de 1963, aprovada pelo Papa em 5 de julho de 1964, na qual no artigo terceiro, foi proibida a assistência religiosa apenas para aqueles que tomassem a cremação como um símbolo da negação dos dogmas da Igreja. Disse que os bispos seguiam o pensamento dos sumo-pontífices e tinham esse mesmo bom senso. Depois de revelar a posição da Igreja, o vereador iniciou a exposição do seu posicionamento sobre a cremação.

Firmou-se contra e defendeu que a carência de cemitérios ocorria por “inabilidade dos administradores”. Em sua opinião, o Brasil era um país imenso com “infinitas possibilidades de formar seus cemitérios”. E alertou que devia ser tratado primeiramente o problema do lixo na capital. Falava da incineração do lixo, após isso “poderemos cuidar da formação dos fornos para cremação dos cadáveres”.

O vereador Emilio Manso Vieira tomou a palavra após o discurso do vereador Padre Orlando Garcia e defendeu que a cremação era prática eficiente comprovada nos países mais civilizados do mundo e que nos Estados Unidos, por exemplo, colocava-se até música nos cemitérios onde existia cremação. Acrescentou

Nós aqui no Brasil temos ainda um falso preconceito de respeito aos nossos mortos e não respeitamos os indivíduos nem em vida, nós os deixamos morrer de fome, os deixamos morrer de miséria

⁶⁶ Discurso pronunciado na 372ª Sessão Ordinária realizada em 7/4/67. (Rodízio 92)

e no entanto temos o falso preconceito de respeitá-los após a morte.⁶⁷

Definindo-se como cristão, concluiu dizendo que os vereadores deviam autorizar a Prefeitura a introduzir a cremação, sistema higiênico, moderno e respeitoso aos mortos.

Em resposta, o Sr. Padre Orlando Garcia da Silveira afirmou que dava voto favorável à criação dos fornos, mas não podia aceitar a incineração dos indigentes. Apoiava a cremação daqueles que deixassem expressa essa vontade. Inclusive acreditava que os indigentes não deviam ser levados às faculdades, só deviam ser dissecados para estudo aqueles que tivessem também manifestado desejo.

O Padre aconselhou que as autoridades e a imprensa orientassem a população “fazendo ver que as confissões religiosas não estão em contradição com a cremação dos cadáveres; ao contrário, é apenas medida de higiene, porque se incineram os cadáveres a alma permanece viva junto de Deus através da eternidade”.

A Sessão prosseguiu e como o vereador Aureliano de Andrade estava ausente, passou-se a vez ao Vereador Monteiro de Carvalho. Uma de suas colocações foi sobre o apoio da Igreja ao projeto. Disse que não havia problema nesse aspecto, pois no grupo de trabalho que redigiu o projeto de 1967 havia representantes da Igreja, os Reverendíssimos Monsenhor Lafayette, Vigário geral da Arquidiocese de São Paulo e Dom Emilio Jordam, representante da Cúria Metropolitana. No entanto, concordou com o Padre Orlando Garcia ao informar que estava colhendo opiniões a respeito da aceitação da prática e a única restrição que ouvira era quanto à cremação de cadáveres de indigentes, sem a manifestação destes. Essa posição certamente mostrava acordo com a emenda supressiva do vereador José Diniz. Segundo suas palavras:

Ao nosso espírito católico choca que pelo simples fato de a desgraça ter atingido alguém não se respeite a sua vontade. Entendo que, não havendo manifestação em vida que autorize a cremação do cadáver, não seria aconselhável que a lei a autorizasse.⁶⁸

⁶⁷ Participação do vereador Emilio Manso Vieira na 372ª Sessão Ordinária. Diário Oficial, 11/04/1967, p.52.

⁶⁸ Participação do vereador José Diniz na 372ª Sessão Ordinária. Diário Oficial, 11/04/1967, p.52.

Foi solicitado aos vereadores que estudassem as emendas dos vereadores Nelson Proença e José Diniz para analisar o quanto se conflitavam e para que na Sessão seguinte estivessem aptos a deliberar.

Em 12 de abril, na 374ª Sessão Ordinária, Monteiro de Carvalho expressou seu requerimento de ajuntar o trabalho do professor Dionísio de Klobusitzky, intitulado “A cremação e seu aspecto médico”, ao Projeto de lei N°11-67, do Executivo. Nessa mesma Sessão, ocorreu a continuação da 2ª discussão do referido projeto de lei.

Antes de dar a palavra ao primeiro orador inscrito, foram lidas as emendas N° 3, 4, 5, 6 propostas. A emenda N°3, do vereador Scalamandrê Junior, determinava a supressão do artigo 2°.

A emenda N° 4, também de Scalamandrê Junior, alterava a redação do artigo 5° proposto para “Art.5.º - As cinzas resultantes da incineração de restos mortais serão recolhidas em urnas, e estas guardadas em locais destinados a esse fim.”

A emenda N° 5, do mesmo vereador, alterava a redação do artigo 6° proposto para “Art. 6.º - Os serviços de incineração executados diretamente pela Prefeitura terão tarifas remuneratórias respectivas fixadas oportunamente por decreto.”

A emenda N°6, do vereador Monteiro de Carvalho, propunha alteração na redação do § 2.º do artigo 2.º proibindo a cremação do corpo decorrente de morte violenta, mesmo com a liberação da autoridade policial.

Segundo o vereador Monteiro de Carvalho, as autoridades religiosas e o povo não repeliam mais a cremação. Ela era admitida desde que a lei estabelecesse normas de segurança, entre elas a manifestação da vontade do falecido. Sobre sua emenda disse que a apuração da responsabilidade por morte violenta era demorada e exigia diligências e exames cadavéricos que não seriam possíveis se após a autópsia fosse autorizada a cremação. A partir desse momento, a Sessão ficou tumultuada, pois os vereadores Nelson Proença e Monteiro de Carvalho começaram a discutir sobre o papel dos vereadores e os prazos para discussão e aprovação dos projetos, fazendo com que o tempo de prorrogação da Sessão se esgotasse.

Em 14 de abril de 1967, na 375ª Sessão Ordinária, o vereador Monteiro de Carvalho recuperou seu parecer contra os governos que não admitiam críticas definindo-os como governos ditatoriais. Disse que os governos democráticos, não só admitiam como desejavam as críticas. Anunciou que apenas no Estado de S. Paulo, as Câmaras Municipais, após o término da primeira fase revolucionária, continuavam sob

o poder ditatorial dos prefeitos, com exíguos prazos para manifestação sobre as proposições de iniciativa do Executivo. Afirmava que além de outros, eram responsáveis por essa situação, o prefeito do município de São Paulo, Sr. Faria Lima e o governador do Estado de São Paulo, o seu amigo Dr. Roberto Abreu Sodré.

Enveredou para a crítica dizendo que sem amplo exame e discussão, as Câmaras Municipais contribuíaam ao país dando curso a uma farsa condenável sobre a democracia.

Segundo o vereador, muitos projetos absurdos e inconstitucionais haviam sido aprovados por decurso do prazo. E o Sr. Prefeito tinha promulgado transformando-os em leis. Afirmou que se fosse interesse do Prefeito, podia haver maior prazo do que aquele mínimo estipulado na Lei Orgânica dos Municípios para estudo e debate de projetos complexos.

E dentre esses, listou o projeto da cremação de cadáveres, o qual, no dizer de criminalistas, de médicos e de legistas, estava mal redigido. Sua aplicação podia causar danos à coletividade. O prazo estava esgotando-se e o prefeito podia transformá-lo em lei, sem que as emendas fossem ouvidas e uma nova redação aprovada.

Com esse discurso, esgotou-se o tempo destinado ao Pequeno Expediente. O Sr. Monteiro de Carvalho continuou com a palavra e disse que via necessidade de reexame do projeto original do prefeito. Analisou que as emendas apresentadas mostravam apoio de vereadores do MDB. Pediu que o líder do MDB, na casa, o vereador Nelson Proença se entendesse telefonicamente com o gabinete do Sr. Faria Lima para que fosse concedido maior prazo para a deliberação sobre o projeto.

Em seguida, iniciou-se a participação do Sr. Antonio Sampaio que recuperou a história da prática da cremação no mundo. Posteriormente, falou do seu projeto em 1957 e disse que se naquela época era necessária a instalação de fornos, na década de 60 era mais necessário ainda. No entanto, havia outras discussões também importantes e necessárias. E começou a falar do projeto que tratava da subscrição de ações para aumento de capital da Companhia Municipal de Transportes Coletivos até o montante de NCr\$ 2.000.000,00.

Esse comportamento digressivo causou furor na Sessão. Acusou-se o MDB de não discutir os projetos. Quando foi possível dar a palavra ao Sr. Scalamandré Junior, o tempo estava escasso. O vereador tentou justificar as emendas que havia apresentado ao

projeto. Sendo que sua posição defendia a incineração de restos mortais e não a cremação de cadáveres.

Propunha a incineração dos restos mortais para acostumar a população à ideia da cremação, que em nosso país não era adotada em nenhuma cidade. Para não atrasar a discussão da matéria e permitir sua votação, encerrou brevemente suas palavras.

Com o retorno da palavra ao vereador Antonio Sampaio, a Câmara teve de ouvir novamente a história da cremação desde a Antiguidade e com isso o tempo destinado à sessão esgotou-se.

Em 17 de abril de 1967, durante a 376^a Sessão Ordinária, em virtude de haver espirado o prazo fatal para sua apreciação, de conformidade com o que dispunha o parágrafo segundo do artigo 21 da Lei Orgânica dos Municípios, o Projeto N° 11-67 foi retirado da pauta e considerado aprovado. Sendo assim apresentamos, em seguida, a legislação promulgada.

LEI N.º 7.017, DE 19 DE ABRIL DE 1967

Institui a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais no Município, e dá outras providências.

José Vicente de Faria Lima, Prefeito do Município de São Paulo, de acôrdo com o disposto no parágrafo 4.º do artigo 21 da Lei estadual n.º 9.205, de 28 de dezembro de 1965, promulga a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Executivo autorizado a instituir a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais, bem como a instalar, nos cemitérios ou em outros próprios municipais, por si, pelo Serviço Funerário da Capital, ou por terceiros, através de concessão de serviços, fornos e incineradores destinados àqueles fins.

Parágrafo único — Obedecidas as normais legais vigentes, a instalação e o funcionamento de fornos crematórios e incineradores poderão ser feitos através de organizações religiosas de notória tradição, as quais, para esse fim, ficarão sujeitas à permanente fiscalização da Prefeitura.

Art. 2.º — Será cremado o cadáver:

- a) daquele que, em vida, houver demonstrado esse desejo, por instrumento público ou particular, exigida, neste último caso, a intervenção de três testemunhas e o registro do documento;
- b) se, ocorrida a morte natural, a família do morto assim o desejar e sempre que, em vida, o "de cujus" não haja feito declaração em contrário por uma das formas a que se refere a alínea anterior.

§ 1.º — Para os efeitos do disposto na alínea "b" deste artigo, considera-se família, atuando sempre um na falta do outro, e na ordem ora estabelecida, o cônjuge sobrevivente, os ascendentes, os descendentes e os irmãos, êstes e aqueles últimos, se maiores.

§ 2.º — Em caso de morte violenta, a cremação, atendidas as condições estatuidas neste artigo, só poderá ser lavada a efeito mediante prévio e expresso consentimento da autoridade policial competente.

§ 3.º — A Prefeitura poderá determinar, observadas as cautelas indicadas nos parágrafos anteriores, tal seja o caso, a cremação de cadáveres de indigentes e daqueles não identificados.

Art. 3.º — Em caso de epidemia ou calamidade pública poderá ser determinada a cremação, mediante pronunciamento das autoridades sanitárias.

Art. 4.º — Os restos mortais, após a regular exumação, poderão ser incinerados, mediante o consentimento expresso da família do "de cujus", observado, para esse efeito, o critério estatuido no parágrafo 1.º do artigo 2.º.

Art. 5.º — As cinzas resultantes da cremação do cadáver ou incineração de restos mortais serão recolhidas em urnas, e estas guardadas em locais destinados a esse fim.

§ 1.º — Dessas urnas constarão, obrigatoriamente, o número de classificação, os dados relativos à identidade do "de cujus" e as datas do falecimento e da cremação ou incineração.

§ 2.º — As urnas a que se refere este artigo poderão ser entregues a quem o "de cujus" houver indicado, em vida, ou retiradas pela família do morto, observadas as normas administrativas e legais vigentes e o critério estabelecido no parágrafo 1.º do artigo 2.º desta lei.

Art. 6.º — Os serviços de cremação e incineração executados diretamente pela Prefeitura terão as tarifas remuneratórias respectivas fixadas oportunamente por decreto.

Parágrafo único — Se os serviços a que se refere este artigo forem realizados pelo Serviço Funerário da Capital, ou por terceiros, a fixação das tarifas remuneratórias respectivas estará sujeita a aprovação prévia do Executivo.

Art. 7.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 19 de abril de 1967, 414.º da fundação de São Paulo. — O Prefeito, **J. V. de Faria Lima** — O Secretário de Negócios Internos e Jurídicos, **Teófilo Ribeiro de Andrade Filho** — O Secretário das Finanças, **Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro** — O Secretário de Serviços Municipais, **João Moreira Garcez Filho**.

Publicada na Diretoria do Departamento do Expediente e do Pessoal, da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, em 19 de abril de 1967. — O Diretor, **Adriano Theodosio Serra**.

Figura 4. Lei N°7017, publicação em 20/04/1967. Fonte:
<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L7017.pdf>

Os jornais informaram os leitores sobre a promulgação da Lei N° 7017. Por exemplo, através da notícia intitulada “Cremação aceita; vai à promulgação”.⁶⁹ O texto indicou que não houve votação e que com isso, as emendas corretivas e supletivas apresentadas por vereadores da oposição e até da situação não haviam sido discutidas.

Um trecho da notícia tentou indicar que a promulgação ocorreu segundo interesses:

Nos últimos minutos da sessão de ontem, a liderança do Executivo, alertada por diversos edis acerca da necessidade de se impedir que o projeto se transforme em lei nos termos em que está redigido, tentou, sem êxito, obter do plenário a rejeição da matéria. Pretendia, com a iniciativa, oferecer ao Executivo a oportunidade de elaborar nova proposição, na qual seriam incluídas as sugestões oferecidas pelo plenário através de emendas. Entretanto, o Sr. Antonio Sampaio, do bloco minoritário, que já em 1957 apresentou na Edilidade projeto dispondo sobre cremação de cadáveres, ocupou todo o tempo que lhe foi destinado para discutir a matéria, impedindo assim que o projeto fosse colocado em votação.⁷⁰

De qualquer forma, como apresentamos nesse capítulo, a cremação foi aprovada. Embora houvesse inicialmente alguma oposição da Igreja, o estudo indicou que a grande contrariedade ao projeto não se dava por motivo religioso, mas sim porque autoridades políticas e a população defendiam a cremação de pessoas que tivessem manifestado o desejo desse fim para seu corpo. A questão polêmica, que não foi resolvida até a promulgação da Lei N°7017, tratava da cremação dos corpos de indigentes. Ao logo da dissertação, averiguamos o quanto esse ponto teve relação com o momento político marcado pela ditadura militar⁷¹.

⁶⁹ 15/04/1967, *O Estado de S. Paulo*, p.9. Cremação aceita; vai à promulgação.

⁷⁰ Fragmento da notícia intitulada “Cremação aceita, vai à promulgação”, divulgada em *O Estado de S. Paulo*, 15/04/1967.

⁷¹ Não discutimos nessa dissertação as interpretações e a nomenclatura apresentadas para definir esse período na História do Brasil. Utilizamos “ditadura militar” dado que uma das fontes principais do trabalho, a Ação Civil Pública sobre os desaparecidos políticos da vala de Perus, emprega esse termo.

A seguir, estudamos como a imprensa cobriu o início da cremação em São Paulo e como se deu a liberação da cremação pelo Vaticano, em um período em que os jornais traziam os embates entre religião e ciência sobre o corpo humano vivo e morto.

Capítulo 2. A imprensa e a cobertura do início da cremação em São Paulo

Neste capítulo, através da análise de textos estudamos a maneira pela qual os dois grandes jornais de circulação nacional – *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* – cobriram o processo de implantação da cremação em São Paulo. Ou seja, como divulgaram o plano das autoridades em relação à cremação em São Paulo, as intenções que sustentaram esses planos e as opiniões da sociedade sobre a nova prática. Resumidamente, nesse capítulo desenvolvemos como a imprensa influenciou a opinião pública e como foi influenciada ao informar e comentar sobre a prática crematória na cidade.

Como já foram mencionados, na apresentação dessa dissertação, o breve histórico dos grupos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e o método utilizado (Análise do Discurso)⁷² para o estudo dos textos, passamos diretamente às observações.

A grande característica averiguada, a partir da leitura de notícias e reportagens ao longo do período 1967-1974, foi a presença de elogios e tom de aprovação em relação à prática crematória. Somente poucos textos, de caráter opinativo, como crônicas e artigos exprimiram desconforto ou dúvidas em relação à adoção desse fim para o corpo morto.

Os textos informativos estiveram alinhados com o discurso das autoridades políticas, ou seja, demonstraram a eficiência da cremação e motivos para adotá-la. Também trouxeram muitas linhas revelando a expectativa da população, a empolgação dos cidadãos para realizarem, assim que fossem inaugurados os fornos, cremações de parentes ou registro desse desejo para seu próprio corpo.

Um exemplo de notícia favorável à cremação esteve nos jornais em 10/08/1974. Nessa data, o leitor de *Folha de S. Paulo* encontrou em “O crematório, já oficialmente”, dois dias antes da inauguração oficial do crematório de Vila Alpina, muitas palavras positivas sobre o novo destino para os corpos mortos.⁷³

⁷² Reforçamos que nossa atenção se deteve nos sujeitos gramaticais, nos tempos verbais, no emprego de advérbios, nas informações recorrentes, nas contrariedades, na divulgação de fatos que nomeamos de estranhos por serem isolados, sem continuidade, nem oportunidade de serem questionados por outros textos da imprensa.

⁷³ 10/08/1974. *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. O crematório, já oficialmente.

O título com o termo “já” escondeu o percurso longo e tortuoso que foi trilhado até a concretização do crematório. Camuflou que foi plano dos anos 60, que se tentou implantá-lo em Vila Nova Cachoeirinha, em Perus e somente em 1974 foi inaugurado em Vila Alpina.

O enaltecimento do crematório apareceu no texto ao qualificá-lo “como um dos mais modernos em funcionamento atualmente” e em parágrafos inteiros como:

A firma inglesa Dowson e Mason Limited especializada na instalação de fornos crematórios foi a responsável pela implantação da aparelhagem, que compreende desde painéis eletrônicos, que controlam o equipamento até células fotoelétricas que impedem a emissão de raios ultravioletas, caso o corpo a ser cremado tenha sofrido radiações de cobalto. O processo é quase todo automático oferecendo assim soluções.⁷⁴

Quanto ao referido longo percurso, o título encobriu que os planos governamentais haviam mostrado indeterminação do local e os jornais mesmo ora haviam dito que seria em Vila Nova Cachoeirinha, ora em lugar ainda não decidido. Pelo menos, até 1970, as notícias apresentaram contradições e deixaram em aberto o lugar onde seriam instalados os fornos que haviam chegado ao porto de Santos.

Em maio de 1967, a imprensa trouxe a fala do engenheiro Flávio Magalhães, coordenador de Trabalho dos Ministérios, naquela data, informando que até o fim daquele ano devia estar em funcionamento o primeiro crematório da capital, “Possivelmente, será instalado no novo cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, ou no de Vila Formosa, ou ainda, em algumas instituições religiosas.”⁷⁵

Em maio de 1968, o jornal *Folha de S. Paulo*, revelou que o primeiro forno crematório de São Paulo, devia ser instalado no Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, e ter seu edital de concorrência publicado em breve período.⁷⁶

No entanto, *O Estado de S. Paulo* noticiou no texto “Cemitério”, em 1967, que havia planos para São Paulo ter mais de um forno crematório, em locais diferentes.

⁷⁴ Fragmento da notícia intitulada “O crematório já oficialmente” publicada em *O Estado de S. Paulo*, em 10/08/1974, p.8.

⁷⁵ 06/05/1967, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6.

⁷⁶ 23/05/1968, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.9.

O prefeito ordenou ontem que seja imediatamente construído o Cemitério de Vila Alpina, para que possa ser inaugurado dentro de oito meses. A nova necrópole obedecerá ao modelo do Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, no qual não se permite a construção de mausoléus. Simples lápides marcarão os despojos, que serão recobertos por gramados. O local terá espelhos d'água e amplo arvoredo e contará com columbários, além de dispositivos para receber fornos crematórios.⁷⁷

Em 1968, esse jornal informou que além de Vila Nova Cachoeirinha e Vila Alpina, o Cemitério de Vila Formosa “possivelmente” ia comportar um incinerador de esqueletos. O mesmo texto ainda apresentou que para Vila Nova Cachoeirinha havia planos para três fornos diferentes.⁷⁸

Em 1970, a imprensa divulgou que o local do primeiro forno havia sido definido: Cemitério de Vila Alpina. No entanto, revelava uma justificativa frágil para essa escolha.

“A ideia de cremar cadáveres não é nova. Inicialmente, a instalação do primeiro forno estava prevista para o cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, mas a prefeitura resolveu mudar o local. O engenheiro civil Fabio Pereira Bueno, diretor do Departamento de Cemitérios, explica:

- Para nós não importa muito o local de instalação. Importa, isto sim, que o forno seja instalado. E a ideia de fazê-lo em Vila Alpina me parece boa, uma vez que o novo cemitério será um dos mais modernos da cidade, com prédios de linhas moderníssimas e todo ajardinado.”⁷⁹

⁷⁷ 13/04/1967, *O Estado de S. Paulo*, p.13, Cemitério. A confirmação dessa notícia apareceu nesse mesmo jornal em 12/03/1969, com o texto intitulado “Forno crematório”. O prefeito Faria Lima já autorizou o secretário dos Serviços Municipais a comprar mais um forno crematório de cadáveres que será instalado no cemitério de Vila Alpina, já em fase final de construção. O aparelhamento, encomendado na Europa, deverá ser igual ao que foi adquirido para o cemitério da Vila Nova Cachoeirinha e que ainda este ano estará em funcionamento.

⁷⁸ O Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha deverá ser o primeiro no Brasil a utilizar forno crematório, para incineração de cadáveres. Nesse sentido, foi aberta concorrência pública para construção de três fornos incineradores, com capacidade para seis cadáveres e 12 esqueletos cada. O custo de cada forno está estimado em 200 mil cruzeiros novos.

As propostas para construção dos fornos crematórios serão abertas quarta-feira na Secretaria das Finanças.

São previstos três tipos de fornos: para cremação de dois cadáveres e quatro esqueletos diários; quatro cadáveres e oito esqueletos e cremação de seis cadáveres e 12 esqueletos. As propostas contem duas alternativas: fornecimento do material e a construção do prédio apropriado, por conta do fornecedor. 28/06/1968, *O Estado de S. Paulo*, p.12, Cemitério vai ter crematório.

⁷⁹ 24/12/1970, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6. Forno crematório vai funcionar em SP em 1971.

Essa explicação não apresentou nenhuma ligação com os itens que até então pareciam pesar na determinação do local apropriado aos fornos: localização com facilidade de trajeto, em cemitério com falta de lugar para sepultamentos e que recebesse corpos de indigentes; segundo o texto, apenas havia sido escolhido o Cemitério de Vila Alpina por ser lugar moderno.⁸⁰

Ainda que somente com o auxílio do texto da Ação Civil Pública tenhamos descoberto que a dificuldade de definir a necrópole receptora dos fornos e a demora de construir efetivamente o crematório esteve relacionada a problemas no projeto identificados pela empresa fornecedora dos fornos e a posições contrárias à cremação de indigentes, o mencionado título da notícia de *Folha de S. Paulo* - “Cremação, já oficialmente” - tentou promover o esquecimento de anos de cremação, em ideia e papel. Dessa forma, com o emprego do “já” tentou induzir o público a crer na presteza dos governantes em atender um problema da cidade: a falta de espaço para seus mortos.

Os diversos textos informativos dos jornais que abordaram a questão da cremação entre 1967 – 1974 apresentaram além de otimismo com a chegada dos fornos, muitos dados que não se confirmavam, ou melhor, que sofreram alterações frequentes, como mostramos em relação ao local para instalação dos fornos. A imprensa tentou acompanhar as mudanças de planos das autoridades e, ao mesmo tempo, procurou não se opor ao discurso das mesmas.

Por exemplo, durante algum tempo, a população não soube certamente qual a procedência dos fornos. O jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1968, publicou uma informação isolada, dizendo que os fornos vinham da Suíça e a *Folha de S. Paulo*, em 1969, afirmou que era da Grã-Bretanha (o que foi confirmado por inúmeras notícias posteriores) para o Porto de Santos.⁸¹ Na época, o leitor ficou sem ter como tirar a limpo essa informação, assim como nós, se não tivéssemos lido o texto da Ação Civil Pública, especialmente o depoimento de Fábio Pereira Bueno, que mostrou a existência de duas opções na época da concorrência pública: ou as autoridades compravam fornos elétricos suíços ou fornos a gás ingleses.

⁸⁰ Apesar do esclarecimento sobre o local, os leitores ainda não tinham certeza se o crematório admitia um, dois, três fornos.

⁸¹ Em 1969, a *Folha de S. Paulo* fez cobertura detalhada da chegada dos fornos a Santos.

Quanto ao ano em que os fornos iam começar a funcionar, verificou-se novamente uma série de informações desencontradas. Por exemplo, em setembro de 1968, *O Estado de S. Paulo* informou que o prefeito Faria Lima havia autorizado a compra de dois fornos crematórios para o Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha e estes deviam ser colocados dentro de 7 meses ao lado da capela que estava sendo construída no cemitério. Dessa forma, os leitores entendiam que, em 1969, podiam encontrar o serviço naquele cemitério.⁸²

Posteriormente, falou-se que o crematório ia funcionar no início de 1970, mas em dezembro de 1970⁸³, os jornais indicaram a prorrogação do prazo para 1971.

Em março de 1971⁸⁴, a *Folha de São Paulo* fez anúncio da cremação para abril de 1972. Falava-se que a concorrência pública para a construção do edifício que ia abrigar o forno crematório estava aberta sendo que as obras tinham um ano para a conclusão e que custariam mais de 2 milhões e 200 mil cruzeiros. Propagava-se que no prédio, os dois fornos incineradores podiam cremar cerca de 10 corpos diariamente, havendo ainda a necessidade da instalação de geladeiras para a guarda de corpos, capela e outras instalações. No entanto, em fevereiro de 1972⁸⁵, os jornais esclareceram que o crematório devia funcionar em novembro. O texto mencionava que a prefeitura acreditava que a instalação do forno e a construção de novos cemitérios, bem como a ampliação de outros amenizariam o problema dos sepultamentos em São Paulo até o fim do século.

Em julho de 1972, houve anúncio de início de operação para 1973.⁸⁶ Em janeiro de 1973, os jornais divulgaram que em março, a prefeitura devia inaugurar o primeiro forno crematório do País, que estava sendo construído na Vila Alpina. Com isso, os cemitérios iam ser aliviados em aproximadamente 10% de sua capacidade de utilização.

Em setembro do mesmo ano, houve notícia indicando para dezembro o início do serviço de cremação na capital, em caráter experimental.⁸⁷ Porém, os testes ocorreram no primeiro semestre de 1974 e a cremação passou a ser oficialmente oferecida em 12 de agosto de 1974.

⁸² 06/09/1968, *O Estado de S. Paulo*, p.12. Prefeito comprará dois incineradores.

⁸³ 24/12/1970, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6. Forno crematório vai funcionar em SP em 1971

⁸⁴ 18/03/1971, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Cremação de corpos vai começar em abril de 1972.

⁸⁵ 03/02/1972, *O Estado de S. Paulo*, p.24. Crematório será para novembro.

⁸⁶ 15/07/1972, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.9. Em Vila Alpina, o primeiro forno crematório do País.

⁸⁷ 21/09/1973, *O Estado de S. Paulo*, p.21. Forno Crematório.

Como mencionamos, a leitura do texto da Ação Pública auxiliou a compreensão da presença desses equívocos quanto ao lugar adequado ao forno (ou os fornos, como os jornais às vezes mencionavam) e as confusões com as datas apresentadas nos jornais.

Esse assunto pertence a um capítulo posterior, mas podemos adiantar que as linhas da imprensa trouxeram à luz o conturbado plano das autoridades governamentais: embora a cremação tenha sido pensada, na década de 50, como forma de resolver a falta de espaço para sepultamento e tenha sido apresentada em meio a um discurso de modernização urbana, na década de 60, ela sofreu influência dos planos e ações do governo ditatorial instalado em 1964. Segundo os procuradores, o atraso na implantação dos fornos crematórios na cidade ocorreu devido ao questionamento da legislação, especialmente, no tópico concernente a possibilidade de se autorizar a cremação de indigentes. Outro travancamento foi causado pela empresa fabricante dos fornos, que não concordou com o projeto, apontando irregularidades e sugerindo ajustamentos. Esses dois pontos dificultaram a rápida instalação dos fornos trazidos em 1969 e a definição do local dos mesmos.

De qualquer maneira, antes da definição por Vila Alpina, muitas notícias haviam divulgado que o ponto apropriado ao crematório era um cemitério afastado, considerado destino de indigentes. O(s) crematório(s) não deviam estar ao alcance do olhar da população, eram planejados para locais distantes das zonas centrais, para a periferia onde ocorria a metropolização da pobreza.

A urbanização do município não ocorria uniformemente e os fornos não deviam se localizar em locais de destaque, embora fossem divulgados como necessários à modernização da cidade. Segundo Lúcia Maria Bógus e Maura Pardini Veras:

Como já é bastante conhecido, o processo de metropolização em São Paulo teve na raiz de sua constituição a descentralização das atividades industriais – originariamente alocadas no município de São Paulo – e a localização residencial da população de baixa renda, desencadeando o fenômeno da metropolização da pobreza. Tal fenômeno foi também marcante em outras regiões metropolitanas do País, onde a "periferização" significou a ocupação de áreas cada vez mais distantes dos centros urbanizados, geralmente desprovidas de infra-estrutura...⁸⁸

⁸⁸ BÓGUS, L. M. M., VÉRAS, M. P. B. A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização. In: *Cadernos Metrópole*, n.3, p.81-98.

Ou seja, não eram propostos para locais de moradia, circulação ou comércio de elite, para a região da Avenida Paulista, do primeiro *Shopping Center* de São Paulo, nem da São Paulo do prefeito Faria Lima com a Avenida 23 de maio, Rubem Berta, Rua da Consolação... Na década de 70, o forno não estaria perto da Faria Lima com seu processo de verticalização. Nem mesmo a linha de metrô, inaugurada em 1975, passaria perto dele. Os lugares destinados à cremação eram bairros desamparados pelas autoridades, com problemas de infraestrutura, onde as associações de moradores enfrentavam problemas relativos à construção ilegal de domicílios e problemas de exclusão social. Segundo a professora Marta Dora Gronstein:

O padrão de urbanização brasileiro imprimiu às metrópoles pelo menos duas fortes características associadas ao modo predominante de “fazer cidade”: apresentam componentes de “insustentabilidade” vinculados aos processos de expansão e transformação urbana e proporcionam baixa qualidade de vida a parcelas significativas da população. Esse padrão cria um espaço *dual*: de um lado, a *cidade formal*, que concentra os investimentos públicos e, de outro, seu contraponto absoluto, a *cidade informal*, que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana, sem atributos de urbanidade (...)⁸⁹

O fato de o crematório ter sido pensado para um local de pouco investimento e de crescimento ilegal indicava que não era um símbolo de modernidade como os jornais até então haviam veiculado. Se assim o fosse, mereceria um local de visibilidade.

Os estudos das autoridades direcionavam os fornos para Vila Nova Cachoeirinha, Perus, Vila Formosa. Locais onde eram realizados sepultamentos da população carente e de indigentes em cova rasa ou quadra geral. Ou seja, não só os vivos daquelas regiões tinham menos acesso aos melhores serviços e melhores oportunidades da cidade, os mortos de lá também recebiam o descaso, a rejeição e isolamento. Isso conduz o pensamento para a conclusão de que o crematório não era para qualquer corpo morto, era para aquele que “frequentava” as áreas menos nobres da cidade, ou para aquele que deveria parecer isso. Qual família moradora de um bairro bem estruturado da cidade

⁸⁹ GRONSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana – a persistência de processos insustentáveis. In: *São Paulo em Perspectiva*, 15(1) 2001, p.13-19.

atravessaria São Paulo para cremar seu parente em Vila Nova Cachoeirinha, Vila Formosa, Perus ou mesmo Vila Alpina?

Ainda que essas incongruências não tenham sido assinaladas pela imprensa, algumas brechas nos textos mostraram a seriedade do assunto e, simultaneamente, que os jornais não tinham plena segurança em abordá-lo.⁹⁰

Sobre a Lei N°7017, por exemplo, apesar do conteúdo da mesma ter sido explicado em notícias e reportagens, alguns textos informaram que foi promulgada por decurso de prazo, mas não apontaram claramente o que isso significava.⁹¹ A dita lei aparecia nos textos como “lei exigente” e “lei rigorosa”, com detalhes quanto aos procedimentos que o corpo devia passar e com destaque quanto à documentação necessária para o processo, no entanto, não havia crítica sobre a possibilidade de a prefeitura poder autorizar a cremação de indigentes e não identificados. Não foi houve cobertura dos debates ocorridos na Câmara Municipal sobre a prática crematória e a implantação dos fornos. Publicou-se equivocadamente que os vereadores não quiseram discutir o assunto, “julgado de extrema delicadeza.”⁹² Apesar da distorção, pois vimos, em capítulo anterior, que o tema esteve na pauta de várias Sessões, a notícia exprimiu que a cremação e a implantação dos fornos não eram tão tranquilas para as autoridades.

Outro exemplo de desassossego da imprensa foram títulos como “Cremação apenas um problema de espaço” que indicaram que haviam sido comentados outros fatores e justificativas para a instalação dos fornos, mas os jornais tentavam indicar que essa prática só estava sendo defendida para resolver o problema das necrópoles.

Ao longo do período 1967-1874, o público leitor encontrou muito mais textos a favor da cremação do que contra. Uma oportunidade de ler sobre o enaltecimento dos fornos esteve no artigo sem assinatura “Cremação” de 1967.⁹³

Nesse texto o autor comentou que o crescimento da metrópole provocara a mudança de mentalidade da população. Essa situação somada à saturação dos cemitérios fez com que a cremação se tornasse “aspiração coletiva, em anteprojetado, em projeto e

⁹⁰ Devemos salientar que a ausência de críticas na imprensa da época sofreu influência do contexto de produção (período de ditadura) e da decisão dos jornais de buscar uma linha mais informativa do que opinativa.

⁹¹ Em 13 de abril de 1967, em *Folha de S. Paulo*, encontramos “lei recentemente aprovada”. Em 18 de agosto de 1969, em *Folha de S. Paulo*, usou-se “Lei aprovada pela Câmara Municipal”.

⁹² 07/08/1969, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p. 18. Cadáveres já poderão ser cremados em SP em 1970.

⁹³ 22/04/1967, *O Estado de S. Paulo*, p.7. Cremação

chegou a ser lei”. Embora o autor tenha criticado a legislação dizendo que o documento foi mal elaborado, escreveu que “Ela representa um progresso. E não é razoável que resistências injustificáveis dificultem, para os que pretendem aproveitar-se da permissão legal, que a lei entre no domínio público”. O autor mostrou-se completamente a favor dos fornos dizendo que além da praticidade, a cremação valorizava a saudade.

Outro exemplo, a notícia “Provedor é pela cremação”⁹⁴ Nessa notícia, o ministro Afrânio da Costa, provedor geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, pronunciou-se favorável à cremação. A expressão de sua posição pessoal aconteceu ao comentar a promulgação realizada pelo prefeito Faria Lima. O ministro completou dizendo que a cremação oferecia redução dos custos e que trazia uma solução definitiva para a falta de espaço nos cemitérios.

O corpo do texto levantou duas questões curiosas, que não foram citadas em mais nenhuma fonte desse trabalho: primeiro, a existência de fornos na Santa Casa. Fornos que foram fechados por não serem utilizados já que ninguém desejava ser cremado. E segundo, que a adoção dessa prática, no Rio de Janeiro, era alçada do governo estadual.

De qualquer forma, a divulgação das palavras do Sr. Afrânio da Costa serviram para difundir positivamente o uso dos fornos crematórios.

A imprensa não perdeu nenhuma oportunidade para valorizar a cremação. Mais um exemplo pode ser apontado com o texto “O Brasil Pré-histórico: câmara de incineração descoberta no Nordeste”⁹⁵ O jornal fez propaganda positiva da cremação ao divulgar as palavras de um especialista, o professor Armando Laroche, induzindo o pensamento dos leitores a aceitar a cremação com naturalidade.

Nessa matéria, revelou-se que o gabinete de História Natural do Colégio Estadual de Pernambuco ao prosseguir pesquisas arqueológicas “descobriu nas imediações da Cachoeira do Rio Orobó, na fazenda Parquevira, uma câmara de incineração pré-história, contendo vestígios humanos carbonizados”. O jornal evidenciou que o professor Laroche, coordenador das pesquisas, dissera que a descoberta provava que a cremação remontava a pré-história, “quando grupos humanos já cremavam seus mortos e conservavam suas cinzas em urnas hermeticamente fechadas”. Segundo o texto, a antiguidade da prática mostrava que não era necessário cultivar desconfiança em relação aos fornos crematórios.

⁹⁴ 22/04/1967, *O Estado de S. Paulo*, p.5.

⁹⁵ 14/03/1973, *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, p.8.

Os jornais também usaram as palavras de funcionários do SFMSP e de autoridades envolvidas com a questão da cremação para sublinhar a necessidade e eficiência do processo crematório. Por exemplo, trouxeram a fala do chefe do Departamento de Planejamento da Divisão de Cemitérios para enfatizar a necessidade da cremação em São Paulo.

“Construir fornos crematórios em grandes centros como São Paulo é tão indispensável como abrir ruas e construir escolas e hospitais. Somente eles podem solucionar o problema da falta de espaço nos cemitérios e as religiões estão hoje suficientemente esclarecidas para compreenderem sua necessidade.”⁹⁶

Outros exemplos puderam ser percebidos com as palavras do diretor do Departamento de Cemitérios da Prefeitura, Sr. Fábio Pereira Bueno. Ora mencionando que acreditava na conscientização popular sobre as vantagens da cremação. “Basta apenas construir mais fornos crematórios, pois economicamente, eles são mais viáveis para a Prefeitura e até mesmo para a família dos mortos.”⁹⁷

Ora falando das vantagens do processo: “Esse investimento é inteiramente compensado pelas vantagens de ordem econômica, estética e higiênica, conforme tem sido demonstrada em todo o mundo.”⁹⁸

Alguns textos da imprensa tentaram indicar que a população estava curiosa e ansiosa pela cremação, como o trecho a seguir:

Mais de mil visitantes no fim de semana, aproximadamente 50 telefonemas somente no dia de ontem, dezenas de cartas, de todas as partes do Brasil, solicitando informações. Em uma delas, do Rio, uma senhora assim se justificava: ‘Sempre idealizei esse meio de encerrar de maneira simples, mais higiênica e mais prática a vida material. Por estar viva, penso na morte, na certeza de que só ela não falhará...’⁹⁹

⁹⁶ 18/08/1969, *Folha de S. Paulo*, Primeiro caderno, p.4. Forno crematório de São Paulo funcionará no início de 1970.

⁹⁷ 05/01/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6. Forno Crematório de Vila Alpina entra em funcionamento em março.

⁹⁸ 21/02/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6. Cremação de corpos a partir de agosto.

⁹⁹ 13/08/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Cremação já começa a ser oferecida como opção.

Para encontrarmos algumas palavras que mostrassem uma opinião ou uma crítica em relação à chegada da cremação em São Paulo foi preciso ler atentamente os artigos, as cartas de leitores e as crônicas. Seria mais óbvio encontrar um texto opinativo nos editoriais, porém não vimos nenhum editorial que questionasse seriamente a necessidade de um crematório em São Paulo, que questionasse a saturação dos cemitérios ou que colocasse em xeque a necessidade de São Paulo possuir um crematório para se mostrar moderna.

Certa oposição ao plano dos fornos apareceu na coluna de Ruth Guimarães.¹⁰⁰ Em um dos seus textos, ela escreveu que todos tinham medo dos mortos e que habitualmente não se falava em cremação. A autora introduziu então um caso revelando que, no interior, um prefeito insistira em implantar a cremação e quando deu a data da inauguração, esperou-se uma morte na cidade para haver o primeiro corpo destinado aos fornos. Por coincidência, quem faleceu foi a mãe do próprio prefeito. A autora concluiu: “E então – moral e castigo – ele mandou fazer o enterro da mãe e nunca mais tentou queimar mortos. Tomou ensino”.

A coluna de Odon Pereira também manifestou dúvida quanto à necessidade da cremação para a cidade, mais de uma vez. Vejamos dois exemplos:

Pergunta nº 1: a Prefeitura sabe quantas pessoas já manifestaram seu desejo de ter seus corpos cremados após a morte? Dentro de quatro ou cinco meses começa a funcionar o forno crematório de Vila Alpina, mas sabe-se pouco da disposição de cada um de nós sobre essa forma de encerrar a carreira.¹⁰¹

Pergunta nº 2: quantas pessoas já solicitaram a cremação de seu corpo após a morte? A cremação de cadáveres, assunto extremamente polêmico à época da aprovação da lei, será agora realidade em São Paulo, com a instalação do forno crematório no cemitério de Vila Alpina. Mas alguns especialistas afirmam que acontecerá aqui o que já aconteceu na maioria das outras cidades do mundo: a cremação será pouquíssima solicitada.¹⁰²

Houve expressão de ironia sobre a funcionalidade dos fornos em “Notas econômicas”, de Joelmir Beting.

¹⁰⁰ 01/11/1967, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.4.

¹⁰¹ 17/04/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8.

¹⁰² 18/07/1972, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.10.

Como o forno crematório funciona à base de óleo cru e como o petróleo promete tomar chá de sumiço, eis armado enguiço: a inauguração do ‘nada se perde’ a óleo poderá ser protelada ‘*sine die*’, não por falta do primeiro defunto, como na telenovela, mas por racionamento de combustível.¹⁰³

A ironia também esteve presente na crônica “A favor da viscondessa, contra o forno” de Lourenço Diaféria. Nesse texto, o autor comentou inicialmente a cassação de sepulturas de figuras proeminentes da história do País, ou da cidade, no cemitério da Consolação. Avaliou a efemeridade da vida e das situações (“Como se vê, a glória do mundo é de fato transitória e não de seve confiar muito nela.”) e levantou a questão da implantação dos fornos crematórios na cidade. Disse que eles estavam chegando para os leitores, e não para ele, autor, pois a cremação alimentava nele “um certo complexo de lixo”. Dessa forma, fez sua crítica discretamente. Ao final do texto, acrescentou:

Agradeço as atenções municipais e o avanço da tecnologia que me oferecem hoje o que de melhor se faz em matéria de liquidar com defunto em tempo recorde, ao som agradável de música pop – ou será outra cascata? – com todos os serviços de atendimento eficiente e a preços convidativos. Agradeço e abro mão, preferindo optar pelo sistema de sepultamento tradicional, em que se vai de valsa, cortejo, carrinho de mão, aquele negócio bacana que é realmente um sarro. Cremação é muito careta: o finado nem chega a curtir o enterro.¹⁰⁴

O autor, então, nessa crônica não considerou a cremação como um destino adequado ao corpo morto, indicando-a apropriada ao lixo e mencionando-a como processo eficiente para liquidar um corpo, sem apresentar oportunidade para uma despedida digna.

A oposição aos fornos apareceu discreta, irônica e raramente nos jornais de grande circulação de São Paulo.

Nesse capítulo, portanto, apresentamos como a imprensa noticiou e comentou os planos e a instalação dos primeiros fornos crematórios na cidade. As críticas foram

¹⁰³ 26/10/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.15.

¹⁰⁴ 27/03/1974, *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, p.1.

poucas, no entanto, o entusiasmo e as justificativas para convencer o público sobre tal medida foram registros numerosos. A intenção de preparar favoravelmente os cidadãos apareceu não só nos textos informativos, como também em alguns textos de opinião e até de forma bem sutil em títulos como “Cremação atenua os traumas do enterro”¹⁰⁵.

Noticiar a intenção de implantação de um crematório afastado dos olhares e das considerações da sociedade sem se aprofundar e criticar teve relação obviamente com o alinhamento político daqueles que estavam por trás do jornal (editores e proprietários, principalmente), mas também com as condições do período, no caso, de ditadura militar. A censura e a violência típicas desse período foram temas de inúmeros estudos acadêmicos e já foram inclusive explicitadas pela mídia. Dessa forma, reconhecendo as técnicas de cerceamento de expressão e de pensamento, não podemos afirmar que a imprensa apoiava sem restrições, a prática crematória da cidade, embora tenha induzido a população a aceitá-la. Em seguida, apresentamos a participação da Igreja nesse processo de implantação dos fornos na capital.

¹⁰⁵ 11/06/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.13.

Capítulo 3. Ciência, Religião e escolha do destino do corpo morto

Em algumas oportunidades, a imprensa indicou como um dos obstáculos à implantação da cremação na sociedade paulistana a crença em valores cristãos e tradições favoráveis à manutenção da integridade física do falecido. Durante as discussões na Assembleia Legislativa, os vereadores também apresentaram como dificuldade para a aceitação dos fornos o fato de haver a prevalência da religião católica entre os cidadãos. No entanto, sabemos que a partir da “*Instruction De Cadaverum Crematione*”, a Igreja Católica Apostólica Romana revelara que sua oposição à cremação não existia, nada havia contra o ato de cremar um corpo, mas sim contra a intenção de negar um dogma cristão, acima de tudo, a ressurreição dos mortos e a imortalidade da alma. Nos anos 60, portanto, a ICAR mostrou posição mais flexível sobre a cremação, considerando que a ocorrência dela baseava-se em outros motivos e intenções, não mais se relacionando ao desejo de questionar e confrontar os dogmas religiosos.¹⁰⁶

No jornal católico *O São Paulo*, o posicionamento da Igreja ficou registrado em alguns artigos e entrevistas. Por exemplo, em 1964, o público leu que as medidas propostas pela Prefeitura de São Paulo para resolver os problemas da saturação dos cemitérios não deviam ser encaradas como enfrentamentos “aos sentimentos piedosos ou mesmo religiosos da população”. O texto prosseguia dizendo que a própria Igreja abrandara sua posição em relação à cremação por motivos de higiene, de economia ou “outros igualmente aceitáveis”. Ou seja, desde que não fosse para desprezar valores e dogmas católicos. Segundo esse jornal, a Igreja, no entanto, desejava que o costume da inumação não fosse abandonado pelo povo cristão, a não ser em caso de verdadeira necessidade. A dificuldade em aceitar tranquilamente a prática crematória surgia, no entanto, na conclusão do artigo, na frase: “Não se pensa em tal nesta Cidade, felizmente.”¹⁰⁷

A grande imprensa, de sua parte, mostrou em algumas notícias a dificuldade entre a aceitação e a não aceitação divulgando que a ICAR até considerava a prática adequada em situações sanitárias adversas ou como medida econômica.

¹⁰⁶ A liberação da cremação aos fiéis pela Igreja Católica Apostólica Romana não foi plena, no sentido de que ela foi aceita em determinadas situações tais como guerras, pestes e necessidade de adoção de um meio mais econômico para dar um fim ao corpo morto. A preferência continuou a ser pela inumação.

¹⁰⁷ 18/10/1964. *O São Paulo*, p 3. Em torno dos cemitérios.

De qualquer forma, o Papa havia então permitido os sacramentos àqueles que eram destinados à cremação. Mas como nos jornais de grande circulação foi frequentemente assinalado o peso da religião na problemática da adoção da prática crematória, esse tópico mereceu aprofundamento neste presente estudo.

Em 1966, o leitor de *O Estado de S. Paulo* pode ler “A questão da cremação”, um texto opinativo que abordava a oposição à cremação.

O autor apresentava uma pessoa adepta fervorosa da cremação, um jornalista - Americo R. Netto - que trabalhara durante longos anos na redação daquele jornal e através das palavras de Americo discute as forças contrárias à chegada da cremação.

Defendia que não era mais a Igreja Católica a maior adversária do forno crematório, pois, a partir de 1963, com a mudança de posição das autoridades eclesiásticas a cremação, apesar de não ser aconselhada, passou a ser tolerada.

O texto continuava mencionando que na opinião de Américo Netto, os “mais obstinados e atuantes inimigos da cremação” eram outros, aqueles que tinham interesses políticos e econômicos nos serviços de sepultamento, as empresas funerárias, e os violadores de túmulos.¹⁰⁸

Segundo a coluna, Américo Netto considerava que a imprensa podia ter discutido com mais profundidade e alarde o tema e destacava que a posição dos meios de comunicação conseguia influenciar a opinião pública “dominada por uma série de preconceitos e superstições”.

O próprio autor finalmente expressou seu ponto de vista dizendo que a construção de fornos funerários no Brasil era uma questão de tempo e defendia isso simplesmente por acreditar na exiguidade de terrenos para os cemitérios na capital. Afirmou que para ele não havia preferência de uma opção a outra “tanto se me dá que seja enterrado como queimado – cadáver não tem opinião”.

Concomitantemente à indicação de que a população tinha preconceito com a cremação, o texto apresentava a ideia de que a maneira de se despedir do corpo morto correspondia a uma questão de hábito. De certa forma, até justificava a resistência ao qualificá-la como “instintiva, espontânea, subconsciente”.

Ao mencionar que houve uma alteração de posição da ICAR em relação à liberação da cremação e ao não apontá-la como opositora principal à prática, o texto nos

¹⁰⁸ Nesse ponto o texto lembra algumas discussões da Câmara Municipal nas quais os vereadores apontaram que havia um esquema lucrativo nos negócios de sepultamento, o que conduzia a denúncias de cobranças de taxas indevidas e vendas ilegais de sepulturas.

fez pensar quanto a ocorrência do Concílio Vaticano II, entre 1962-1965, e a intenção de modernizar a Igreja podiam ter influenciado a liberação da cremação.

Segundo Ney de Souza, após a Segunda Guerra, ficou claro que a população mundial começara a viver sob um novo paradigma: do paradigma eurocêntrico, colonialista, imperialista e capitalista, o mundo passara ao paradigma policêntrico, global e de orientação ecumênica. Esse reflexo da Modernidade (a propagação de ideias e valores liberais) somado à ascensão de outros grupos religiosos - como os protestantes - e à demanda de tomada de posicionamentos políticos indicou a necessidade de reflexão por parte da Igreja sobre seu papel no mundo.

Com o Papa João XXIII, anunciou-se a intenção de realização de um concílio havendo duas grandes motivações: a de restaurar o diálogo entre a Igreja Católica e as Igrejas irmãs e a de se empreender uma tarefa essencial - o *aggiornamento* – entendida como uma atualização da Igreja com o objetivo de inserir de forma atuante o cristianismo no mundo.¹⁰⁹

O estudioso Ney de Souza afirmou que, no Brasil, o Concílio Vaticano II possibilitou uma maior participação dos leigos na Igreja paulistana. No entanto, esclareceu que a maior alteração foi que a Igreja passou a ser sinônimo de Povo de Deus.¹¹⁰

Também defendeu que os leigos assumiram diversas atividades, até mesmo a direção de celebrações da Palavra. E apesar do conservadorismo do Cardeal Rossi¹¹¹, Arcebispo de São Paulo entre 1965-1970, foi possível implantar muitas reformas do Concílio.

Dessa forma, no período em que a cremação foi debatida em São Paulo e em que foi liberada pela religião católica, a Igreja estava em plena transição, sendo que havia aqueles que concordavam com as medidas de modernização e aqueles que não concordavam. No Brasil, nos anos 60, além dos reflexos do Concílio Vaticano, houve a implantação da ditadura militar.

¹⁰⁹ SOUZA, N. *Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II*. In: Revista de Teologia e cultura. Edição n° 02, out/nov/dez/ 2005.

¹¹⁰ SOUZA, N. (org.). *Catolicismo em São Paulo – 450 anos de presença da Igreja católica em São Paulo 1554-2004*. São Paulo: Paulinas, 2004.

¹¹¹ O autor mencionou que arcebispo mantinha uma postura conciliatória, mas divergências internas, até mesmo na CNBB, levaram à substituição do mesmo na arquidiocese. Também se informou que o arcebispo apontava como problemas da época a desorganização do serviço dos leigos, e o abandono de movimentos tais como – Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística, Vicentinos, Damas da Caridade.

Conforme palavras de Ney de Souza, uma maioria católica legitimava a política vigente, e tentava se beneficiar dela, uma minoria não aceitava a ditadura militar e precisava enfrentar interna e externamente as consequências de sua postura. Ney de Souza acrescentou que muitos bispos, em 1964, não se opuseram ao regime porque não perceberam nenhum perigo ainda mais “porque todos os presidentes se declaravam cristãos (exceto Ernesto Geisel, que era protestante) e se diziam respeitadores dos direitos da Igreja.” Mas, na comunidade eclesial, grupos católicos (bispos, padres e leigos) não concordavam com a política oficial, expressa, em sua essência, na Lei de Segurança Nacional, sendo estes católicos mais atentos às ameaças de um governo antidemocrático.

Scott Mainwaring¹¹² estudou as relações entre a Igreja e a sociedade civil em nosso país, entre 1916-1985, e destacou o caráter progressista da Igreja Católica no Brasil, especialmente nos anos 70. Afirmou que pós-Concílio Vaticano II, não só se questionou a autoridade da Igreja no mundo, como se iniciou a revisão da relação entre a fé e o mundo. Mas não houve mudanças radicais, ocorreu uma mistura do tradicional com o novo, do conservador com o reacionário.

O estudioso afirmou que aqueles interessados na história da Igreja, não deviam aceitar e procurar uma postura única da Igreja, mas pesquisar, por exemplo, dentro do período militar, como os diversos grupos que faziam parte da Igreja participaram politicamente da vida do país. Todos os grupos certamente acreditavam na salvação das pessoas e na propagação da mensagem católica, mas tinham interesses e projetos que muitas vezes não coincidiam, logo, a busca de um posicionamento único foi (e será) equivocado.

Salientou o seguinte ponto: assim como a Igreja foi influenciada pelas mudanças sociais e pelos conflitos políticos, ela também agiu, interferiu, no processo político.

Segundo o estudioso, até 1968, a Igreja não tomou posicionamento claro diante do regime militar, mas, no período de maior repressão (1968-1974), a Igreja, foi a única instituição com autonomia política para criticar o regime autoritário e para defender os direitos humanos.

Como cremação foi liberada de acordo com o plano modernizador do Concílio Vaticano II, em 1964, momento no qual a Igreja ainda não reconhecia o perigo do

¹¹² MAINWARING, S. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

governo autoritário, não encontrou oposição imediata relacionando-a a uma forma de executar o desaparecimento de corpos de militantes, ou seja, com os excessos do regime militar.

No ano de 1964, o jornal *O São Paulo* publicou linhas demonstrando esperança nos novos líderes, expressando que a Igreja acreditava que eles podiam implementar as reformas sociais, o crescimento econômico e uma nova forma de administrar o País libertando-nos do subdesenvolvimento. Simultaneamente, divulgou que a Igreja não havia alterado a legislação no tocante à cremação, apenas havia abrandado suas disposições. Em suas páginas, o jornal reforçou que os cristãos deviam empregar esforços para manter os enterramentos dos corpos, devendo a cremação ser opção somente em casos de verdadeira necessidade: como em epidemias e guerras.

A complexidade da situação abrangia outro fator: no Brasil dos anos 60, os valores católicos estavam fragilizados devido às posturas da Igreja pós-concílio e devido às medidas do regime militar, no entanto, além desses elementos devemos lembrar que houve um processo desde a Reforma Protestante no qual o catolicismo sofreu declínio do seu poder, como nos alertou Prandi.

Já no século XX, cada vez mais o catolicismo foi perdendo sua importância e sua capacidade de influir na sociedade e deixando muito de seu espaço de influência para esferas não religiosas da nova sociedade, sobretudo no campo da orientação da conduta e da legitimação das regras de comportamento do dia-a-dia dos fiéis.¹¹³

No entanto, a Igreja já havia passado por muitos momentos delicados e sabia como fazer acordos para superá-los. Edgar Gomes¹¹⁴ nos mostrou que após a separação entre o Estado e a Igreja no Brasil, a elite da igreja articulou-se e realizou seu plano de estadualização. Ou seja, aos poucos foi se organizando para ocupar uma posição de influência novamente.

Em seu estudo, Edgar mostrou que após a mudança de regime não foram feitas as reformas sociais esperadas pela população, pois não havia harmonia entre os representantes da classe média em ascensão e os militares que defendiam valores

¹¹³ PRANDI, R. *A religião do planeta global*. In: ORO, A. P.; STEIL, C.A. (orgs). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.63.

¹¹⁴ GOMES, E.S. *O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)*. Tese de doutorado. PUC-SP, 2012.

positivistas. Sendo assim, a população ficou desassistida, a Igreja negociou com o Estado e colaborou com ele concretizando medidas que eram da responsabilidade do governo nas áreas de educação e de saúde, por exemplo.

No Brasil, durante o regime militar, também houve acordos e negociações entre segmentos da Igreja e as autoridades governamentais. Não foi também toda a Igreja que pós-1968 questionou o governo. Serbin, em seu livro “Diálogos na Sombra”, não endossou a maioria dos estudos que trabalham com a oposição entre os católicos brasileiros e os militares ao mostrar o diálogo entre as duas instituições através do estabelecimento da Comissão Bipartite. Com ela houve, durante esse tenso período, a atenuação dos conflitos entre Estado e Igreja e negociações para que ambos permanecessem atuando conforme seus interesses.¹¹⁵

A relação entre Estado e Igreja apareceu nos textos lidos, por exemplo, quando ocorreu a benção do Cemitério Gethsêmani, no Morumbi, pelo Cardeal Dom Agnelo Rossi. Na ocasião, o cardeal foi acompanhado pelo governador eleito Laudo Natel; pelo Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns; pelo vigário geral, Dom José Lafaiete Ferreira Alvares; pelo diretor do Departamento de Cemitérios da Prefeitura, engenheiro Fábio Pereira Bueno (representante do prefeito Paulo Maluf); chefe da Casa Civil do governo do Estado, Coronel Antonio da Silva (representante do governo Abreu Sodré) e outros.¹¹⁶

Da mesma forma, em novembro de 1968, no evento que realizou o lançamento da pedra fundamental do Gethsêmani, tanto o cardeal quanto o prefeito participaram. O cardeal agradeceu pela cooperação do prefeito e pela rápida aprovação do projeto e da planta. O prefeito agradeceu o convite para participar no evento e “ressaltou a participação efetiva da Igreja na vida da cidade.”¹¹⁷

Quando a cremação foi promulgada, em 1967, a Igreja também manifestou apoio ao governo. A Igreja anunciou a construção de um cemitério católico, no Morumbi, “modernamente equipado”, segundo Dom Agnelo Rossi. Tal fato foi propagado como um auxílio da arquidiocese à prefeitura para amenizar o “problema dos cemitérios de São Paulo”.¹¹⁸

¹¹⁵ SERBIN, K. P. *Diálogos na Sombra* – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹⁶ 11/11/1970, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.12. D. Agnelo abençoa Gethsêmani.

¹¹⁷ 29/11/1968. *O Estado de S. Paulo*, p.14. Novo cemitério é mais um parque.

¹¹⁸ Outra notícia de 1971 (*Folha de S. Paulo*, 27/10/1971, Primeiro Caderno, p.6. D. Evaristo celebra em Finados) acrescentou: que a Cúria Metropolitana empreendeu a construção de uma necrópole, nos moldes

No mesmo texto, a Igreja declarou que aceitava a cremação “por motivos sociais e ou de higiene”, revelando consciência da existência de praticantes de outras religiões e da influência de novos valores vindos com a modernidade e a urbanização:

O ideal é que o homem, após sua morte, volte ao pó. Diante porém, de determinadas circunstâncias a Igreja tolera a cremação, mesmo porque proibi-la seria inadmissível no mundo de hoje de cidades gigantescas habitadas por pessoas das mais variadas convicções religiosas. Desde assim que a cremação seja feita por motivos sociais ou de higiene, a Igreja não oporá obstáculo à sua realização.¹¹⁹

A leitura cuidadosa da notícia evidenciou que apesar da liberação do Vaticano e da promulgação da Lei N°7017, a cremação era abordada com restrições pela hierarquia eclesiástica paulistana e, muitas vezes, atrelada a ideia de tolerância aos praticantes de outras religiões. Ou seja, a Igreja Católica no Brasil não acreditava que seus fiéis fossem realmente aderir à prática crematória.

Ainda em 1967, as palavras de Dom Paulo de Tarso Campos confirmaram que anteriormente à permissão do Vaticano, a Igreja se opunha à cremação quando realizada para menosprezar os dogmas católicos. Não era o ato em si condenado, mas sim, o que ele simbolizava e que demonstrava desrespeito ao poder da Igreja.

“A Igreja preferiu sempre a inumação, atendendo ao respeito e à piedade que devemos aos nossos mortos, cujos corpos, santificados por Deus, são destinados à ressurreição futura. Foram as doutrinas racionalistas do século XVIII, destruidoras de todo o valor sobrenatural da natureza humana, que levaram a Igreja, no passado, a tornar severas medidas canônicas contra a cremação de cadáveres, a fim de avivar, nos fiéis, a consciência de que esta praxe podia ser veículo da mentalidade materialista. Excluídas, porém, estas razões e embora preferindo sempre a inumação, a Igreja não oferece obstáculos à cremação, que pode mesmo constituir uma exigência social, como nos casos de guerra, de epidemias e outras razões de higiene pública. A única

sugeridos pelo PUB – Plano Urbanístico Básico - elaborado pela administração pública em 1967: um cemitério-jardim, que recebeu o nome de Gethsêmani, lembrando o local onde Cristo chorou antes de morrer.

¹¹⁹ 24/04/1967, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6. Igreja tolera cremação, mas terá cemitério.

restrição que ainda permanece é a proibição de se celebrarem ritos funerários cristãos, no local da cremação.”¹²⁰

Quanto a maior presença de seguidores de outras convicções religiosas, havia sim o aumento do número de outros grupos religiosos no país¹²¹ (e em São Paulo, principal cidade brasileira nos anos 60-70) – assumindo inclusive cargos políticos. Esses cidadãos trouxeram à luz outras formas de pensar e agir no cotidiano. A questão da morte estava nesse meio já que fiéis não católicos compreendiam-na diferentemente e realizavam despedidas diversas.

O estudioso Darly Silveira Filho realizou um trabalho sobre a doutrina da ressurreição dos mortos nas perspectivas católico-romana e protestante-reformada.¹²² Darly nos mostrou que todos os seguimentos do cristianismo crêem na ressurreição, mas, defendem posições diversas em relação ao período compreendido entre a morte a ressurreição. O intuito de sua pesquisa era averiguar o quanto as variações de crença podiam afetar o comportamento cotidiano dos cristãos. Para nosso trabalho, as palavras desse estudioso indicaram que a forma de se despedir do corpo do outro sempre esteve envolvida com a concepção pós-morte das pessoas. Ou seja, muitos cidadãos não podiam aceitar prontamente a cremação por terem em mente a noção de que a ressurreição ocorreria com o próprio corpo. Darly investigou a questão do corpo glorioso mostrando várias interpretações do mesmo e abriu uma brecha a favor da cremação ao apresentar que a ressurreição ocorria com um corpo semelhante ao que teve vida, não o mesmo, ou seja, a cremação não podia interferir negativamente no pós-morte.

Resumidamente, nesse capítulo apresentamos o contexto no qual a Igreja realizou a liberação da cremação e o motivo que anteriormente a fazia ser contrária a essa prática. Não podemos deixar de assinalar que a questão da cremação colocou em discussão a sacralidade do corpo em um momento em que as Ciências Médicas passavam por um grande avanço. A exploração do corpo humano, seu

¹²⁰ 10/06/1967, *O Estado de S. Paulo*, p.13. Cremação.

¹²¹ Não falamos apenas de cristãos. A presença de cidadãos muçulmanos na cidade também não deveria ser pequena dado que foi realizado pedido para instalação de um cemitério muçulmano, em 1958 (notícia de *O Estado de S. Paulo*, 25/10/1958, p.5)

¹²² SILVEIRA FILHO, D. G. *A vida após morte: uma análise das escatologias católico-romana e protestante-reformada e suas possíveis influências no modus vivendi dos cristãos*. Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

desmembramento, a substituição de órgãos¹²³ e o emprego de tecnologias de imageamento tomavam como base um corpo objeto e não um corpo sujeito.¹²⁴

O avanço técnico não só alterava a noção de integridade física como a de posse de corpo. Nos jornais, apareciam notícias e artigos nos quais o controle médico especializado tentava afastar seus clientes de técnicas e saídas não-científicas para solução de seus problemas. Exemplo, “O diabo e a psiquiatria”, texto publicado na *Folha de S. Paulo*, em 19/07/1964, no qual o autor concluía que o sacerdote devia limitar-se sempre a assistência espiritual, enquanto que o médico cuidava do doente no plano bio-psico-social.

A cremação também colocava em pauta o tema do controle sobre o corpo, da posse do corpo, sobretudo abordava o domínio dos outros sobre o corpo sem vida, já que os familiares por motivos religiosos, praticidade, economia ou outro fator, podiam decidir que o destino do corpo do falecido ia ser o forno crematório.

O foco nesse capítulo, no entanto, foi compreender que a Igreja tolerava em diferentes graus a cremação. Alguns representantes eclesiásticos se posicionavam como D.Agnello Rossi, que a aceitava em situações limite como de ameaça de epidemia.¹²⁵

Outros mostravam uma disposição mais flexível. Como o padre José Seskevicius que realizou o serviço fúnebre na primeira cremação oficial em Vila Alpina – a da Sra. Emiliana Scwartz Haritch, cremada por vontade expressa e ordem do médico Mayer Catache. Esse padre, da ordem diocesana, pároco da Igreja São José, de Vila Zelina, disse que devíamos levar em consideração que tudo é uma evolução dos costumes humanos e ainda que “não podemos esquecer que nada somos, de nada fomos feitos e de qualquer forma nos transformaremos em pó, pelo enterro comum ou pela cremação. Em ambos os casos a cerimônia litúrgica da Igreja é a mesma.”¹²⁶

¹²³ Na ocasião a imprensa tratou com intensidade de temas como transplante de órgãos.

¹²⁴ ORTEGA, F. *Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹²⁵ 02/07/1968, *O Estado de S. Paulo*, p.12. Igreja vai ter cemitério.

¹²⁶ 16/08/1974, *Folha de S. Paulo*, p.11. Ontem a primeira cremação oficial feita em São Paulo.

Parte II - A sociedade e a implantação da cremação

Capítulo 1. Reformas e inovações no setor funerário

Neste capítulo abordamos as alterações que ocorreram no setor funerário paulistano durante 1967 e 1974. Consideramos alterações as reformas nos cemitérios anunciadas pelos jornais, os novos produtos e serviços (como o comércio de urnas de plástico e a cremação) e os cemitérios inaugurados no município.

De modo geral, todas essas modificações surgiram para resolver três problemas: a superlotação dos cemitérios, o aumento de corpos indesejáveis (corpos de indigentes e opositores políticos), a degradação ambiental. Dessa maneira, podemos notar que o setor funerário estava tumultuado em finais da década de 60 e início da década de 70, e isso não ocorreu apenas devido à chegada da cremação.

A leitura dos jornais permitiu o conhecimento de alterações que não são comentadas nesse capítulo por não estarem envolvidas com três problemas acima citados utilizados nas justificativas para adoção da cremação. Por exemplo, em 1969, o Serviço Funerário do Município de São Paulo foi autorizado pelo Prefeito Paulo Maluf a assinar convênio com a delegacia do INPS em São Paulo. O intuito era a prestação de serviço fúnebre aos filiados oferecendo um enterro especial “tipo INPS” sem qualquer despesa ao associado. Apesar do impacto social e político dessa modificação, não nos aprofundamos no assunto por não manter relação com os motivos elencados nas justificativas favoráveis à cremação.¹²⁷

¹²⁷ Duas novidades de 1967, apresentadas nos jornais utilizados como fonte dessa pesquisa, que não se relacionavam com as justificativas a favor da cremação foram: - o desenvolvimento da ideia da criobiologia para congelamento de doentes, até a descoberta da cura e, possivelmente, para evitar o envelhecimento. O texto apresentou-a como um passo importante para a “conquista da imortalidade”. A mais forte oposição contra o congelamento vinha de donos de casas de serviço funerário que receavam perder negócio; - e o Serviço Funerário Domiciliar que devia ser criado pela Prefeitura de São Paulo, segundo o superintendente do Serviço Funerário da Capital, Sr. Rodrigo Duque Estrada. O serviço devia funcionar sem interrupção e dar assistência às famílias dos falecidos. Bastaria para isso telefonar para um plantão. Funcionários providenciariam os papéis exigidos para sepultamento, o transporte do corpo ao cemitério e os serviços de paramentação. Em 1973, uma novidade sem relação com a cremação foi a ocorrência do 1º Curso de Relações Humanas para Coveiros, promovido pela Arquidiocese de São Paulo, no Cemitério Gethsêmani. Com duração de 48 horas de aula, reuniu 90 coveiros dos 26 cemitérios municipais particulares e mantidos por entidades religiosas da capital. O curso era de atualização profissional, pois a maioria dos coveiros paulistanos não sabia, por exemplo, que a máquina de manivela usada em alguns cemitérios do Rio de Janeiro para baixar o caixão, poderia substituí-los. O curso visava dar aos cemitérios um bom serviço, pois havia reclamações de que os coveiros não mantinham uma

Como visto anteriormente, durante 1967-1974, ocorreram inaugurações de muitos cemitérios. Em fevereiro de 1967, foi anunciado que a cidade devia ter em breve um cemitério revolucionário, o de Vila Nova Cachoeirinha. Seu aspecto inovador era atrelado ao tamanho, 550 mil metros quadrados, e ao tipo de cemitério, ainda incomum no Brasil, cemitério-jardim, com simples lápides para marcação do lugar dos despojos, jardins e lagos.¹²⁸

Como também já vimos, em 1967, os jornais trouxeram os planos de implantação do primeiro forno crematório em São Paulo, para o Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha.¹²⁹

Outra novidade desse ano foi intenção urgente de construir os cemitérios de Vila Alpina e de Perus.¹³⁰

Em abril de 1968¹³¹, os jornais registraram projeto encaminhado pelo prefeito Faria Lima pedindo o estudo de uma nova entrada no Cemitério da Consolação. O desenvolvimento urbano havia tornado a Consolação muito movimentada e a entrada do Cemitério contribuía para o aumento do trânsito na região.

Neste mesmo ano,¹³² o prefeito Faria Lima enviou projeto à Câmara Municipal, estabelecendo concessões de terrenos por 25 anos e não mais por tempo indeterminado. O projeto previa renovação da concessão. O prazo em quadra geral continuava sendo de 5 anos. Na exposição de motivos, o prefeito dizia que o prazo de 25 anos representava “um período razoável para o atendimento de toda a família”.

Em junho de 1969¹³³, os jornais comunicaram a chegada de novos cemitérios particulares: Congonhas e Getsêmani. Divulgaram que seguiam os moldes dos norte-americanos: horizontais, com simples lápides de bronze e com presença da Natureza

atitude correta, compenetrada, nos enterros. (19/10/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.14. Para os coveiros, uma nova vida.)

¹²⁸ 02/02/1967, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.9, Em três meses São Paulo terá novo cemitério.

¹²⁹ 13/04/1967, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Prefeitura constrói novos cemitérios.

¹³⁰ 30/09/1967, *O Estado de S. Paulo*, p.12. Cemitério em Perus.

¹³¹ 04/04/1968, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.5. Cemitério da Consolação

¹³² 02/08/1968, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.10. 25 anos é prazo para jazigos em novo cemitério.

¹³³ 03/06/1969, *O Estado de S. Paulo*, Araçá em mau estado.

(“haverá um verdadeiro jardim, com flores e muito verde, onde o céu e o sol vão penetrar sem dificuldades. Ao invés do pranto, haverá um ambiente para a meditação.”)

As medidas asseguravam respeito a todos os credos e serviços necessários para um perfeito atendimento do público - lanchonetes, salas de descanso com música estereofônica, telefones, estacionamento interno para carros, floriculturas.

Acompanhando os ímpetus de modernizar e humanizar as necrópoles, em agosto de 1969¹³⁴, anunciou-se que o cemitério de Vila Formosa poderia ser transformado em cemitério-jardim se fosse aprovada a ideia do Coordenador das Regionais, o engenheiro Werther Karause. Ele havia sugerido a permissão para sepulturas marcadas por simples lápides, evitando-se gastos pesados e inúteis por parte dos munícipes. Alegava ainda que dessa maneira, o aspecto do local ficaria mais bonito.

Os novos cemitérios e aqueles que passavam por reformas significativas não se localizavam nas mesmas zonas da cidade. Os primeiros eram implantados, sobretudo na periferia da cidade, enquanto os segundos estavam, principalmente, nas regiões centrais. O cuidado era muito maior com os cemitérios mais antigos, de elite e centrais. Os outros, apesar de novos, acabavam ficando sem manutenção. Isso significava abandono das necrópoles afastadas das regiões mais urbanizadas, das necrópoles com acesso comprometido dada a expansão desigual da malha viária de São Paulo. Considerando o processo de urbanização de nosso município é possível perceber que houve esforço em superar o isolamento das regiões periféricas, porém, isso não propiciou uma valorização homogênea da cidade.

A urbanização de São Paulo, após os anos 40, seguiu o modelo de expansão horizontal periférica, a partir do qual a cidade de São Paulo transformou-se no centro da Região Metropolitana. Também a partir dos anos 40, houve um expressivo aumento da população urbana. Já na metade dos anos 50, a cidade começou a ter seu perfil alterado: deixou de ter base na indústria pesada e iniciou o desenvolvimento de seu parque de produtos diversificados. Esse momento interessa ao presente estudo, o período de intensificação do conhecido processo de metropolização de São Paulo. De modo geral, admite-se que ele está baseado na descentralização das atividades industriais e na periferização (ocupação das áreas mais afastadas do centro urbano, normalmente com

¹³⁴ 06/08/1969, *O Estado de S. Paulo*, p.16, Cemitério-jardim.

infraestrutura precária, para servir de residência para população de baixa renda).¹³⁵ Associado ao crescimento, diversificação de atividades e adensamento populacional pelos quais a cidade passou, ocorreu uma mudança no modelo de redes viárias: admitiu-se a colaboração do modelo norte-americano *Highway Research Board* através do qual se iniciou a construção de vias expressas ligando o centro a áreas periféricas. A partir de 1965, por exemplo, o prefeito Faria Lima impulsionou a concretização de projetos que seguiam esse conceito “criando a ligação Leste-Oeste e atravessando com vias expressas a Praça Roosevelt e o Parque D. Pedro”.¹³⁶

Como foi mencionado, o fato de construir vias que vencessem o afastamento das zonas periféricas não significou que todas as regiões adquiriram a mesma importância social e os mesmos investimentos para o desenvolvimento estrutural. Os novos cemitérios ocupavam sobretudo áreas longe do centro (Vila Nova Cachoeirinha, Perus, Vila Alpina), as reformas estiveram presentes em cemitérios de todas as regiões de São Paulo, mas, especialmente, na central. Dentre as reformas planejadas para os cemitérios de elite, situados próximo ao centro, a imprensa anunciou, por exemplo, o projeto de um grande prédio com velórios modernos para o cemitério do Araçá, mas não um prédio para fornos crematórios.

A cremação sempre esteve destinada à periferia, em cemitérios com quadras gerais.¹³⁷ Assume-se com essa característica que não foi uma inovação voltada para toda a população, apesar da facilidade de acesso fornecida pela expansão da rede viária. Situada em região desvalorizada socialmente, a cremação perdia público pelo simples preconceito das classes mais abastadas em relação a essas localidades.

Retornando as inovações e reformas, segundo os jornais, a cidade podia esperar, para o primeiro semestre de 1971, a conclusão do cemitério de Vila Alpina¹³⁸ e suas 80 mil sepulturas atenuando o problema do setor.

¹³⁵ BÓGUS, L. M. M.; VÉRAS, M. P. B. *A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização*. In: Cadernos metrópole, ISSN 2236-9996 n°3, p.81-98, 2000.

¹³⁶ ANELLI, R. L. S. *Urbanização em Rede: os Corredores de Atividades Múltiplas do PUB e os Projetos de Reurbanização da EMURB em São Paulo (1972-82)*. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v.10, n.1. 2012.

¹³⁷ Cemitérios com quadras gerais no período estudado: Vila Formosa, Lageado, Vila Nova Cachoeirinha, Saudade, Itaquera, Campo Grande, Parelheiros, São Pedro (Vila Alpina), e Dom Bosco (Perus).

¹³⁸ 02/02/1971, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.15. Dois novos cemitérios.

A população também soube pela imprensa que haviam sido declaradas de utilidade pública para desapropriação áreas do bairro de Campo Limpo, em Santo Amaro. Tratava-se de quase 500 mil metros quadrados destinados à construção do Cemitério São Luiz, em Paraisópolis.¹³⁹

Uma lei sancionada veio para resolver a situação: os prazos para sepultamento em quadras gerais da Capital foram reduzidos, o que, segundo os jornais, aumentaria a capacidade dos cemitérios aproximadamente em 33%.

Com essa lei, as pessoas com seis anos ou mais poderiam ficar sepultadas durante três anos. Anteriormente, o prazo era de 5 anos. No caso de menores de seis anos, também houve redução de três para dois anos. Após esses prazos, a Prefeitura podia aguardar por 30 dias para que a família procedesse à exumação do corpo.¹⁴⁰ Caso isso não acontecesse, a Municipalidade fazia o sepultamento de outra pessoa sobre o primeiro corpo.

Embora, em novembro de 1971, tenha sido propagada informação de que em São Paulo não havia mais problema de espaço para os mortos¹⁴¹, os jornais continuaram destacando a construção de novos locais de destino para o corpo morto.¹⁴² Exemplo disso foi o texto dedicado a revelar a finalização do terceiro ossário do Brasil, com capacidade de 15 mil nichos, no novo Santuário de Nossa Senhora da Penha, Capital. Segundo o jornal, o dinheiro arrecadado seria aplicado na conclusão do santuário.

Cada nicho possuía 50 centímetros de largura, 50 centímetros de altura e um metro de profundidade, formando a cavidade para a colocação da caixa com os ossos.

¹³⁹ 07/10/1971, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.12. Cemitério em Campo Limpo.

¹⁴⁰ Essa medida estava relacionada a sepultamentos em quadras gerais. Com a diminuição dos prazos de sepultamento ocorreria um aumento de rotatividade nos sepultamentos.

¹⁴¹ 03/11/1971, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.7. SP tem espaço para seus mortos.

Neste texto foi registrada a seguinte fala do diretor do Departamento de Cemitérios da Prefeitura: “- São necessários 180 mil m² para enterrar as cinco mil pessoas que morrem mensalmente em São Paulo. Agora, que o corpo permanece enterrado só por três anos, são necessários 550 mil m² no total, o que equivale a 20 alqueires. Os 23 cemitérios da Prefeitura oferecem atualmente a população 50 alqueires e outros 40 serão conseguidos com as obras de ampliação que estamos executando. Assim, as necessidades atuais são de 20 alqueires e vamos oferecer quase 100, suficientes para atender toda a população até o ano 2000. A situação dos cemitérios é acima de boa.”

¹⁴² De 1971 a 1974, nos jornais, algumas notícias sobre a resolução do problema da falta de terreno para sepultamentos disputaram leitores com outras que mencionaram a intensificação da precariedade de terrenos e superlotação dos cemitérios. Ou seja, o leitor continua desinformado, alheio ao que ocorria na cidade.

Para a agência de publicidade encarregada de vender a ideia o mais rapidamente possível, o ossário era barato e acessível a qualquer pessoa, de qualquer camada social. E, de acordo com uma pessoa não identificada referida na notícia, o ossário era melhor que a cremação, um método “bárbaro”.

Foi ainda no ano de 1971, que a imprensa escrita trouxe o assunto da construção de cemitério vertical para a cidade disponibilizar novas vagas apropriadas aos cadáveres. O texto, de agosto de 1971¹⁴³, indicava que a proposta de construção de um cemitério vertical havia sido realizada há sete anos pelo arquiteto Fernando Martins Gomes, que registrara o seu projeto na Escola Nacional de Belas-Artes.

Apesar da boa recepção por parte das autoridades (o ex-prefeitos Prestes Maia e Faria Lima), o projeto não havia saído do papel, mesmo com propalado alto índice de saturação dos cemitérios convencionais do município.

Quando apresentou seu projeto, em 1964, a Câmara Municipal solicitou esclarecimentos e o arquiteto precisou oferecer todas as indicações técnicas para eventual execução. Logo, Fernando Martins Gomes contestava a originalidade de outro projeto, cujo autor era o colega Maurício Roberto, contratado para integrar a equipe voltada à realização do primeiro cemitério vertical brasileiro, no cemitério do Catumbi, no Rio de Janeiro.

A notícia dizia que esse tipo de cemitério, na opinião do arquiteto Fernando Martins Gomes, amenizaria o ambiente, o tom lúgubre da situação. A defesa também incluía a argumentação de que o cemitério vertical apresentava condições psicológicas, ecológicas e viárias adequadas ao cotidiano das grandes cidades.¹⁴⁴

Por motivo diferente – diminuição do preço – os jornais apontaram ao público leitor que, em breve, em São Paulo, poderiam ser usados caixões de plástico no lugar daqueles feitos em madeira.¹⁴⁵

¹⁴³ 22/08/1971, *O Estado de S. Paulo*, p.46. Expansão para cima.

¹⁴⁴ Outra notícia sobre esse tema apareceu na capa da *Folha de S. Paulo*, em 15 de abril de 1974, “Nossos mortos precisam de mais espaço”.

A construção de um cemitério arranha-céu com 39 andares, 21 capelas e 21 mil túmulos é uma das soluções apontadas pelo arquiteto carioca Dylardo Silva e Souza para resolver o problema da falta de espaço para sepultar os mortos numa cidade como São Paulo, onde já não há lugar nos cemitérios.

¹⁴⁵ 01/08/1971, *O Estado de S. Paulo*, p.45. Novo ataúde sairá em 30 dias.

A amenização do custo do enterro era o único elemento motivador do novo produto, segundo a notícia.¹⁴⁶ A novidade devia ser implantada aos poucos. Inicialmente, com as urnas menores, para fetos até crianças de 12 anos. Depois, seriam colocadas no mercado a de adultos para mortes em circunstâncias trágicas. E por fim, os caixões de plásticos entrariam sem restrição, nem condição especial, no comércio fúnebre, competindo com o caixão de madeira.¹⁴⁷

Outra questão – carência de velórios na cidade e construção dos mesmos – surgiu nas linhas dos jornais em 1971.¹⁴⁸ Esse problema apontou relação com a chegada da cremação por:

1. ter sinalizado que as autoridades administrativas não haviam atentado para lugares adequados, no município, ao processo de despedida do corpo morto. Haver ou não terreno para sepultamentos era apenas um ponto de toda a problemática da morte em São Paulo;
2. as notícias que cobriram a implantação da cremação a São Paulo, não abordaram se o crematório teria velórios, mesmo havendo conhecimento geral sobre a insuficiência dos mesmos na cidade. Em 1974, o crematório foi inaugurado sem velórios, o que sugere que lugar foi apresentado aos cidadãos como ponto de descarte do corpo morto, não como local apropriado para o processo de despedida do corpo de um ente querido. Isso sugere que se esperava para o crematório, famílias que enfrentassem a morte diferentemente, com valores que questionassem os rituais. Também indica que a prática foi implantada, mas não era exatamente para ser adotada por toda a população por

¹⁴⁶ Com o crescimento da cidade ocorreu significativa elevação do preço do metro quadrado em terrenos de São Paulo. Acreditamos que a partir disso, o fator econômico começou a interferir na propaganda de produtos e serviços fúnebres tais como os caixões de plástico e a cremação.

¹⁴⁷ Outras novidades apontadas na mesma notícia que não se relacionam com os motivos usados na defesa da prática da cremação: - com o apoio da Volkswagen, uma ambulância foi cedida a título experimental ao Serviço Funerário do Município de São Paulo, para a transladação de corpos de prédios de apartamentos ou residências comuns para velórios. Em testes os corpos eram trazidos para a ambulância em macas ou cadeiras-maca pelos elevadores ou pelas alas residenciais, sem que despertasse a curiosidade que ocorre frequentemente com as remoções feitas em caixões mortuários para os carros fúnebres. Tanto a maca como a cadeira-maca eram de aço inoxidável, para permitir sua desinfecção. Uma ambulância faz em média 10 remoções diárias, um carro fúnebre apenas três e - enfeites dos caixões: de acordo com o edital de concorrência inserido no Diário Oficial do município, o Serviço Funerário passará a executar diretamente os enfeites dos caixões mortuários. A medida visa sanar reclamações dos usuários pela demora da ornamentação floral, após a chegada do ataúde. Assim, as flores serão fiscalizadas pelo próprio Serviço e custarão preços acessíveis a qualquer bolsa.

¹⁴⁸ Uma notícia que aborda esse tema foi localizada em 31/10/1971 em *O Estado de S. Paulo*, título “Novos velórios”.

isso não se pensou na recepção (e conforto) das famílias, em uma estrutura que acolhesse a delicadeza do momento de separação entre vivos e mortos.¹⁴⁹

3. contrariando as informações de que as necrópoles antigas estavam superlotadas e não poderiam receber um crematório por falta de espaço, há em 1971, projetos para construção de prédio com modernos velórios em cemitérios tradicionais. Ou seja, as reformas e o local apropriado para a implantação dos fornos correspondiam a estratégias políticas, negociações e acordos com segmentos sociais.

O caso das reformas no cemitério do Araçá nos auxilia na reflexão sobre a necessidade de velórios no período estudado, na adequação dos projetos governamentais às regiões da cidade e nos acordos entre as autoridades e cidadãos que definiam a forma de ocupação dos terrenos em São Paulo.

Em novembro de 1972, os leitores de *Folha de S. Paulo*, souberam da existência de um projeto para o velório mais moderno do Brasil, “com 4200 metros de área construída”. A imprensa mencionava planos de um prédio com dois pavimentos cujas dependências iam abrigar: seis câmaras ardentes, museu, estacionamento para 200 veículos. A notícia dizia que o projeto já estava aprovado e que devia ficar pronto em 10 meses, a partir da assinatura do contrato.¹⁵⁰

Em 1973¹⁵¹, os jornais deram ênfase a uma reforma nesse cemitério que nada tinha a ver com a construção do velório. Tratava-se da retirada de 600 eucaliptos, construção de galerias de águas pluviais, conserto de muros e ossários. Especialmente sobre as árvores, o texto esclarecia que os eucaliptos estavam sendo substituídos por “palmeiras, tipuanas, latânias, quaresmeiras, grevilhas e outras árvores”.

Segundo o diretor do Departamento de Cemitérios da Prefeitura, Fábio Pereira Bueno, o eucalipto era uma árvore inadequada para os cemitérios porque provocava

¹⁴⁹ As fontes utilizadas nessa pesquisa apontam que nos projetos do crematório não foram pensados velórios. Disso nos baseamos para escrever que a cremação não chegou exatamente na cidade como uma opção para destino do corpo morto. Se havia carência de velórios por que em um local novo voltado à morte não foram construídas salas para velórios? Em 1974, o crematório foi inaugurado sem velórios e ao longo dos anos, lemos notícias até 2008, inúmeras linhas dos jornais falaram de reformas para ampliação do crematório e instalação de velórios. Porém isso não ocorreu até o presente ano, 2013.

¹⁵⁰ 30/11/1972, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.15. No Araçá.

¹⁵¹ 25/10/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, P.14. Araçá ficará sem eucaliptos.

sujeira pela queda de galhos e folhas e apresentava risco aos túmulos devido à fixação instável de suas raízes horizontais.

Já em outubro de 1974, divulgou-se que a tranquilidade das ruas próximas aos fundos do cemitério do Araçá devia deixar de existir, pois o Serviço Funerário da Prefeitura iria construir nos fundos do cemitério, com frente para as ruas Itajubá e Itatinga, um amplo e moderno velório; com serviços ainda inexistentes na América do Sul.

A estrutura mencionada era maior do que aquela referida meses antes: dezoito câmaras, cada uma conjugada a uma sala de repouso, duas capelas ecumênicas, salas para embalsamar cadáveres, câmaras frigoríficas, estacionamento para 200 carros, sala especial para reconstituição de rostos e de maquiagem.

Em outubro¹⁵², ventilou-se que o plano de construção desse moderno velório encontrara opositores. A materialização do projeto havia levado os moradores das ruas Itajubá, Itatinga, Monsenhor Alberto Pequeno, Cassio Martins Villaça e Angatuba a entrarem com ação de perdas e danos contra a administração municipal devido à desvalorização das propriedades.

O texto indicava que uma comissão de moradores havia enviado ao Ibirapuera memorial subscrito por 250 pessoas protestando contra a obra. Diante da manifestação desses cidadãos, o secretário Werner Zulauf, dos Serviços Municipais, havia afirmado que o projeto seria reestudado.

Por fim, o velório mais moderno da América do Sul não foi construído na região. O poder dos moradores (pessoas reconhecidas socialmente, com alto poder aquisitivo e influência intelectual) fez com que a obra, que podia causar danos financeiros e interferência na tranquilidade cotidiana da região, fosse deixada de lado.

Os comentários do artigo “Um velório no Pacaembu”, não assinado, publicado em um *box*, no jornal *O Estado de S. Paulo*, revelaram com ironia que a própria prefeitura dera aos moradores um decisivo argumento para a não execução da obra dado que o local escolhido para o velório moderno ficava em zona residencial, ao lado havia

¹⁵² 25/10/1974, *O Estado de S. Paulo*, p.22. Prefeitura reestudará construção do velório.

classificação Z-1 e, portanto, o projeto desrespeitava leis que a própria municipalidade havia instituído.¹⁵³

Este mesmo artigo sustentou que não havia urgência para a materialização do projeto, pois os mortos não estavam sendo velados nas vias públicas. O texto ainda registrou que grande parte da pressa para aprovação do mesmo e abertura da concorrência pública estava relacionada com a intenção de exhibir a moderna obra na gestão do prefeito Miguel Colasuonno.

Dessa forma, finalizamos esse tópico reconhecendo que surgiram muitas inovações do setor funerário entre 1967-1974. Os produtos oferecidos visavam o bem-estar dos vivos, familiares e acompanhantes dos falecidos. As reformas e novos cemitérios também procuraram agradar os vivos, sendo certo que se fundamentaram nos conceitos de beleza, tranquilidade, conforto. Nessa perspectiva foram implantados os cemitérios-jardim ou cemitérios-parque.

O forno crematório foi relacionado muito discretamente à ideia de um destino do corpo morto que podia oferecer conforto aos familiares e amigos dos falecidos (lembramos, por exemplo, a ausência de velórios no local). Sua grande plataforma de características sedutoras estava relacionada à modernidade e à higiene. No próximo tópico, nos aprofundaremos na cremação como produto, como foi apresentada, quais valores foram agregados a essa inovação para que chamasse a atenção dos cidadãos e, dessa forma, analisaremos se foi possível construir uma imagem atrativa.

Salientamos que as novas obras, cemitérios e crematório, responderam a interesses da prefeitura. Haja vista o projeto do velório mais moderno da América do Sul no cemitério do Araçá. O local de implantação dos mesmos respeitava critérios econômicos (custo dos terrenos), acordos e negociações com moradores e objetivo de atender este ou aquele segmento social. Portanto, os lugares pensados para a instalação dos primeiros fornos, as características presentes no projeto e a maneira como a cremação foi apresentada à sociedade paulistana podem auxiliar na reflexão sobre quais interesses e objetivos das autoridades sustentavam a implantação dessa nova prática.

¹⁵³ 18/10/1974, *O Estado de S. Paulo*, p.19. Um velório no Pacaembu.

1.1. Cremação

Nesse tópico consideramos a cremação como um serviço. Sua aceitação, entre 1967-1974, dependeu da maneira como a cremação foi apresentada ao público. Dessa forma, tanto a divulgação de elementos positivos quanto a de elementos negativos interferiram na adoção e no comércio do processo crematório.

A imprensa contribuiu para uma construção confusa sobre a cremação, o que não auxiliou o processo de recepção e adesão aos fornos. Falamos sobre dados e elementos que não deram uma definição clara à cremação: não só “bons” e “ruins”, como também aqueles “estranhos” que causaram receio entre os cidadãos.

Dentre os “bons”, analisamos o que os jornais mostraram como as vantagens da cremação. Dentre os “ruins”, discutimos a maciça propagação da cremação como meio de fazer desaparecer restos de hospitais e corpos indesejáveis. Dentre os “estranhos”, coube uma discussão sobre a falta de apoio da legislação, não deixando claro se o processo realmente era interessante a uma nação em crescimento que se espelhava em países como os da Europa e dos Estados Unidos.

Iniciamos o aprofundamento do assunto cremação como inovação em São Paulo, a partir de um texto de *O Estado de S. Paulo*, limitado em um *box*, em uma página com notícias diversas. Apesar de estar junto a textos informativos, esse texto revelou um viés opinativo. Trouxe uma crítica aos governantes relativa à falta de modernização das necrópoles paulistanas, mas, ao final, elogiou as autoridades quanto às medidas tomadas no campo fúnebre.

Um texto opinativo (pós AI-5) certamente chamou a atenção do público. O espaço que ocupou naquela edição - próximo às notícias, não nas primeiras páginas, onde normalmente eram veiculados os textos que compõem a voz do jornal, ou a voz de um articulista que demonstra a posição do jornal – colocou o texto em destaque. E a limitação em *box*, indicou um diferencial.

Apesar da crítica favorável ao governo, ou seja, de não ser texto com poder de confronto perante outras fontes de jornalismo impresso, apresentou relevante abordagem do panorama de novidades da área fúnebre. Sua leitura esclareceu o que se

esperava de um produto ou serviço funerário: beleza, bem estar, conforto e modernidade para os vivos.¹⁵⁴

Ao mencionar as medidas tomadas pela Prefeitura, o texto destacou a instalação de fornos crematórios no cemitério de Vila Nova Cachoeirinha. Em seguida, revelou outras inovações realizadas no mesmo cemitério, medidas “de custo praticamente insignificante, mas de extraordinária utilidade para o público”.

Ao longo das alamedas, segundo o texto, a Municipalidade determinou a colocação de bancos, importante para o descanso dos acompanhantes de enterros. Sobre essa inovação o texto dizia: “Não é fundamental, mas representa uma comodidade, que, em certos casos, pode ter grande significação”.

O uso de carretas apropriadas, com rodas de borracha, para o transporte de caixões recebeu ainda mais elogios. Segundo o autor do texto, a ideia considerada simples, devia ser ampliada a outras necrópoles, por evitar acidentes em cemitérios de terreno acidentado e esforço daqueles acompanhantes que tinham carregar os caixões.

Havia uma busca em esmiuçar as situações vividas pelas famílias e pelos amigos de falecidos indicando o quanto a novidade da carreta era essencial: “Quando o morto é pesado, ou quando o número de acompanhantes é reduzido, o uso da carreta não é apenas necessário, mas verdadeiramente imperativo”.

Para o autor, um dos motivos que indicava a necessidade de modernização das necrópoles paulistanas era o atraso quanto ao conforto oferecido aos acompanhantes e visitantes. A conclusão sobre esse assunto aparecia com a seguinte frase: “Tanto assim que, somente agora, em Vila Nova Cachoeirinha, vão ser adotados os crematórios”.¹⁵⁵ Neste trecho, portanto, relacionou-se a adoção da prática da cremação a uma situação de tranquilidade e segurança aos familiares e visitantes.

Em nenhuma outra fonte lida para esta pesquisa a cremação foi apontada como forma inovadora e confortadora de familiares e amigos de falecidos. Normalmente, foi

¹⁵⁴ 12/11/1968, *O Estado de S. Paulo*, p.16. Melhorias nos cemitérios.

¹⁵⁵ “Parece-nos oportuno, conseqüentemente que o caso seja objeto de considerações por parte dos administradores dos cemitérios de São Paulo. É preciso que novas ideias sejam adotadas para conforto dos acompanhantes e visitantes, pois nesse capítulo o atraso é enorme. Tanto assim que, somente agora, em Vila Nova Cachoeirinha, vão ser adotados os crematórios.”

elencada como maneira higiênica, econômica, prática e civilizada de tratar a morte do outro e de si mesmo.

As notícias mostraram que serviço da cremação despontou nos jornais inúmeras vezes como passo fundamental para resolver o problema dos corpos dos indigentes e, em maior frequência, foi citado como única maneira viável para solucionar a questão da falta de espaço na cidade para ampliações e inaugurações de necrópoles. Exemplo disso ocorreu em “Cremação, apenas um problema de espaço”.¹⁵⁶

Nesse texto, comentava-se que o crescimento da população e conseqüentemente do número de mortes faziam da cremação não uma “preferência”, mas sim um “imperativo da grande cidade”. Abordava-se ainda que a origem dos problemas funerários começava em atitudes preconceituosas da população e não decorrente de más administrações e do crescimento urbano sem planejamento. A população, sobretudo a da Zona Sul, formada por famílias de situação socioeconômica estável, não aceitava enterrar seus mortos em cemitérios que recebiam indigentes (como o de Vila Formosa) e assim cemitérios centrais e tradicionais ficavam disputadíssimos favorecendo o comércio ilegal de sepulturas.

O problema não se limitava apenas ao enterro seletivo dos corpos mortos, os restos mortais (ossadas) eram alvo de descaso. Segundo o texto, ocorria omissão por parte da população em realizar as exumações no tempo correto, havendo dependência da ação da Prefeitura para a condução dos restos mortais aos ossários e liberação de vagas nos cemitérios.

O texto dizia que, para a Prefeitura, os despojos eram “sagrados” e que um funcionário havia sido processado por ter realizado uma exumação sem consultar a família. Este trecho reforça o alinhamento do jornal ao discurso das autoridades políticas, pois foi um período em que os cemitérios passaram por reformas e

¹⁵⁶ 23/03/1969, *O Estado de S. Paulo*, p.24. Cremação, apenas um problema de espaço. Nesse título a palavra “apenas” descredenciava qualquer outra explicação para a defesa do novo destino do corpo morto. As fontes utilizadas nessa pesquisa não favoreceram leitura explícita de outros motivos ou explicações usados para embasar a chegada da cremação em São Paulo. Analisamos o que lemos em poucas linhas da imprensa escrita: havia desconfiança por parte da população em relação às verdadeiras intenções de implantar a cremação na cidade. Nossa pesquisa mostra que a grande incerteza girava em torno do ponto cremação de indigentes. As discussões na Câmara Municipal apresentadas no primeiro capítulo dessa dissertação e o capítulo futuro, sobre a ação civil pública, mostram que apesar de ser uma prática moderna higiênica e econômica, a cremação em São Paulo podia dar fim a indigentes e qualquer cidadão nos anos de ditadura militar podia ser um indigente cremado, sem a família ou amigos saberem.

remodelações sendo certo que muitos jazigos foram mexidos sem autorização das famílias.

Houve cartas de leitores manifestando que não era possível encontrar mais algumas sepulturas devido às reformas. Apesar dos jornais não publicarem abertamente informações contra a ação do governo (devido à censura e devido à defesa da mesma posição ideológica), nas cartas de leitores apareciam opiniões contrárias e críticas mostrando que para a prefeitura nenhum corpo e nenhuma ossada era “sagrada”.¹⁵⁷

De qualquer forma, o texto narrou a intensificação da falta de vagas nos cemitérios tragicamente mencionando que sem a adoção da cremação “será preciso desapropriar áreas habitadas para abrir novos cemitérios”.

Indicou ainda que por mais que a prefeitura abrisse novas necrópoles, os cidadãos deviam continuar preferindo os cemitérios centrais e os sem quadra geral (para indigentes). Dessa forma, a lotação de determinadas necrópoles não podia ser resolvida.

Na conclusão, a responsabilidade pelo problema não ficava nas mãos dos governantes, mas nas mãos da população que devia repensar seus costumes: “Se uma grande parcela da população, superando a tradição milenar de enterrar os mortos, preferir a cremação, o problema estará resolvido”.

É interessante notar que embora os jornais dissessem que havia superlotação, o registro de mortes e enterros não era realizado organizadamente e tinha falhas conhecidas. Isso ficou claro quando, em 1969, houve uma notícia que divulgava que apesar do alívio advindo com o plano de instalação do forno crematório, o Prefeito Paulo Maluf desejava conhecer uma definição melhor da situação dos cemitérios de São Paulo. Para obter esses dados, havia solicitado um levantamento completo da topografia e do cadastramento das necrópoles paulistanas.¹⁵⁸

Enquanto o mapa geral não ficava pronto, a prefeitura determinara que os sepultamentos, em quase todos os cemitérios, fossem feitos apenas em jazigos

¹⁵⁷ A articulação da imprensa com autoridades políticas e anunciantes foi abordada no terceiro capítulo da primeira parte dessa dissertação.

¹⁵⁸ 05/08/1969, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.10, Chega dia 7 o crematório de Vila Cachoeirinha.

particulares. Aqueles que não os possuíam – o texto classifica quem não tinha jazigo particular como indigente – seguiam para Vila Formosa e Vila Nova Cachoeirinha que eram os que ainda apresentavam espaço suficiente.¹⁵⁹

Quanto à divulgação do serviço da cremação, a imprensa escrita apresentou:

- textos contraditórios com detalhamento do processo apresentando a temperatura em que seriam cremados os corpos, o tempo que duraria a cremação e como as cinzas seriam recolhidas e devolvidas aos familiares. Dizemos contraditórios porque a temperatura dos fornos variou, o tempo de duração da cremação variou, o lugar onde seriam colocadas as cinzas variou... Enfim, embora as notícias tenham tentado passar números para esclarecer a população, na verdade, confundiram e alimentaram temor por não mostrarem dados consistentes e

- alteração de público alvo: de bom destino para os indigentes, ela passou, perto da abertura oficial do crematório, em 1974, como apropriada à camada média alta da população que tinha cultura suficiente para adotar uma prática comum nos centros mais civilizados e modernos do mundo.

Como produto inovador não foi possível ao público saber exatamente como a cremação ocorria, onde, quanto tempo durava para o corpo virar cinzas, para quem “servia” e por qual motivo chegava a São Paulo.

Os jornais ora a defendiam, como algo moderno, higiênico e costume de países exemplares, ora a encobriam em mistério, informando que nenhum familiar podia acompanhar o processo, que era destinada à queima de corpos de indigentes e restos hospitalares.

A adoção lenta da cremação certamente teve ligação com a imagem nada clara que os leitores de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, os cidadãos da classe média paulistana, conseguiram captar ao longo das edições, desde o lançamento da ideia dos fornos crematórios até a inauguração oficial do crematório Jayme Augusto Lopes.

Por exemplo, em 1969, em meio a notícias que a declaravam uma solução para os corpos de indigentes, houve linhas que ventilaram que os corpos podiam ser cremados dentro de caixões ou envoltos em lençóis de linho. Essa informação não se repetiu. As fontes usadas neste trabalho não esclareceram o motivo de tal registro: para remeter a cremação a algo tradicional, como na época dos enterros em igrejas; para informar que

¹⁵⁹ Explicando a sobrecarga pela qual passavam os cemitérios, o texto dizia que o maior cemitério paulistano tanto em área como em capacidade era o de Vila Formosa, com 900 mil metros quadrados (cerca de 43 alqueires) de superfície, que recebia por dia, uma média de 100 a 130 cadáveres.

apenas pessoas com poder aquisitivo suficiente e uso frequente de lençol de linho poderiam ser cremadas ou por outro motivo? ¹⁶⁰ De qualquer maneira, tratou-se de uma informação desconexa, que não contribuiu para a percepção correta da prática pela população.

A mesma notícia tocou em um ponto delicado do processo de cremação: o acompanhamento da cremação por um parente. Esse texto dizia que um familiar podia fazer isso, no entanto, o que mais apareceu na imprensa era que ninguém podia assistir a incineração. Ou seja, mais uma vez, os leitores foram mal orientados contribuindo para a desconfiança em relação a esse fim do corpo morto.

Outro exemplo: em 1970, quando o engenheiro Fábio Pereira Bueno falou das vantagens desse processo, o público leu:

- Pelo contrário, só tem vantagens. *Primeira: aliviaremos os atuais cemitérios desde logo [19%]¹⁶¹ uma vez que é essa a percentagem de indigentes que enterramos. Segunda: pouparemos também as necrópoles dos corpos utilizados pelas faculdades de Medicina para estudos, até hoje, enterramos naturalmente. Terceira: resolveremos também o problema dos corpos que, depois de cinco anos de sepultamento – prazo determinado por lei – devem ser exumados e, quando isso acontece, descobrimos que ainda estão intactos, semi-embalsamados pelo excesso de antibióticos que receberam em vida. Isso torna necessário.*” (grifo nosso)¹⁶²

Dessa forma, a cremação surgia adequada para os corpos dos pobres, dos corpos que restavam sem serem reclamados nos hospitais e dos corpos doentes que não conseguiam seguir uma decomposição “normal”. Ou seja, divulgou-se uma imagem negativa, que não alimentava identificação com os leitores.

Em janeiro de 1971¹⁶³, em *O Estado de S. Paulo*, houve uma notícia que tratou da publicação de uma lista de famílias que tinham túmulos mal conservados. Informou-se que aqueles cidadãos que não providenciassem a limpeza dos túmulos podiam perder a

¹⁶⁰ 19/08/1969, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.16. Crematórios da Cachoeirinha estão em Santos.

¹⁶¹ A digitalização não permite uma boa leitura, acreditamos tratar-se desse número.

¹⁶² 24/12/1970, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6. Forno Crematório vai funcionar em SP em 1971.

¹⁶³ 15/01/1971, *O Estado de S. Paulo*, p.12. Túmulos limpos ou concessão cassada.

concessão. Após a demolição das construções e remoção das ossadas, a prefeitura voltaria a conceder a terra a outros interessados. Posteriormente, falou-se que São Paulo estava se preparando para ter um forno crematório. Que o aparelho já estava no Almoxarifado da Divisão de Cemitérios, tinha capacidade para incinerar 20 corpos por dia e que, inicialmente, seriam cremados apenas indigentes.

Havia a informação de que o forno podia começar operar imediatamente, pois os indigentes, e os detritos de hospitais e Faculdades bastavam para cobrir a média de 20 corpos para serem cremados diariamente.

Esse dado foi apresentado com recorrência. Em abril de 1971, uma notícia de *Folha de S. Paulo*, afirmou que o número de indigentes na cidade já justificava o forno crematório, cujo funcionamento estava previsto para no máximo um ano.¹⁶⁴ Em outra, de março de 1971¹⁶⁵, foi incorporado o parecer de alguns técnicos do Departamento de Cemitérios, segundo o qual somente os indigentes que morriam diariamente na capital já abasteciam o forno crematório, que ainda podia realizar a cremação de restos de hospitais e das três Faculdades de Medicina.

Constantemente a cremação foi atrelada aos restos, aquilo que a sociedade não queria ser, a corpos que não eram lembrados.

Como os jornais de grande circulação deveriam apoiar os planos governamentais, tentaram fazer propaganda da cremação, mas isso ocorreu concomitantemente à divulgação de dados negativos e descontraídos.

Os enganos dos jornais e a incoerência de dados sobre o local dos fornos, origem dos mesmos, e data de inauguração, foram apresentados em um capítulo da primeira parte dessa dissertação, assim como as críticas escamoteadas dos jornais por ter sido lá tratado o papel da imprensa, sua articulação com autoridades políticas e acordos com anunciantes.

Neste capítulo, abordamos a falta de clareza da imagem da cremação nos jornais de 1967-1974. O que foi apresentado de bom, o que foi apresentado de ruim e quais

¹⁶⁴ 22/04/1971, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.14. Indigentes mortos justificariam o forno

¹⁶⁵ 18/03/1971, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Cremação de corpos vai começar em abril de 1972.

elementos estranhos não permitiram ao público conhecer o processo e optar pelo mesmo.

As informações elogiosas ao processo destacaram: a modernidade da cremação, a adesão da mesma no exterior e a vantagem econômica dessa opção em relação aos sepultamentos.

Em notícia de 1971, da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, o enaltecimento do forno apareceu no entrelaçamento entre seu aspecto revolucionário e o fato de ter vindo do exterior: “O crematório será localizado ao lado do cemitério de Vila Alpina. O forno que chegou em 1969 da Inglaterra funcionará com as mais modernas técnicas usadas nos mais avançados países do mundo.”¹⁶⁶

Em agosto de 1972¹⁶⁷, outra notícia do mesmo jornal, trouxe declaração do diretor do Departamento de Cemitérios da Prefeitura, Sr. Fábio Pereira Bueno, revelando que de imediato, o forno aliviava em 10% os atuais cemitérios. Depois, acrescentou que além das medidas tomadas - construção dos cemitérios o cemitério de Vila Nova Cachoeirinha (Zona Norte), os de Vila Formosa e São Pedro (Zona Leste), o Dom Bosco (Zona Oeste) e o São Luis (Zona Sul) - a construção de outros fornos crematórios contornariam a deficiência de espaços para os mortos e seriam vantajosos porque economicamente eles eram viáveis para a Prefeitura e para a família dos mortos.

Alguns meses depois, a imprensa começou a divulgar a realização de testes dos fornos. Mais uma vez, as notícias não tornaram a cremação atraente ao público por inúmeras incoerências: uma hora, a fase experimental devia durar dois meses, usando restos de hospitais¹⁶⁸; em outra, devia levar mais ou menos três meses¹⁶⁹; e ainda, em outro momento, não se afirmava se seriam cremados animais ou indigentes nos testes.¹⁷⁰

A expressão “restos de hospitais”, empregadas em textos, por exemplo, não deixava claro do que se tratava. Porém, o leitor podia entender que significava

¹⁶⁶ 15/04/1971, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Papa-defuntos: exploração anunciada.

¹⁶⁷ 03/08/1972, *Folha de S. Paulo*, Segundo Caderno, p.2. Primeiro forno crematório ficará pronto em seis meses.

¹⁶⁸ 02/02/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6. Teste de cremação daqui a um mês.

¹⁶⁹ 21/02/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6. Cremação de corpos a partir de agosto.

¹⁷⁰ 05/03/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.13. Mais estética para os cemitérios. Essa declaração continua com as seguintes palavras dos assessores da Secretaria de Serviços Municipais: “por uma questão de ética”.

concretamente corpos mortos e assim crer que as autoridades não nutriam muito respeito para com alguns cidadãos para chamá-los de restos após a morte. Um trecho que permitia essa compreensão pertenceu a uma notícia de *Folha de S. Paulo*: “Os restos de hospitais poderão ser consumidos sem a necessidade de ocupar maiores espaços, facilitando ainda mais o problema de liberação de áreas para sepultamentos”¹⁷¹

Com a publicação dessas notícias, o público leitor da classe média não conseguia se interessar, nem se identificar com a cremação. Na verdade, ela não era para eles, estava destinada aos “restos de hospitais”.

Os jornais, no entanto, tentaram mostrar um público entusiasmado com a inovação: “Antes mesmo da inauguração do forno crematório de Vila Alpina, muitas famílias já demonstraram seu interesse. A grande maioria procura informações mais precisas e solicita orientação através de cartas.”¹⁷² O que não se confirmou com os dados oferecidos pelo Serviço Funerário Municipal de São Paulo, os quais indicaram, apesar do aumento gradativo, baixa procura pelo serviço, pelo menos, em seus sete primeiros anos de funcionamento.

Tabela 4. Número de cremações executadas no crematório de Vila Alpina de 1974 a 1980

Ano	Corpos
1974	73
1975	257
1976	421
1977	464
1978	569
1979	706
1980	724

Fonte: Serviço Funerário do Município de São Paulo.

¹⁷¹ 02/02/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6. Teste de cremação daqui a um mês.

¹⁷² Idem Ibidem.

De qualquer maneira, a cremação se confirmava, pelos jornais, como a solução para a deficiência de túmulos na capital. E como um serviço que podia reduzir os gastos da Municipalidade.

Em algumas declarações, era apontada também como prática que revelava estética mais adequada à cidade do que os sepultamentos. (“Esse investimento é inteiramente compensado pelas vantagens de ordem econômica, estética e higiênica, conforme tem sido demonstrada em todo o mundo”, disse o diretor do Departamento de Cemitérios da Prefeitura.)¹⁷³

A imprensa mostrava que o objetivo da prefeitura era de enviar aos fornos um terço dos corpos mortos por dia (aceitava-se que morriam em São Paulo aproximadamente 150 pessoas e os fornos tinham capacidade de cremar 48 cadáveres).

A falta de adesão à novidade só ia se justificar, segundo os diretores do Departamento de Cemitérios da Secretaria de Serviços Municipais, por fragilidades da população. O diretor Fábio Pereira Bueno declarou que não acreditava que no Brasil houvesse preconceito do povo contra a cremação de cadáveres.¹⁷⁴ Já o diretor Sérgio Barbour considerava que uma campanha de opinião pública deveria colher informações e opiniões da sociedade sobre o forno crematório, pois se tratava de um problema social e religioso que envolvia o sentimentalismo popular.¹⁷⁵

As preocupações, com o parecer da população, por parte da prefeitura, só foram registradas pelos jornais perto da data de inauguração do crematório de Vila Alpina, o que sugere que a opinião da população não tinha força para alterar os planos de implantar o crematório. Exemplo disso ocorreu em notícia da *Folha de S. Paulo*, em março de 1974, quando assessores da Secretaria de Serviços Municipais afirmaram “somente após uma pesquisa encomendada a um instituto de opinião pública é que poderemos sentir as reações do povo”¹⁷⁶

Essa notícia evidenciou que o jornal quis saber o que a população pensava do crematório e se aproximou da vizinhança concluindo que “A maioria da população de

¹⁷³ 21/02/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6 Cremação de corpos a partir de agosto.

¹⁷⁴ 21/02/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.6 Cremação de corpos a partir de agosto.

¹⁷⁵ 05/03/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.13. Mais estética para os cemitérios.

¹⁷⁶ Idem Ibidem.

Vila Alpina estranha a construção do forno crematório”. O texto trouxe inclusive a fala de um morador, o Sr. Álvaro Barreto, bahiano, operário da construção civil, revelando uma imagem negativa da cremação: “Queimar corpos lembra muito os tempos da peste, no Nordeste”.

A partir de 1974, a cremação passou a ser abordada de maneira diferente: nos jornais, o sistema deixou de ser destinado aos indigentes e começou a ser destinado a classes mais abastadas.

Ao contrário do que anunciou o ex-diretor do Departamento de Cemitérios da Prefeitura, Sr. Fabio Pereira Bueno, que na época dizia que o forno iria aliviar os cemitérios, o Sr. Zulauf declarou que devido ao alto padrão dos sistemas, indigentes, corpos não reclamados e restos mortais não serão cremados.¹⁷⁷

Dois dias antes da abertura oficial, os jornais informaram que haviam sido convidados representantes religiosos para conhecer o crematório. A Prefeitura estava procurando o apoio dos mesmos para amenizar o temor da população e conseguir projetar a cremação como um serviço na cidade.

O jornal dizia claramente que as visitas eram necessárias para a confirmação de que o sistema era aceito por todos os credos. Foram convidados bispos, ministros e representantes das Igrejas Católica, Presbiteriana e Metodista, rabinos, líderes espíritas, budistas e maometanos. Segundo o jornal, foram sentidas as ausências de: “D. Benedito Ulhôa Vieira, bispo auxiliar de São Paulo; reverendo Borges, da Igreja Presbiteriana, o rabino-mor judaico de São Paulo, Dr. Pinkus; os líderes budistas e maometanos.”¹⁷⁸

Algumas notícias, antes da abertura oficial em agosto de 1974, ajudaram a propagandear a cremação. Focaram, por exemplo, a eficiência e higiene de sua automação¹⁷⁹ e também mostraram o crematório como um local para lazer.

¹⁷⁷ 11/06/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.13. Cremação atenua os traumas do enterro.

¹⁷⁸ 10/08/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Religiosos conhecem todas as instalações.

¹⁷⁹ A equipe do forno deveria ter apenas 20 funcionários e somente dois operariam o processo de cremação. Segundo o secretário Werner Zulauf, dos Serviços Municipais, não havia motivo para treinar

A arquiteta Ivone Macedo Arantes, responsável pelo projeto segundo a imprensa, mencionou, em uma reportagem, que o crematório havia sido feito mais para os vivos do que para os mortos. O prédio perdia-se no meio da paisagem, e a presença do enorme jardim dava oportunidade aos visitantes para passearem agradavelmente. O ambiente era semelhante ao dos cemitérios-jardim, nos quais a beleza, a simplicidade, o contato com natureza se harmonizavam com um ideal de modernidade. A arquiteta, aliás, já havia projetado cemitérios jardins da cidade tais como o de Vila Nova Cachoeirinha, Vila Formosa e Perus. Em declaração, Ivone explicitou o objetivo do crematório:

“Não construímos mais um cemitério ou mais uma área para se cuidar dos mortos na cidade de São Paulo. Nossa preocupação é justamente tornar o ato do enterro menos lúgubre e para isso, nosso projeto preocupa-se muito com o ser vivo, o acompanhante do defunto.”¹⁸⁰

Antes da conclusão desse capítulo, devemos salientar que houve mais uma questão apresentada pelos jornais que não favoreceu o esclarecimento do motivo da instalação dos fornos em São Paulo e a construção de imagem atrativa à população. A ausência de uma legislação federal mostrou que o processo não estava chegando para trazer modernidade ao país. Era aparentemente uma questão local. Segundo notícia do jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo federal não se posicionava sobre o assunto.

A cremação de cadáveres é assunto da competência do governo federal, mas, enquanto este não se decide, os municípios interessados em implantar esse processo podem baixar a legislação pertinente. Essa é a opinião de técnicos do Ministério da Saúde, os quais, analisando ontem, em Brasília, o problema da cremação invocaram parecer do ministério da Justiça sobre o assunto e ressaltaram que o ministério da Saúde nada tem a opor. Acrescentaram que as autoridades, em princípio, acham

ninguém, pois o sistema era simples, funcionando na base de apertar botões. 11/06/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.13. Cremação atenua traumas do enterro.

¹⁸⁰ 17/07/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.11. Junto ao crematório locais para o lazer.

que a autorização deve partir do próprio interessado. Se este autorizar, o governo nada terá contra a cremação.¹⁸¹

No entanto, não foi bem assim. Não interessou ao governo militar discutir e aprovar a cremação em nível federal, apesar da apresentação de projetos de lei que versaram sobre a matéria. Por isso, o PL N°2887/1965, o PL N°978/1968, o PL N°2466/1976, o PL N°3277/1976 foram rejeitados ou arquivados.¹⁸² Com o desenvolvimento desse capítulo, concluímos que a imagem construída pela população paulistana, a partir das informações da imprensa, não foi suficiente para que ocorresse adoção da prática rapidamente.

¹⁸¹ 24/04/1974, *O Estado de S. Paulo*, p.19. Governo não se opõe e S. Paulo cremará mortos.

¹⁸² PL N°2887 de 1967, autor Eurico de Oliveira (PTB), autoriza os Estados, Territórios e Prefeituras Municipais a construírem fornos para cremação de cadáveres humanos; PLN° 978 de 1968, autor Cunha Bueno (ARENA), autoriza a cremação de cadáveres, a incineração de restos mortais e dá outras providências; PL N° 2466 de 1976, autor Inocêncio Oliveira (ARENA), autoriza a cremação de cadáveres; PL N°3277 de 1976, autor Cunha Bueno, dispõe sobre a cremação de cadáveres, a incineração de restos mortais e dá outras providências. Fonte: <http://www2.camara.leg.br/>

Capítulo 2. A apresentação dos novos cemitérios e da cremação ao público-leitor

Nesse capítulo observamos alguns anúncios de cemitérios divulgados em *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* durante 1967-1974. Eles trouxeram ao público a novidade do cemitério-parque ou cemitério-jardim de instituições particulares. Considerando a opção do sepultamento em cemitérios desse tipo como concorrente à cremação, acreditamos que a análise das publicidades ilumina a questão de como a morte fazia parte do cotidiano da sociedade. Ainda nos orienta quanto às ações que eram tomadas pela população para enfrentá-la; quais produtos e serviços eram disponibilizados pelo mercado e de que forma eram anunciados com a intenção de transmitir segurança aos potenciais clientes.

Dessa maneira, traçamos paralelos entre os anúncios dos cemitérios-parque e a maneira pela qual o serviço da cremação foi apresentado à população. Ou seja, acompanhamos como o discurso publicitário ofereceu o cemitério-parque ao público e como o discurso jornalístico procurou convencer os leitores a aderirem à cremação. Isto porque a cremação não foi tema de nenhuma campanha publicitária e sua divulgação apenas ocorreu camuflada em notícias e artigos jornalísticos que a referendaram como método higiênico, rápido, econômico e civilizado. Nesse capítulo investigamos então até que ponto a imagem da cremação construída pelas notícias e reportagens pôde competir com o cemitério idealizado nas campanhas bem elaboradas das instituições privadas recém-inauguradas na cidade.

Vários campos do conhecimento tomam a publicidade como objeto de estudo e há inúmeros métodos e teorias que orientam como realizar análise do discurso publicitário. Como mencionamos na apresentação deste trabalho, seguimos os caminhos apontados pela Análise de Discurso francesa por evidenciar o sentido dos discursos, questionar as vozes representadas nos mesmos e voltar-se à crítica social ao pressupor que a ideologia e a língua se materializam no discurso.

Apoiando-nos na Análise de Discurso, a propaganda de cemitérios não deixou de ser considerada como disseminadora de interpretações, incentivadora de consumo e construtora de estilos de ser, no entanto, as notícias e reportagens deixaram de ser

consideradas textos meramente informativos, que podiam ser colocados à prova pelo princípio da veracidade. A Análise de Discurso mostrou-nos que as notícias e reportagens tanto quanto as propagandas queriam convencer e conquistar seus leitores. Dessa forma, também traziam a intenção de persuadir.

Quanto aos aspectos semânticos, examinamos a apresentação do tema, o uso de personagens, se houve silenciamentos, se estiveram presentes oposições discursivas, como foi tentado passar credibilidade: com vocábulos apelativos, com participações de especialistas, ou com informações numéricas e estatísticas.

Quanto aos aspectos sintáticos observamos o uso dos tempos verbais, da voz ativa ou passiva e do registro do discurso citado ou relatado.

Dentre o período 1967 – 1974, 1968 e 1969 foram os anos de grande circulação de anúncios de cemitérios nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S Paulo*. Em 1968, as campanhas do Cemitério do Morumby e do Cemitério Gethsêmani ocuparam muito espaço nesses veículos. Em 1969, além desses, outros cemitérios investiram nesse tipo de publicidade. Dessa forma, nos deparamos com anúncios do Cemitério da Paz e do Cemitério de Congonhas.

Selecionamos para esse estudo as campanhas do Cemitério do Morumby e do Cemitério Gethsêmani, não apenas pela frequência nas páginas dos jornais, mas também por apresentarem estilo diversificado e ousado na exposição de seus produtos e serviços.¹⁸³

Lembremos oportunamente a influência da publicidade nos jornais no período estudado através de dois exemplos. O primeiro: a existência da coluna “Publicidade”, de Marcus Pereira e a realização de indicação do melhor anúncio do mês veiculado no jornal, na década de 60, no jornal *O Estado de S. Paulo*. O segundo: o encontro de publicidade do próprio jornal no meio das suas edições. Abaixo trazemos a capa do

¹⁸³ Analisamos apenas os anúncios mais frequentes das campanhas mencionadas devido o espaço da dissertação. Na defesa da dissertação, a banca alertou que este capítulo deveria ser reescrito para publicação por estar muito longo.

jornal *O Estado de S. Paulo* de 09/06/1968, na qual há um anúncio de um dos produtos do Grupo Estado.¹⁸⁴



Figura 5. Capa do jornal *O Estado de S. Paulo*, 09/06/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

¹⁸⁴ O relatório de José Carlos Garcia Durand indica que a história da publicidade no Brasil, no século XIX, recaí sobre os classificados que eram divulgados nos jornais e revistas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife entre outras cidades. Havia ainda cartazes nos muros e paredes, no lombo de animais ou no próprio corpo humano, almanaques. Baseando-se nos estudos de Ana Luiza Martins, revela que nas duas primeiras décadas do século XX, apesar da variedade e elaboração das revistas, ainda não eram os anúncios - os conhecidos “reclames”- os responsáveis pela sustentação econômica. No entanto, percebemos que se tratou de um período de agitação e crescimento do campo publicitário, pois antes de 1930, segundo José Carlos Durand, iniciou-se o uso do outdoor em ruas, estradas e tapumes de edifícios em construção. Além disso, houve o surgimento de agências publicitárias no Brasil como: “A Eclética” e a “Pettinati.” DURAND, J.C.G. Formação do Campo Publicitário Brasileiro (1930-1970). In: FGV-EAESP/GV Pesquisa. Relatório n° 10/2008.

No artigo “Inventário acadêmico e profissional da história da propaganda no Brasil.”, ACF Queiroz menciona que a agência publicitária pioneira do País, “A Eclética”, fundada em 1914 mantinha proximidade com o jornal *O Estado de S. Paulo* e atuou captando anúncios “desde os pequenos até os mais elaborados”. Indica que uma das primeiras batalhas do dono da agência João Castaldi foi conseguir o pagamento de comissão de 20% para a captação e veiculação dos mesmos. Essa informação nos faz refletir na relação entre os jornais e seus anunciantes desde o início do século XX, relação que proporcionou e proporciona que se atrelem as expectativas e interesses de ambos interferindo no discurso presente nos variados textos apresentados no jornal. QUEIROZ, ACF. Inventário Acadêmico e profissional da história da propaganda no Brasil. In: COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, N° 49, 2008.

182 de jornal
+ 8 de suplemento

190 páginas

**um
nôvo
recorde**

de **O ESTADO DE S. PAULO**

Figura 6. Propaganda do jornal *O Estado de S. Paulo*, 09/06/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Esses anúncios traziam a imagem que o grupo queria transmitir ao leitor. Neste, por exemplo, o texto revelou-se impessoal, com uma mensagem sem verbo e ênfase nas palavras em negrito e em tamanho maior. O texto indicava que o jornal era vitorioso pois a palavra “novo” indicava que havia recordes anteriormente conquistados e o aumento no número de páginas significava uma meta recentemente atingida, mais assuntos, mais informações, um jornal superior em relação aos concorrentes.

A conta empregada como imagem expressava que o aumento de oito páginas havia ocorrido devido a um suplemento, a uma seção do jornal divulgada em caderno independente e com assunto determinado. Ou seja, além do aumento do número de páginas e assuntos, o jornal trazia aprofundamento e especialização em determinadas

¹⁸⁵ 09/06/1968. *O Estado de S. Paulo*, p.1.

áreas. Havia uma intenção em identificar o leitor ambicioso com o jornal competitivo: ambos procuravam o sucesso, a superação, queriam bater recordes atrás de recordes.

Da mesma forma que procedemos à análise do anúncio do jornal, iniciamos com as publicidades que integraram a Campanha do Cemitério do Morumbi. Para a maioria dos anúncios que selecionamos, apresentamos a página na qual foi divulgada a publicidade, posteriormente apenas o anúncio e em seguida, o detalhe da parte verbal do mesmo. Quando o anúncio proporcionou condições de leitura do texto, não apresentamos o detalhe da parte verbal do mesmo.

CPI investiga segregação

Cinco milhões fora da escola

Começa Plano de Saúde

LORENZETTI
a chacha mais gostosa do mundo!

Conte a Santo Amaro o seu plano, para comprar um **GALAXIE ou CAMINHÃO FORD** e veja que coincidência!

CIA. STO. AMARO

Isto é um parque
Ocorre em um cemitério

CEMITÉRIO DO MORUMBI

Figura 7. Página 8 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 05/05/1968 . Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>



isto é um parque

[PODERIA SER UM CEMITÉRIO]

É sério mesmo, mesmo assim. Todo mundo quer um lugar aonde ir, um lugar aonde se sentir bem. O Cemitério do Morumby é um jardim. Muitos sabem e necessitam, o lugar de descanso de todos. Somente de alguns, porém de muitos de outros sobre a terra. Diferença assim: ISTO É UM CEMITÉRIO. PODERIA SER UM PARQUE.

VÁ AO MORUMBY
- VISITE O LOCAL -
- HÁ SETAS INDICATIVAS

PROJ. e ORÇAMENTO: BILHA e TAVARÉ



CEMITÉRIO DO MORUMBY
COMUNIDADE RELIGIOSA JORDÃO XXI

186

Figura 8. Propaganda do Cemitério do Morumby no jornal *O Estado de S. Paulo*, 05/05/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

¹⁸⁶ 05/05/1968, *O Estado de S. Paulo*, p.8. Propaganda do Cemitério do Morumby.

isto é um parque
(PODERIA SER UM CEMITÉRIO)

E seria bonito, mesmo assim. Todo verde, gramado, tranquilo e em paz. Imensas árvores. Silêncio. Atmosfera de um jardim. Música suave e repousante, compondo ambiente de meditação. Somente delicadas placas de bronze deitadas sobre a relva. Diríamos então: **ISTO É UM CEMITÉRIO. PODERIA SER UM PARQUE.**

VÁ AO MORUMBY
- VISITE O LOCAL -
HÁ SETAS INDICATIVAS

Projeto • Construção: Bratke • Tomanik



CEMITÉRIO DO MORUMBY
 COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII

INFORMAÇÕES: AVENIDA ANGÉLICA, 1951-Tel. 52-1060
36-2628 - 35-9232 - 37-0887

Figura 9. Destaque da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*, 05/05/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

No anúncio, havia a imagem de um terreno com árvores acima do texto, sendo o espaço da imagem maior do que aquele destinado à parte verbal. A localização e o tamanho davam destaque à parte visual. O texto em negrito confirmava a imagem “Isto é um Parque” e abaixo em letras bem menores, sem negrito, e entre parênteses, havia a mensagem: “poderia ser um cemitério”. Não havia dúvida de que o cemitério queria ficar muito mais associado à imagem e ao significado de parque, a um local com Natureza, destinado ao repouso, ao lazer, à tranquilidade física e mental. Os parênteses agregavam oralidade ao anúncio, pois a mensagem de dentro dos parênteses era quase enunciada como um sussurro. A ideia do local como parque ficava em destaque enquanto que a ideia do local como cemitério ficava abafada.

Segundo o texto, mesmo se a hipótese de ser um cemitério se confirmasse, haveria um alívio: “E seria bonito, mesmo assim.” Logo, o anúncio trabalhava com uma percepção de que cemitério não era um bom lugar: não podia ser enunciado em voz alta e nem era bonito.

A novidade era justamente o fato de que cemitério oferecido tinha a beleza de um parque: “Todo verde, gramado, tranquilo e em paz. Imensas árvores. Silêncio. Atmosfera de um jardim. Música suave e repousante compondo ambiente de meditação.” A característica única que lembrava que se tratava de um cemitério e vinha anunciada em:

“somente delicadas placas de bronze deitadas sobre a relva”. Porém, mesmo nesse trecho havia atenuantes: as placas eram “delicadas” e ficavam “deitadas” na relva. Ainda notamos que entre as placas e os corpos havia paralelismo, ambos ficavam delicadamente deitados, o que sugeria leveza ao ato de sepultar, e o que, de certa forma, dava um pouco de vida ao corpo morto.

Depois que o texto acalmava o leitor e mostrava uma imagem de cemitério menos agressiva e triste do que a imagem tradicional, havia uma inversão. Anteriormente, a constatação era a do local como um parque, e a hipótese dizia que poderia ser um cemitério. Com a inversão, a constatação passava então a ser do local como cemitério que podia ser um parque.

O anúncio então chamava um “nós” para concluir que ao olhar em direção à área do cemitério, apesar do reconhecimento da verdadeira função do terreno, ninguém podia negar a semelhança com um parque. Ou seja, a ilusão consentida era a promotora da venda. O cliente comprava um terreno para sepultar seus parentes porém não era um lugar como um cemitério, mas como um parque. Toda a noção de podridão, tristeza, pesar, fim era substituída pela leveza, alegria, paz e vida transmitida pela imagem das árvores e pelos conteúdos enredados sócio-historicamente na palavra parque. Os cheiros, as cores, o vento, o frescor e a temperatura presentes nos textos já-ditos existentes na memória de cada leitor ou potencial cliente do produto apresentado.

PRUDENTE RECEBE VISITA DO INPS

Patos abriu a festa do milho

PÔRTO ALEGRE
EM 1 HORA E 5 DE VÔO PELO
ONE-ELEVEN
DIARIAMENTE MENOS SÁBADOS!
AS 14:00 HORAS, ALMOÇO A BORDO.

WAL MARTINS
VASP
Comida em 1 hora de vôo
de Pôrto Alegre a São Paulo

Medida gera protesto

Secretário deverá visitar Rio Preto

MULHER BRASILEIRA AGORA TEM SUP-LIQUSE

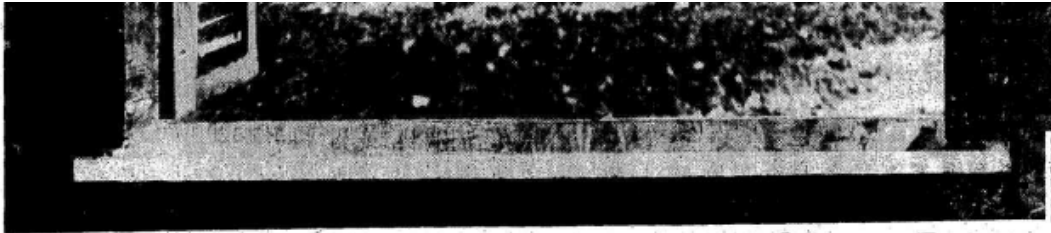
o tempo passou na janela...

SEU TEMPO PASSOU NA JANELA... SEU TEMPO PASSOU NA JANELA... SEU TEMPO PASSOU NA JANELA...

CEMITÉRIO DO MORUMBY
CASA NOVA PARA SEUS QUERIDOS

INFORMAÇÕES E VENDA: AVENIDA ANAPÓLIS, 1001 - JARDIM SOLETO
20-8066 - 20-1060 - 20-1061

Figura 10. Página 33 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 19/05/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>



o tempo passou na janela...


...e às vezes nós também não o vemos: Deixamos para tarde demais as soluções dos problemas criados pela própria vida.

No bonito e acessível bairro do Morumby, nasce um imenso parque. Onde haverá paz e tranquilidade. Música suave e repousante harmoniza com o silêncio da natureza. (Poderia ser um cemitério). No extenso gramado, somente delicadas placas de bronze, deitadas sobre o verde. Como nos Estados Unidos e na Europa, não permitirá preconceito algum. Todos iguais perante o Infinito.

ISTO É UM CEMITÉRIO. PODERIA SER UM PARQUE.

**VÁ AO MORUMBY
VISITE O LOCAL
HÁ SETAS INDICATIVAS**

Projeto e Construção: Bratke e Tomazik



CEMITÉRIO DO MORUMBY
COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII

**INFORMAÇÕES E VENDAS: AVENIDA ANGÉLICA, 1951 -Tel. 52-1060
35-9232 - 35-1585 - 37-0887**

Figura 12. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 19/05/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Nesse anúncio novamente o foco era o apelo visual. A visão obtida através da janela aberta mostrava um parque. Mais uma vez evocava-se a tranquilidade e a beleza entre as árvores. O texto em letras grandes e em negrito anunciava “o tempo passou na janela...” Ou seja, a vida estava avançada e aquela visão bonita correspondia ao produto anunciado. Era para lá, no futuro, que o leitor/cliente ia se entrar em acordo com o cemitério. O lado emotivo era trabalhado nessa frase em destaque devido às reticências que davam ao leitor oportunidade de refletir sobre sua vida, sobre o que passou. Logo abaixo, em letras bem menores seguia o texto: “...e às vezes nós também não o vemos: Deixamos para tarde demais as soluções dos problemas criados pela própria vida.” O estabelecimento de elo com o leitor aparecia através do pronome “nós”, assim como o discurso a favor da ideia dos homens como poderosos o suficiente para solucionar os problemas. A morte, ou pelo menos, o corpo que sobrava após a morte era apontado como um problema que podia ser superado se o leitor adquirisse o produto anunciado.

No texto que seguia, encontrava-se, como no anúncio anterior, uma descrição amena de cenário para sensibilização do leitor. No entanto havia duas grandes alterações: “Música suave e repousante harmoniza com o silêncio da natureza.” Ou seja, afastava-se a ideia de soluços, lamentações e gritos de desespero habituais das despedidas pós-morte. E um valor era acrescido: “Como nos Estados Unidos e Europa, não permitirá preconceito algum. Todos iguais perante o Infinito.” Nesse trecho, o leitor era chamado para fazer parte de um grupo social “civilizado” – o dos estrangeiros. A compra do produto viabilizava a integração a essa sociedade admirada, na qual se depositava a esperança da igualdade entre todos.¹⁸⁸ A publicidade seduzia o leitor que queria se identificar com pessoas cultas, ricas e de bons princípios, no entanto, sabemos que o produto não era para todos. O fato de o anúncio estar divulgado em *O Estado de S. Paulo* já denunciava o público alvo - classe média - e apesar do discurso universalizante, a compra só era viável a uma parcela da sociedade paulistana.

De qualquer maneira, o produto – jazigo – no cemitério citado foi apresentado como uma solução para o fim do corpo morto e um elemento amenizador de um momento comumente tomado como sofrido e causador de transtornos.

¹⁸⁸ Interessante perceber que a publicidade alimentava o sonho de pertencimento a uma sociedade igualitária em um momento em que o País vivia uma ditadura, na qual estavam distantes tanto a liberdade quanto a igualdade.

SEMANA 1 DE AGOSTO DE 1968

2.º ANO DE FUND. - 7

Educação terá mais 1,5 bilhão

... (text) ...

Desocupada a Economia-USP

... (text) ...

Reestruturação da UFP foi aprovada

... (text) ...

Da 8.ª a 1.ª encontro Universidades-Indústria

... (text) ...



... (text) ...



espere: isto é o nascer de um parque!

... (text) ...

W. AG. MORUMBY
CENTRO DO MORUMBY
RUA ESTRE DECAVASSA
P.O. BOX 41.000, SÃO PAULO

W. AG. MORUMBY
CENTRO DO MORUMBY
RUA ESTRE DECAVASSA
P.O. BOX 41.000, SÃO PAULO

W. AG. MORUMBY
CENTRO DO MORUMBY
RUA ESTRE DECAVASSA
P.O. BOX 41.000, SÃO PAULO

Figura 13. Página 31 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

espere: isto é o nascer de um parque!

Ha três milésios apenas, lançamos o CEMITÉRIO DO MORUMBY, única difusão, no Brasil. Não esperávamos tamanho receptividade: 10.000 jazigos vendidos!

Isto nos obriga a ampliar. Breve, lançaremos nova etapa. Até lá, não haverá vendas. Seremos reservas e, diretamente em massa, sede. Para aprova do lançamento, por enquanto.

Quem compra, já está ganhando com a antecipação das obras. Quem espera, já pode ver: cemitério próprio aliás - O PARQUE NASCER.

E nós, já podemos comprá-lo e que visitá-lo também.

VÁ AO MORUMBY
VISITE O LOCAL
HÁ SETAS INDICATIVAS

Projeto e Construção: ARTEL e TITANI

ISTO É O
CEMITÉRIO DO MORUMBY
COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII

189

Figura 14. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

espere: isto é o nascer de um parque!

Há três meses apenas, lançamos o CEMITÉRIO DO MORUMBY. Ideia diferente, no Brasil. Não esperávamos tamanha receptividade: 10.000 jazigos vendidos!

Isto nos obriga a ampliar. Breve, lançaremos nova etapa. Até lá, não haverá vendas. Somente reservas. E diretamente em nossa sede. Pelo preço de lançamento, por enquanto.

Quem comprou, já está ganhando com a antecipação das obras. Quem esperou, já pode ver com seus próprios olhos - O PARQUE NASCER.

E nós, já podemos comprovar o que vínhamos afirmando

VÁ AO MORUMBY
VISITE O LOCAL
HÁ SETAS INDICATIVAS

Projeto • Construção • Obras • Tomamim

ISTO É O
CEMITÉRIO DO MORUMBY
COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII

Reservas, nesta fase, somente à Avenida Angélica, 1951 - Tel.: 52-1060

Figura 15. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

No anúncio a imagem da morte ficava completamente amenizada pela imagem em destaque de uma planta crescendo. Celebrava-se a vida e o nascimento do próprio cemitério. A campanha não trazia mais linhas com a descrição de um parque. O trecho principal era um alerta ao leitor: “Espere: isto é o nascer de um parque!”.

Não se mencionava mais nenhuma palavra sobre a nova concepção de cemitério como local de lazer e paz, apenas chamava-se a atenção para o lançamento de uma “ideia diferente”. O anúncio tentava mostrar que o produto realmente havia encantado o público revelando que em três meses haviam sido vendidos 10000 jazigos. O sucesso impulsionava a ampliação do plano inicial, embora o leitor não soubesse realmente o que foi a primeira etapa ou plano inicial. O poder de atração do negócio era anunciado em “Pelo preço de lançamento, por enquanto”.

MINISTRO INAUGURARÁ NÚCLEO UNIVERSITÁRIO



S. Sebastião tem aduana

Curso silva controle de qualidade

Racumin

voce notou? já somos 10 MIL plantando um parque!

GEMITÉRIO DO MORUMBY

CONDOMÍNIO FUNDAÇÃO DO MORUMBY

ROD. BRAS. DE SÃO PAULO, 1.500 - JARDIM MORUMBY - SÃO PAULO - SP

Figura 16. Página 41 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 11/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

**você notou ?
já somos
10 MIL
plantando
um
parque !**

Somos mais do que uma Cemitério: Somos um Universo.
Parque perto de todos os religiões (e mesmo quem não tem) está aqui.
Parque todos as categorias sociais buscam um abrigo do tempo lá fora.
Nas: Conselheiros, 562 - Dama do caso, 211 - Crendores, 107 - Jureiros, 52 - Juizes da Divisão, 73 - Pastores, 17
Instituições, 419 - Desembargadores, 15 - Esportistas, 104 - Funcionários públicos, 200 - Advogados, 241 - Profissionais, 193
outros, ao todo 10 000 competem uma única liberdade: PLANTAR UM PARQUE! Da-íza deca da democratização e avelho-
má. Cria ambiente de paz e harmonia.
E há muito mais pessoas acreditando nesses princípios de entendimento humano. E sabemos que todos são iguais
perante o leito. Isto nos obriga a estabelecer essa regra: uma local de respeito mútuo.
Fizemos uma escola, participando as obras e proporcionando recreio para. Muitas das não há verdes. Quando apenas a
essa natureza. E dispostos em nossa sede. Para pagar de liberdade, por sempre.

**VÁ AO MORUMBY
VISITE O LOCAL
HÁ SETAS INDICATIVAS**

Projeto e Construção: Dória e Trossel



**CEMITÉRIO
DO MORUMBY**
COMUNIDADE RELIGIOSA JORDO XXI

190

Figura 17. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 11/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

¹⁹⁰ 11/08/1968. *O Estado de S. Paulo*, p.41

TEMPORIS

parque!

Somos mais do que uma coletividade. Somos um Universo.
 Porque gente de tôdas as religiões (e mesmo quem não tem) está aqui.
 Porque tôdas as categorias sociais buscaram êste abrigo de tranquilidade.


Note: Comerciantes, 862 - Donas de casa, 211 - Contadores, 167 - Jornalistas, 32 - Juizes de Direito, 73 - Pintores, 17 Industriais, 449 - Despachantes, 15 - Engenheiros, 194 - Funcionários públicos, 359 - Advogados, 241 - Professores, 193, enfim, ao todo 10.000 compraram uma idéia diferente: PLANTAR UM PARQUE! Dar-lhe sentido democrático e universal. Criar ambiente de paz e harmonia.

E há muito mais pessoas acreditando nêstes princípios de entendimento humano. E sabendo que todos são iguais perante o Infinito. Isto nos obriga a estabelecer nova meta: ampliação do projeto inicial.

Fizemos uma espera, antecipando as obras e preparando novas etapas. Nesta fase não há vendas. Garanta apenas a sua reserva. E diretamente em nossa sede. Pelo preço de lançamento, por enquanto.

**VÁ AO MORUMBY
VISITE O LOCAL
HÁ SETAS INDICATIVAS**

Projeto e Construção: Bratke e Tomanik



**CEMITÉRIO
DO MORUMBY**
COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII

Reservas, nesta fase, somente à Av. Angélica, 1951 - Tel.: 52-1060

Figura 18. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 11/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Neste anúncio retirou-se a imagem. As frases iniciais –“ Você notou? Já somos 10 000 plantando um parque!” - procuravam alimentar um diálogo com o leitor, ou seja, havia o intuito de aproximar-se do potencial cliente e formar com ele um grupo no qual as pessoas pensavam diferente.

A nova compreensão de mundo vinha indicada no quinto parágrafo: “E há muito mais pessoas acreditando nestes princípios de entendimento humano. E sabendo que todos são iguais perante o Infinito.”

O texto afirmava que todos os que estavam aderindo à nova concepção de cemitério não faziam parte de uma coletividade, mas sim de um Universo. Isso significava que não necessariamente uma pessoa era igual a outra, pelo contrário, havia harmonia mesmo reconhecendo a diversidade. Um grupo muito específico foi visado pela campanha: as pessoas que não tinham religião. Com o rompimento de barreiras

culturais e sociais, pessoas de crenças diferentes e pessoas com funções diferentes vislumbravam uma convivência pacífica. O culto aos mortos se afastava das velhas atitudes e interpretações defendidas pela Igreja Católica, mesmo porque a morte parecia mais viva que a própria existência. Pensamos que a adoção da ideia de Universo e Infinito nas campanhas do Cemitério do Morumby sensibilizava a sociedade que almejava experiências de respeito às diferenças, às particularidades. Ou seja, a campanha reconhecia que a repressão ditatorial não oferecia oportunidade para as pessoas viverem com liberdade, com seus direitos garantidos então colocava no pós-morte a chance de passar por esses momentos. A morte aparecia como fuga, como alívio.

Catanduxu assiste menores sem lar

Granizo cai pela 2.a vez

Cadeia não apresenta emudecidos

Bauri abre hoje feira comercial e industrial

A PRIMAVERA DESDOBROU O PARQUE

A não foi por acaso

CEMITÉRIO DO MORUMBY

INFORMAÇÕES E VENDAS: AVENIDA AMÉRICA, 1361 - TEL. 84.000

Figura 19. Página 43 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

**A PRIMAVERA ERA RA
DESDOBROU DU U
O PARQUE E**



(e não foi por encanto)

No dia 02 de Abril de 1968, o Cemitério do Morumby, que há mais de 40 anos é o maior cemitério do Estado de São Paulo, comemorou o aniversário de 100 anos de sua fundação. O local, situado na Avenida Paulista, nº 1000, possui uma área de 100 mil metros quadrados.

Desde a sua criação, o Cemitério do Morumby tem sido um local de respeito e dignidade para os familiares dos falecidos. O local é conhecido por sua beleza e por ser um dos mais modernos e bem planejados do Brasil.

O Cemitério do Morumby é administrado pela Associação dos Beneficentes do Morumby, que tem como objetivo principal proporcionar aos familiares dos falecidos um local digno e tranquilo para o descanso eterno.

A Associação dos Beneficentes do Morumby é uma entidade sem fins lucrativos, que atua há mais de 40 anos, sempre com o intuito de proporcionar aos familiares dos falecidos um local digno e tranquilo para o descanso eterno.

VÁ AO MORUMBY
VISITE AS CRIAS
HÁ SÉRIAS INICIAATIVAS




CEMITÉRIO DO MORUMBY
COMUNIDADE RELIGIOSA JÓIA DO PAULISTA

191

Figura 20. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

¹⁹¹ 03/11/1968. *O Estado de S. Paulo*, p.43




TEMPORIS

(e não foi por encanto)

No princípio era idéia. Talvez uma idéia pequena. Como a semente lançada em solo desconhecido, era impossível prever-lhe as dimensões finais. Súbitamente ela se desdobra. Cresce. Acolhe. Você notou? Já no fim da primeira etapa éramos 10.000 plantando um parque. Outros vieram chegando. Queriam somar. Participar. Libertar-se de toda a limitação. Assim nasceu o CEMITÉRIO DO MORUMBY. Pessoas de todas as crenças (e mesmo sem crença) passaram a crer nessa idéia. Todas as categorias sociais buscaram este abrigo de tranquilidade. E a semente, de súbito, germinou. Era a UNIVERSALIDADE. Ampla. Acolhedora. Democrática. Total. E a primavera trouxe o desdobramento do parque. A segunda etapa está lançada. A espera terminou. A oportunidade surge novamente para quem acredita nestes princípios de entendimento humano. (e se existe encanto em tudo isto, e a compreensão de milhares de pessoas em torno de uma idéia UNIVERSAL: Todos iguais perante o Infinito.)

VÁ AO MORUMBY
VISITE AS OBRAS
HÁ SETAS INDICATIVAS

Engenharia e Construção: **Bratke e Tomank**



CEMITÉRIO DO MORUMBY
COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII

INFORMAÇÕES E VENDAS: AVENIDA ANGÉLICA, 1951 - Tel. 52-1060

Figura 21. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

A campanha prosseguiu aproximando-se do discurso religioso. A primeira frase do texto deixava claro a evocação de “No princípio era o verbo”.

A imagem trazia a multiplicação do parque justamente o assunto do texto: o nascimento e crescimento da ideia do cemitério parque com muitas adesões ao Cemitério do Morumby.

Permanecia a ideia da morte como libertação, alívio e assim reforçava a oposição à situação de opressão instaurada pelo governo ditatorial. É importante perceber que não se falava diretamente sobre a morte, mas sim do lugar que podia ser ocupado após o falecimento. Falava-se de um lugar ideal onde todos podiam estar livres da limitação. Ou seja, embora na vida as pessoas estivessem passando limitações, cerceamento de liberdade, sentissem a sociedade fragmentada, após a morte podiam ocupar um lugar totalmente diferente, onde havia respeito a Universalidade, a diversidade de opiniões e comportamentos.

O leitor percebia que o termo universalidade era o que definia o lugar do futuro, pois era escrito em letras maiúsculas, assim como o nome do cemitério. O conceito de universalidade abarcava exatamente o contrário do que se vivia com a ditadura: ele

presumia amplidão, acolhimento, democracia e totalidade. O oferecimento do produto ultrapassava o momento da morte e mostrava que o pós-morte poderia ser muito melhor do que as pessoas conheciam.

Banco fez história em Jau
Herculândia faz 24 anos

Festas terminam hoje em Franco da Rocha

são luiz caravelle todo dia!
CRUZEIRO

ninguém leva flores a um parque!

GEMITÉRIO DO MORUMBY
FUNDACIONAL BARRAGEM DO MORUMBY

Figura 22. Página 47 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 01/12/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

ninguém leva flôres a um parque!

Parque é síntese da natureza. Não é preciso levar-lhe beleza. Ela está lá. Sempre. Harmonia de sons, cores e flôres. UNIVERSO. Você notou? Árvores e flôres: grandes, modestas, altivas, jovens, vetustas. Todas juntas. Filtrando o mesmo sol pelas ramagens. Recebendo da terra a mesma seiva. Abrigando a todos. Se você acha que é possível a mesma harmonia entre homens de todas as categorias sociais; de todas as religiões (e mesmo os sem religião), de todas as idéias e princípios, então você acredita na UNIVERSALIDADE.

Exatamente como nós.
E note: já somos 12 mil!
plantando um Parque - Universo

VÁ AO MORUMBY
VISITE AS OBRAS
HÁ SETAS INDICATIVAS COM ESTA MARCA:
Projeto e Construção: Bratke e Tomanik

CEMITÉRIO DO MORUMBY
COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII

Informações e Vendas: AV. ANGÉLICA, 1951 - Tel.: 52-1060 (PLANTÃO AOS SÁBADOS E DOMINGOS)

Figura 24. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 01/12/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Nesse anúncio tanto a imagem quanto a frase em destaque “Ninguém leva flores a um parque!” realizavam um afastamento em relação a ideia tradicional de cemitério.

O lugar proposto era naturalmente belo por ser um parque e mantinha relação com a concepção de Natureza: harmonia de sons, cores e flores. Harmonia, sem agressividade, sem desrespeito. Novamente, o cemitério era retratado como o lugar ideal buscado em vida pela maioria das pessoas. Um lugar em que as diferenças não significavam luta, desprezo, preconceito. Isso aparecia quando se registravam os variados tipos de árvores e flores presentes no parque: “grandes, modestas, altivas, jovens, vetustas. Todas juntas”.

SCA inicia temporada amanhã



Virá a São Paulo Noneto de Munique

Um grupo de nove jogadores alemães, conhecidos como o "Noneto de Munique", virá a São Paulo para disputar a Taça Libertadores da América. O time é treinado por um dos melhores técnicos do mundo, o alemão Helmut Schön. Os jogadores são: Gerd Müller, Rainer Bonhoff, Uwe Seeler, Hans-Joachim Störmer, Rudi Völler, Hans-Joachim Wulferding, Rainer Bonhoff, Uwe Seeler e Hans-Joachim Störmer.

Guanabara terá festival musical

O festival musical de Guanabara será realizado no próximo mês de maio. O evento contará com a participação de artistas de renome nacional e internacional. O festival será dividido em várias categorias, incluindo música erudita, música popular e música de câmara. O objetivo do festival é promover a música e proporcionar uma oportunidade para os artistas se apresentarem em um ambiente de alto nível artístico.

S. A. Tubos Brasilit
FABRICA DE TUBOS CEMENTOS PORTLAND

2. Quando se trata de tubos de concreto, a qualidade é fundamental. A S. A. Tubos Brasilit oferece produtos de alta qualidade, fabricados com os melhores materiais e sob o controle rigoroso de uma equipe especializada.

3. A S. A. Tubos Brasilit também oferece serviços de consultoria e assistência técnica para garantir a correta instalação e utilização dos tubos.

4. Para mais informações, contate a S. A. Tubos Brasilit pelo telefone (11) 701-1111.

SCA inicia temporada amanhã. O time brasileiro de futebol de salão, o SCA, começa sua temporada amanhã com um jogo importante. O jogo será disputado contra o time de Munique, que é considerado um dos melhores times do mundo. O SCA está muito confiante e acredita que pode vencer o jogo. O jogo será transmitido ao vivo na televisão.

**Dr. Pedro
Azeite Netto**
Oftalmologista
Rua...
Tel. ...

**HORARIO NOTURNO
DO COMERCIO**
CIRIAC FAUSTO REURUS S.A.
Rua...
Tel. ...

LORENZETTI
a ducha mais gostosa
do mundo!

COMUNICADO
Indústria Química e Farmacêutica Schering S/A.
Lançam em circulação o novo Antídoto a toxas Botulismo, Tetano e
Difteria. Bactérias, Formadores e em Comércio em geral,
a pedido do seu distribuidor para a
Rua General Câmara de Magalhães, 844 - 3º andar - J. Paulist.
A partir de 31 de dezembro.

VOCE E O FISCAL
No Brasil, em 1969, há 6 tipos de impostos sobre o rendimento. São eles: Imposto de Renda, Imposto de Renda Retido na Fonte, Imposto de Renda sobre Lucros, Imposto de Renda sobre Dividendos, Imposto de Renda sobre Juros e Imposto de Renda sobre Proventos.

TIPO DE IMPOSTO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda	15%
Imposto de Renda Retido na Fonte	10%
Imposto de Renda sobre Lucros	20%
Imposto de Renda sobre Dividendos	15%
Imposto de Renda sobre Juros	10%
Imposto de Renda sobre Proventos	15%

CEMITÉRIO DO MORUMBY
Rua...
Tel. ...

Figura 25. Página 24 do jornal O Estado de S. Paulo, 30/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

VOCE É O FISCAL

No Empreendimento mais bem sucedido em São Paulo!

Já somos 14.000 PLANTANDO UM PARQUE - o Cemitério do Morumby.
Democrático - Acessível - Bonito.

Veja o cronograma da 1.ª etapa das obras, assinado pelas quatro entidades responsáveis:

COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII BRATKE/TOMANIK - Engenharia Ltda.
PAULISTANA - Administr. e Participações Ltda. SPVO - Sociedade Paulista de Viação e Obras

SERVIÇOS	MAI-68	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN-69	FEV	MAI	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN-70	FEV	MAR	ABR	MAI 70	
INSTALAÇÃO DE CANTEIRO																										
DESMATAMENTO																										
SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS																										
DESTOCA																										
LIMPESA																										
TERRAPLANAGEM																										
ESCAVAÇÃO: VALA DO CÓRREGO																										
CONSTRUÇÃO DE DRENOS																										
CONSTR. BERÇO DE CONCRETO																										
ASSENTAMENTO DE TUBOS																										
REENCHIMENTO DE VALA																										
CONSTRUÇÃO DO ALAMBRADO																										
ASSENTAMENTO DE GUIAS																										
CONSTRUÇÃO DE SARJETAS																										
OBRAS CIVIS																										
GRAMADO																										
ARBORIZAÇÃO																										
GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS																										
PREPARO DA SUB-BASE																										
CONSTRUÇÃO DA BASE																										
IMPRESSÃO DA BASE																										
CAPEAMENTO: CONCR. ASFÁLTICO																										
ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO																										
ENTREGA DA OBRA																										

CEMITÉRIO DO MORUMBY

Recorte este comunicado e acompanhe o andamento das obras. É o único cemitério-parque no Morumby. Visite! A 2.ª etapa está quase totalmente vendida. Garanta o preço antigo, ainda esta semana, pelos telefones 52-1060 e 51-5241

NOVOS PREÇOS, IMPRETERIVELMENTE, A PARTIR DE 2 DE ABRIL.

VENDAS:
temporis - administração, vendas e publicidade ltda.
Av. Angélica, 1951 - telefones: 52-1060 e 51-5241
(PLANTÃO AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS)

ENTREGA DAS OBRAS

193

Figura 26. Propaganda do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 30/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Mudando radicalmente o estilo de propaganda, circulou esse anúncio cuja frase principal “Você é o fiscal” conferia poder ao leitor/cliente ao lhe dar a oportunidade de verificar e cobrar o andamento da obra.

Tanto a representação do cemitério e como a sensibilização do leitor foram amenizadas pela colocação da imagem do cronograma de obras e não de um parque, como os anúncios anteriores. Parecia que desta vez não se intencionava dialogar com o público que pensava na morte ou na condição humana, o alvo eram as pessoas que faziam negócios, investimentos, inclusive o cemitério foi indicado como “o empreendimento mais bem sucedido em São Paulo”.

¹⁹³ 30/03/1969. *O Estado de S. Paulo*, p.24

13 MARÇO DE 1969

Brasil vai disputar o título

O Brasil vai disputar o título de campeão mundial de futebol em 1970, no México. A seleção brasileira, treinada por Carlos Roberto Costa, está em preparação para o torneio. O Brasil é considerado o favorito para vencer o torneio.

Capital ganha título de nado

A capital paulista ganhou o título de cidade mais desenvolvida do Brasil em 1968. O crescimento econômico e a infraestrutura urbana foram os fatores principais para essa conquista.

Tamer supera marca

O atleta Tamer superou sua própria marca em uma competição recente, estabelecendo um novo recorde nacional.

Giobbi venceu regata

O velejador Giobbi venceu a regata disputada em São Paulo, conquistando o primeiro lugar entre os participantes.

Consolati só viajou ontem

O jogador Consolati só viajou ontem para o destino planejado, após um período de descanso.

Landi e Zambello vencem

Os jogadores Landi e Zambello venceram a partida disputada, marcando a vitória para seu time.

Brasil vence a 1.ª no xadrez

O Brasil venceu a primeira partida disputada no campeonato de xadrez, mostrando uma atuação sólida.

HELOGIOS

Comunicado

TV 13 BANDEIRANTES
5 vezes mais potente

na minha casa
todo mundo
é bamba
papai é o maior
mamãe é barbara
a maninha é uma gostosa
o meu casquinho é ensinado
...e eu sou o primeiro da classe!
HOJE ÀS 19:45 HORAS


CEMITERIO DO MORUMBY

CEMETERIO DO MORUMBY
RUA DO MORUMBY, 100 - JARDIM MORUMBY
Cidade de São Paulo - SP - Brasil

Figura 27. Página 24 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

**você
deixaria
problemas
como
herança?**

14 mil famílias previdentes eliminaram o maior de seus problemas plantando um parque.
Democrático
Acessível
Evoluído
Sem discriminações

 **CEMITÉRIO
DO MORUMBY**

(ÚNICO NO MORUMBY)
VENDAS: AV. ANGÉLICA, 1951
FONES: 52-1080 - 51-5241
PLANTIO ASSIS GARCIA, LOCOMISSÃO E ENTERRAMENTO, N. 978, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000

194

Figura 28. Propaganda do Cemitério do Morumbi, jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Sem nenhuma imagem, o anúncio procurava tocar os sentimentos do leitor e concomitantemente apresenta tom irônico ao abordar que por falta de decisão, a geração mais antiga pode deixar para os mais novos nada que sirva para dar segurança, somente um problema: dar um destino ao corpo morto.

Pelo lado do sentimentalismo, promovia reflexão no leitor sobre o que recebeu de seus parentes e o que ia conseguir deixar para a geração seguinte. Pelo lado da ironia, trabalhava com o significado de herança. Normalmente atrelado a imóveis, objetos de

¹⁹⁴ 25/03/1969. *O Estado de S. Paulo*, p.24.

valor e dinheiro para auxiliar aqueles que ficam, no texto, era sugerido que as pessoas podiam deixar o próprio cadáver como legado, o que seria o inverso da intenção de contribuir com as próximas gerações.

O que fazer com o cadáver parecia ser o maior de todos os problemas que uma família podia enfrentar e para resolvê-lo o anúncio não indicava a compra de jazigos, mas a atitude de plantar um parque: democrático, acessível, evoluído, sem discriminações. Assim, mais uma vez, a negatividade e o sofrimento que podiam estar envolvidos na noção de um cemitério eram substituídos por valores, imagens e sentimentos que transmitiam esperança, conforto, respeito, a escolha pelo novo.

Embora houvesse um diálogo estabelecido com um “você”, a família deste “você” recebia a qualidade de ser previdente ao comprar o produto anunciado. Isso sugeria que a comunicação ocorria entre o anunciante e um leitor/cliente esperado – o chefe de família. Sobre ele recaía a responsabilidade de tomar a decisão correta e ao fazê-la toda a família aprendia como deveria agir e assim adotava-se a atitude esperada por toda a sociedade.

Por fim, o anúncio tentava sugerir uma extensão do mundo dos vivos ao mundo dos mortos a partir de uma pequena e significativa substituição de palavras abaixo do nome Cemitério do Morumbi. Anteriormente, estava inscrito “Comunidade Religiosa João XXIII” e neste anúncio aparecia entre parênteses “Único no Morumbi”. O apelo para aquisição de um jazigo pertencente a uma comunidade religiosa tornava-se menos importante do que anunciar um jazigo em área nobre da cidade. A busca por *status* realizada pela classe média (leitora do jornal e, portanto, do anúncio) não ficava apenas na vida, era defendida após a morte. A vaidade precisava ser alimentada para garantir a venda dos terrenos no cemitério.

Procurado
para o grupo

Do Interior
Cardineira Paulista vai
festejar o Padroeiro

Estados
para pôrto
pesquisa



**"A Tribuna"
faz 75 anos**

Do Interior
Cardineira Paulista vai festejar o Padroeiro

Jundiaí quer fazer consórcio

Estados para pôrto pesquisa

"A Tribuna" faz 75 anos

TELEGRAMAS TELESPRESSA DE AMBOS

IERB

voçê já pensou nas surpresas que a vida cria?

CEMITERIO DO MORUMBY

PLANO NACIONAL DA HABITAÇÃO
CÉDULAS HIPOTECARIAS
COMPRA-SE 2.ª OU ÚNICA

motovel

Figura 29. Página 22 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 27/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

**você
já pensou
nas
surpresas
que a vida
cria?**

14 mil famílias previden-
tes tomaram a decisão
e estão plantando um
parque.
**Democrático
Acessível
Evoluído
Sem discriminações**



**CEMITÉRIO
DO MORUMBY**
(ÚNICO NO MORUMBY)

VENDAS: AV. ANGÉLICA, 1951
FONES: 52-1000 - 51-5241
FUNDO AOS SERVIÇOS - OBRAS E TERREIROS, VILA FA BOMBA

195

Figura 30. Propaganda do Cemitério do Morumbi, jornal *O Estado de S. Paulo*, 27/03/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Neste anúncio sem imagens, novamente, apresentou-se uma indagação em destaque como tentativa de aproximação com o público. Falava-se com um “você”, ou seja, optou-se pela informalidade que intensificava a intenção de intimidade. Devido ao mesmo texto na parte inferior, permanecia o diálogo com o chefe da família. A morte não era mais tratada como um problema, vinha amenizada pelo emprego da palavra “surpresa”.

¹⁹⁵ 27/03/1969. *O Estado de S. Paulo*, p.22

20 - O ESTADO DE SÃO PAULO
QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1969

Uma fazenda só de rosas

de Rogério de Souza



A fazenda produz apenas rosas em sua área de 100 hectares.

Rio Preto vai perfurar 10 poços semi-artesianos

de Fernando de Azevedo

Projetado para abastecer a população de 100 mil habitantes, o município de Rio Preto do Sul, em Santa Catarina, vai perfurar dez poços semi-artesianos para garantir o abastecimento de água potável. O projeto, que será executado em duas etapas, prevê a perfuração de cinco poços em cada uma das duas áreas de 50 hectares que compõem o município.

O primeiro poço já foi perfurado e está sendo testado. Os outros nove serão perfurados ao longo dos próximos meses. O custo total do projeto é de aproximadamente 10 milhões de reais.

O município de Rio Preto do Sul é um dos mais pobres do Brasil. A população vive em condições precárias de saneamento básico. A falta de água potável é um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade.

O projeto de perfuração dos poços é considerado uma das maiores obras de infraestrutura já realizadas no município. Ele vai melhorar significativamente a qualidade de vida da população e contribuir para o desenvolvimento econômico local.

Povo pode melhorar na seca

de Fernando de Azevedo

A seca que se prolonga há meses no Brasil pode ser amenizada se o governo tomar medidas urgentes. Segundo especialistas, a falta de planejamento e a má gestão dos recursos hídricos são as principais causas do problema.

Para melhorar a situação, é necessário investir em obras de infraestrutura, como a construção de barragens e a melhoria dos sistemas de distribuição de água. Além disso, é preciso promover campanhas de conscientização para que a população economize água e evite o desperdício.

O governo federal deve assumir a liderança na solução do problema, coordenando as ações dos estados e municípios. Somente com uma abordagem integrada é possível superar a crise hídrica que o Brasil enfrenta atualmente.

veja as vantagens da Nova Letra de Câmbio Ipiranga

O Banco Ipiranga oferece as seguintes vantagens:

- 1. Taxa de juros reduzida.
- 2. Prazo de carência de 90 dias.
- 3. Garantia de crédito de até 10 milhões de reais.
- 4. Atendimento personalizado e eficiente.

Para mais informações, consulte um dos nossos consultores.

o banco do estado de são paulo e banca nazionale del lavoro esperam sua visita na feira da indústria mecânica italiana.

Os dois bancos estão participando da Feira da Indústria Mecânica Italiana, realizada em São Paulo. Eles vão apresentar suas soluções e produtos para o mercado brasileiro.

O Banco do Estado de São Paulo e a Banca Nazionale del Lavoro são instituições de renome internacional. Sua participação na feira demonstra o compromisso das duas instituições com o desenvolvimento econômico do Brasil.



BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
BANCA NAZIONALE DEL LAVORO

Figura 31. Página 38 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 17/04/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

**elogio
para um
grande
homem:**

**- "ê
pensou
em tudo"!**

14.000 famílias
terão elogios como este
para seu chefe previdente.
Estão plantando um parque.

Democrático
Acessível
Evoluído
Sem discriminações



**CEMITÉRIO
DO MORUMBY**
(ÚNICO NO MORUMBY)

VENDAS: AV. ANGÉLICA, 1951
FONES: 52-1060 - 51-5241
PLANTIO AOS SÁBADOS - OBRIGOS E FUNEROS. VITE AS OBRAS.

196

Figura 32. Propaganda do Cemitério do Morumbi, jornal *O Estado de S. Paulo*, 17/04/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Aqui ocorria o enaltecimento da figura do chefe de família no qual eram depositadas as expectativas de promover o bem-estar familiar. Isso ocorria através da inserção da oralidade, da fala que as famílias devem emitir reconhecendo o poder do chefe de família: “- Ele pensou em tudo!”. Neste caso, as famílias deixavam de receber a qualidade de serem previdentes, e passavam a fazer elogios aos seus chefes previdentes, aos chefes que não haviam esquecido a morte e a necessidade de comprar jazigos para a família.

¹⁹⁶ 17/04/1969. *O Estado de S. Paulo*, p.38.



Morre presidente Husain, da Índia

NOVA YORK (UOL) - O presidente da Índia, Lal Bahadur Shastri, morreu nesta quarta-feira (3) em consequência de um ataque cardíaco. Ele tinha 62 anos e estava em um momento de recuperação de uma cirurgia no coração realizada em fevereiro.

Shastri foi o primeiro chefe de governo da Índia independente a morrer em cargo. Ele sucedeu ao primeiro-ministro Jawaharlal Nehru em 1964. Seu governo enfrentou desafios econômicos e políticos, culminando no episódio conhecido como o "Jejum da Sal" em 1966, que resultou na queda de Shastri e na ascensão de Indira Gandhi.

Assessoria & Co. Ltda.
 Rua...
 São Paulo, SP

Ataça, Sr. Freitas Maricada
 Rua...
 São Paulo, SP

RADIO ELDORADO
 Rua...
 São Paulo, SP

Pelo Mundo

Até macaco pode comunicar

Um macaco chamado Washoe, criado nos Estados Unidos, aprendeu a usar gestos para se comunicar com humanos. Ele aprendeu a usar cerca de 35 gestos diferentes para expressar desejos e sentimentos.

Washoe foi treinado por uma linguista americana, que ensinou-o a usar gestos para pedir comida, água e outros objetos. Ele também aprendeu a usar gestos para expressar sentimentos como alegria e tristeza.

CURSO XI DE AGOSTO
 Rua...
 São Paulo, SP



FAZ BOM TEMPO em qualquer época do ano
 (para recalar-se imediatamente)

Para mais informações, consulte o número 0800-0111111.



TELEFONE
TELEGRAMS
EXPRESSÃO
DE INDEX

COMUNICADO

O QUE PODEMOS FAZER NO PRIMEIRO ANO DE EXERCÍCIO DO GOVERNO DO NORONHENSE

1. O GOVERNO DO NORONHENSE, desde o seu primeiro dia de exercício, tem como principal preocupação a melhoria das condições de vida da população noronhense.

2. Para isso, o GOVERNO DO NORONHENSE tem adotado as seguintes medidas:

- a) Melhorar a infraestrutura urbana, incluindo a pavimentação das ruas e a melhoria do sistema de saneamento básico.
- b) Criar programas de assistência social para a população em situação de vulnerabilidade.
- c) Promover a educação e a qualificação profissional da população.
- d) Apoiar o desenvolvimento econômico local e a criação de empregos.

3. O GOVERNO DO NORONHENSE continuará trabalhando para melhorar a qualidade de vida da população noronhense e promover o desenvolvimento sustentável do município.

CEMITÉRIO DO MORUMBY

Rua...
 São Paulo, SP

Figura 33. Página 14 do jornal O Estado de S. Paulo, 04/05/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

O QUE FICOU PROVADO NO PRIMEIRO ANO DE EXISTÊNCIA DO CEMITÉRIO DO MORUMBY

FICOU PROVADO QUE a idéia pioneira de Cemitério-Parque encontrou acolhida total. 15.000 famílias previdentes adquiriram 75% da área. Nos próximos 3 meses os 25% restantes estarão vendidos. É um empreendimento consolidado.

FICOU PROVADO QUE o paulistano entendeu a mensagem de UNIVERSALIDADE contida na idéia: absoluta igualdade perante o infinito, inoportunidade de ostentação num momento tão delicado, e sentido humano de acolhimento entre árvores, cores e flores. Estes fatos levam à humanização da cidade de cimento armado.

FICOU PROVADO QUE muito mais do que um negócio, pretendíamos implantar um princípio. Em nossos anúncios tratamos o público com toda a delicadeza evitando a brutalidade das expressões e das ilustrações chocantes. Temos sido imitados, o que nos dá a satisfação de sentir a importância do empreendimento, permitindo ao público a opção de escolha.

FICOU PROVADO QUE obra de tal envergadura só poderia ser entregue a firmas que merecem total confiança, como o são SPVO e BRATKE E TOMANIK, em virtude das milhares de obras já realizadas e em execução em São Paulo. A publicação do cronograma de obras, permitindo a fiscalização pelo comprador, demonstra que tudo correrá dentro dos prazos estipulados no Alvará definitivo concedido pela Prefeitura Municipal.

FICOU PROVADO QUE os preços mensais dos jazigos (NCr\$ 100,00 para o Familiar e NCr\$ 50,00 para o simples) são acessíveis para um bairro tão qualificado como o Morumby. Mesmo os que possuem mausoléus em cemitérios tradicionais resolveram adquirir área no Cemitério do Morumby. São chefes de família que pensam em tudo, até na possibilidade de desapropriação futura dos cemitérios centrais.

FICOU PROVADO QUE a união de todas as religiões (e mesmo os sem religião) numa só entidade, a COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII, permitiu o espírito universalista de igualdade absoluta entre os fiéis.

FICOU PROVADO QUE o Cemitério do Morumby foi a semente para a criação de outros semelhantes em todo o país. Eis alguns que estamos realizando:

197

Figura 34. Comunicado do Cemitério do Morumby, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/05/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Para terminar a análise da campanha do cemitério do Morumbi, mostramos um comunicado que foi divulgado no jornal. Nele confirmava-se que a originalidade do cemitério e da própria campanha haviam garantido o sucesso do empreendimento. Sem imagens, o texto trazia uma lista de fatores que haviam sido provados após um ano de lançamento do cemitério.

¹⁹⁷ 04/05/1969. *O Estado de São Paulo*, p.14.


A Mitra Arquidiocesana de São Paulo, dentro do verdadeiro espírito ecumênico, criou para tôdas as religiões o Cemitério Gethsêmani.

O resultado das vendas dos jazigos do Gethsêmani — único cemitério de propriedade eclesiástica — será aplicado nas obras assistenciais da arquidiocese.

O "GETHSEMÂNI" será um cemitério diferente, situado junto ao Jardim Leonor.
 Terá a beleza da simplicidade, porque não haverá a ostentação dos túmulos suntuosos. Nos jazigos, apenas flores. E bosques, com bancos, para o descanso dos visitantes. Uma capela, linda e moderna, para as orações.
 Criado e projetado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo, o "GETHSEMÂNI" estará aberto a todos, sem distinção de credo ou raça — nasceu dentro do mais puro espírito ecumênico.
 Haverá locais especiais para velórios, com pisos à prova de umidade, lanchonetes, dependências sanitárias etc.
 As flores, você poderá adquirir dentro do próprio cemitério — haverá muitas lojas, para atendê-lo.

E você entrará com seu carro no cemitério, porque haverá estacionamentos internos, para os visitantes e acompanhantes dos funerais.
 Enfim, a Mitra Arquidiocesana pensou em tudo quando projetou o "GETHSEMÂNI", inclusive no preço dos jazigos: custam pouco e o pagamento é bastante facilitado. Faça hoje mesmo a sua reserva.

Vendas: Paulo Mello Gonçalves
 Procurador da MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO
 Programa Imobiliário Limitada
 Rua Santo Antônio, 446 - 5ª and. - Fones: 34-5251 - 282-4346
 36-2348-52-3010-80-9405 e 81-8128 - 32-2173 (Cúria)-São Paulo

Sindicatizado - CRECI 149.



198

Figura 36. Propaganda do cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

O resultado das vendas dos jazigos do Gethsêmani — único cemitério de propriedade eclesiástica — será aplicado nas obras assistenciais da arquidiocese.

O "GETHSEMÂNI" será um cemitério diferente, situado junto ao Jardim Leonor.
 Terá a beleza da simplicidade, porque não haverá a ostentação dos túmulos suntuosos. Nos jazigos, apenas flores. E bosques, com bancos, para o descanso dos visitantes. Uma capela, linda e moderna, para as orações.
 Criado e projetado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo, o "GETHSEMÂNI" estará aberto a todos, sem distinção de credo ou raça — nasceu dentro do mais puro espírito ecumênico.
 Haverá locais especiais para velórios, com pisos à prova de umidade, lanchonetes, dependências sanitárias etc.
 As flores, você poderá adquirir dentro do próprio cemitério — haverá muitas lojas, para atendê-lo.

E você entrará com seu carro no cemitério, porque haverá estacionamentos internos, para os visitantes e acompanhantes dos funerais.
 Enfim, a Mitra Arquidiocesana pensou em tudo quando projetou o "GETHSEMÂNI", inclusive no preço dos jazigos: custam pouco e o pagamento é bastante facilitado. Faça hoje mesmo a sua reserva.

Vendas: Paulo Mello Gonçalves
 Procurador da MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO
 Programa Imobiliário Limitada
 Rua Santo Antônio, 446 - 5ª and. - Fones: 34-5251 - 282-4346
 36-2348-52-3010-80-9405 e 81-8128 - 32-2173 (Cúria)-São Paulo

Figura 37. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

O primeiro anúncio que separamos da campanha do cemitério Gethsêmani possuía o seguinte texto em destaque: “A Mitra Arquidiocesana de São Paulo, dentro do verdadeiro espírito ecumênico, criou para todas as religiões o Cemitério Gethsêmani.” Apresentação do produto estava vinculada à religião católica, no entanto, o produto parecia destinado a pessoas de todas as religiões. Dentro dessa perspectiva, esse cemitério não atende àquele grupo de cidadãos sem religião, que era bem recebido no Cemitério do Morumbi, segundo alguns dos anúncios analisados anteriormente.

Havia uma amenização do teor mercadológico com a explicação do que ia ser feito com o dinheiro obtido a partir da venda dos jazigos: O resultado das vendas dos jazigos do Gethsêmani devia ser aplicado nas obras assistenciais da arquidiocese.

O texto em letras menores trazia descrição do local com objetivo de marcar as particularidades, fazer distinção em relação aos outros cemitérios: belo e simples, sem ostentação dos túmulos suntuosos (o que lembra os cemitérios mais tradicionais); bosques com bancos para repouso dos visitantes; capela, linda e moderna, para orações; aberto a todos sem distinção de credo ou raça; locais especiais para velório; lanchonetes, dependências sanitárias, floricultura, estacionamento.

A descrição impedia o cemitério de ser realmente para toda população pois somente uma classe muito favorecida poderia comprar e manter um jazigo com custo tão elevado. No entanto, a propaganda dizia que o custo não era absurdo e que havia a opção de pagamento facilitado, ou seja parcelado.

A descrição revelava também que a grande preocupação do cemitério era com o bem-estar dos vivos. A morte e o luto apareciam camuflados, pois diante de tanta beleza e conforto, não havia espaço para dor, choro ou tristeza. Nem mesmo na capela, havia disponibilidade para a interiorização, para a meditação sobre a perda, pois ao classificá-la como linda e moderna, o anúncio deixava claro que o local havia sido construído para ser admirado.

Quanto aos consumidores potenciais, no início o anúncio era apontado que pessoas de qualquer religião podiam ter um jazigo no cemitério referido. Posteriormente, o cemitério mostrava-se aberto a pessoas de qualquer credo ou raça. A publicidade estendia seu alvo a novos consumidores, que não pertenciam ao tradicional quadro da classe média branca. Assim, restava em segundo plano que o principal fator

que tornava uma pessoa apta a comprar um terreno neste cemitério era o econômico, não sendo relevante sua religião, a cor de sua pele ou qualquer outra condição.

O tratamento informal e o emprego do modo imperativo, comumente presentes em publicidades por terem capacidade de conduzir o pensamento e as ações do público, podiam ser identificados por “você” e “Faça”, respectivamente.

Observando a imagem encontrava-se um parque, com árvores próximas, a média e longa distância. Tratava-se de uma imagem aberta que alimentava a imaginação e dava oportunidade para que cada leitor a construísse com elementos que causassem prazer: uma flor preferida, uma luz aconchegante, uma temperatura agradável...

The image shows a page from the newspaper *O Estado de S. Paulo*, dated 25/08/1968. The page is filled with text columns and several headlines. The most prominent headline is "Barretos vai ter desfile e festas" in the upper right. Below it, there are smaller headlines: "Lorena celebra a festa da padroeira", "Orlando melhora ligação", and "Dissídio devolvido ao TRT". In the lower left, there are two more headlines: "Convenção tentará de terras" and "Dirigente recebe deliberação". A large, bold advertisement in the center of the page reads "Para quem se julga imortal este anúncio não interessa." Below this advertisement is a small logo for CYMA, which includes the text "CYMA - Companhia Brasileira de Cimento Portland" and "CYMA - Cimento Portland".

Figura 38. Página 33 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Para quem se julga imortal este anúncio não interessa.

(Ainda existem 1.200 jazigos à venda no novo Cemitério Gethsemani da Mitra Arquidiocesana de São Paulo)

Situado nas colinas do Morumbi, o "GETHSEMANI" será um cemitério diferente. Terá a beleza da simplicidade, porque não haverá a ostentação dos túmulos suntuosos. Nos jazigos, apenas flores. E bosques, com bancos, para o descanso dos visitantes. Uma capela, linda e moderna, para as orações.

Criado e projetado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo, o "GETHSEMANI" estará aberto a todos, sem distinção de credo ou raça — nasceu dentro do mais puro espírito ecumênico.

Haverá locais especiais para velórios, com pisos à prova de umidade, lanchonetes, dependências sanitárias, etc.

As flores, você poderá adquirir dentro do próprio cemitério — haverá muitas lojas, em vários pontos, para atendê-lo.

E você entrará com seu carro no cemitério, porque haverá estacionamentos internos, para os visitantes e acompanhantes dos funerais.

Enfim, a Mitra Arquidiocesana pensou em tudo quando projetou o "GETHSEMANI", inclusive no preço dos jazigos: custam pouco e o pagamento é bastante facilitado. Compre hoje mesmo.

Venda Fácil de 100 Grupos
Proceder da MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO
 Rua Santa Helena, 144 - São Paulo - SP - Tel. 31.4211 - 31.4246 - 31.4248-32.2010
 Caixa Postal 10.000 - São Paulo - SP

Manão no local

Arquidiocese de São Paulo

199

Figura 39. Propaganda do Cemitério Gethsemani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

(Ainda existem 1.200 jazigos à venda no novo Cemitério Gethsemani da Mitra Arquidiocesana de São Paulo)

Situado nas colinas do Morumbi, o "GETHSEMANI" será um cemitério diferente.

Terá a beleza da simplicidade, porque não haverá a ostentação dos túmulos suntuosos. Nos jazigos, apenas flores. E bosques, com bancos, para o descanso dos visitantes. Uma capela, linda e moderna, para as orações.

Criado e projetado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo, o "GETHSEMANI" estará aberto a todos, sem distinção de credo ou raça — nasceu dentro do mais puro espírito ecumênico.

Haverá locais especiais para velórios, com pisos à pro-

va de umidade, lanchonetes, dependências sanitárias, etc.

As flores, você poderá adquirir dentro do próprio cemitério — haverá muitas lojas, em vários pontos, para atendê-lo.

E você entrará com seu carro no cemitério, porque haverá estacionamentos internos, para os visitantes e acompanhantes dos funerais.

Enfim, a Mitra Arquidiocesana pensou em tudo quando projetou o "GETHSEMANI", inclusive no preço dos jazigos: custam pouco e o pagamento é bastante facilitado. Compre hoje mesmo.

Figura 40. Detalhe da parte verbal da propaganda do Cemitério Gethsemani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 25/08/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Neste anúncio, a imagem foi substituída por um texto em destaque devido ao fundo escuro. As palavras do mesmo indicavam com quem se desejava interagir e

¹⁹⁹ 25/08/1968. *O Estado de S. Paulo*, p.33.

apresentavam ironia: “Para quem se julga imortal este anúncio não interessa.” Dessa maneira, fazia com que todos os leitores que pousassem os olhos sob o texto. Em seguida, havia um segredo ou sussurro entre parênteses: “Ainda existem 1200 jazigos à venda no novo Cemitério Gethsêmani da Mitra Arquidiocesana de São Paulo”. Este trecho entusiasmava o leitor. A palavra “ainda” induzia a pensar de que ele não havia perdido a oportunidade de pertencer ao grupo daqueles que tinham feito boa escolha e comprado o produto.

A imaginação do leitor era alimentada pelo primeiro parágrafo do texto escrito em letras menores: “Situado nas colinas do Morumbi, o “GETHSÊMANI” será um cemitério diferente”. A palavra “colinas” conduzia o leitor a um ambiente de encantamento e nobreza.

Relações públicas, profissão regulada

Duas pragas agem no Sul

Armazém em Campinas VENDE-SE

Óculos

JARDIM DAS OLIVEIRAS Gethsêmani
um lugar calmo e cheio de paz...

Você não acha que um cemitério deveria ser assim?

CIMENTO

Figura 41. Página 6 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

JARDIM DAS OLIVEIRAS
Gethsêmani
um lugar calmo e cheio de paz...

Você não acha
que um cemitério deveria
ser assim?

O Cemitério Gethsêmani localiza-se no Morumbi, obedecendo ao mais moderno conceito urbanístico. É o único criado dentro do verdadeiro espírito ecumênico, sem distinção de raça, credo religioso ou condição social.

O Gethsêmani terá a beleza das coisas simples. Bosques. Campos. Jardins. Uma capela linda e moderna. Nos jazigos, flores - apenas flores. Peça a presença de um representante para conhecer mais detalhes.



Vizite o local
Há uma rubrica no livro do Morumbi.

Representantes de Venda:
-) Conjunto Nacional - Edifício Rietz, 1 - 10º andar - Conjunto 1004 B) Rua Norte de Independência, 141 - 3º andar - Tel: 25-1885
-) Rua Horácio de Almeida, 157 - sala 606 - Telefones: 963398

Vendas: Rua Malto Gonçalves
Procurador da MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO
Programa Imobiliário Ltda.
Rua São Antonio, 46 - 5º andar - Telefone: 34-8151 - 23-275 (Rádio) - São Paulo

4) Rua Iguaçu, 2064 - Telefones: 393-6946

200

Figura 42. Propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

JARDIM DAS OLIVEIRAS
Gethsêmani
um lugar calmo e cheio de paz...

Você não acha
que um cemitério deveria
ser assim?

O Cemitério Gethsêmani localiza-se no Morumbi, obedecendo ao mais moderno conceito urbanístico. É o único criado dentro do verdadeiro espírito ecumênico, sem distinção de raça, credo religioso ou condição social.

O Gethsêmani terá a beleza das coisas simples. Bosques. Campos. Jardins. Uma capela linda e moderna. Nos jazigos, flores - apenas flores. Peça a presença de um representante para conhecer mais detalhes.




Figura 43. Detalhe da parte verbal da propaganda do cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1968. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

²⁰⁰ 29/09/1968. *O Estado de S. Paulo*, p.6.

Neste anúncio a descrição longa foi substituída por uma definição: um lugar calmo e cheio de paz. Havia uma pergunta para se aproximar do leitor: “Você não acha que um cemitério deveria ser assim?” Colocava-se a sugestão de que a morte não podia ser mais encarada como fato atormentador. A morte devia ser vista com naturalidade o que estava sendo trabalhado aliando-se o fim do corpo morto com a ideia de parque, de Natureza. Outra característica exaltada era a modernidade já que o cemitério obedecia “ao mais moderno conceito urbanístico”.

Nesse anúncio, o cemitério parecia estar aberto a todos: sem distinção de raça, credo religioso ou condição social. Colocando-se receptivo a pessoas de qualquer condição social, esse cemitério parque dialogava com o leitor da mesma forma que o Cemitério do Morumby.

SEMANA SANTA, 1969

Dos Leitores
Criticas à Sorocabuna

... (text continues) ...

Pólo é do Casa Verde

... (text continues) ...

CASAMENTO

... (text continues) ...

TRAJEROS-OFICIAIS PARA O BRASIL

... (text continues) ...

Brasília abre automobilismo

... (text continues) ...

V. já encarou esse problema de frente?

Vamos ser o dono. Temos uma capacidade de 100. Mas não pode estar a disposição de 100. De uma maneira ou outra. O proprietário tem que ter uma capacidade de 100. O proprietário tem que ter uma capacidade de 100. O proprietário tem que ter uma capacidade de 100.

EMPRESÁRIOS
25% do Imposto de Renda
SUDEPE
Brasil Atlantic S.A.

... (text continues) ...

COMERCIO DE MERCADORIAS
GETHSEMANI

... (text continues) ...

Figura 44. Página 37 do jornal O Estado de S. Paulo, 20/04/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>


V. já encarou êsse problema de frente?

Vamos ser objetivos. Todos têm que morrer um dia.
Mas você pode evitar o problema da falta de sepulturas.
Os aborrecimentos de última hora. Os preços caríssimos dos cemitérios tradicionais.

Adquira um jazigo perpétuo para a sua família, no Cemitério Gethsêmani, que a Cúria Metropolitana está construindo no Morumbi.

O Cemitério Gethsêmani não faz distinção de raça, crença, ou condição social.

Os jazigos serão todos simples, em meio a bosques, jardins, brancos para os visitantes, uma linda capela e locais especiais para velórios. Os preços do Cemitério Gethsêmani são bastante redu-



Encare. O Cemitério Gethsêmani lhe oferece a tranquilidade de ter um jazigo perpétuo para si e os seus.

zidos, com pagamento facilitado em 20 meses.
E o ritmo das obras está bastante acelerado.
As 2 primeiras zonas de sepultamento serão entregues até o fim do ano, bem antes do prazo previsto. Lembre-se ainda que, no bairro do Morumbi, só o Gethsêmani tem asfalto e condução até a porta — linha regular de ônibus n.º 839, da CMT, com saída do Anhangabaú.
Está localizado atrás do Colégio Santo Américo, pertinho do estádio do São Paulo F. C.
Vá conhecer o Gethsêmani. Chame um dos nossos representantes. E garanta tranquilidade para você e sua família.

CEMITÉRIO NO BAIRRO DO MORUMBI É O
GETHSÊMANI
o único de propriedade da Cúria.
Informações: 34-5251
35-1585
282-3361

201

Figura 45. Propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 20/04/1969. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Aqui, o destaque não era para uma imagem e sim para a pergunta: “V. já encarou esse problema de frente?” Havia dessa forma a presença da informalidade e da oralidade na tentativa de seduzir o cliente. O texto se assemelhava a uma conversa franca sobre a morte: “Vamos ser objetivos. Todos tem que morrer um dia.” Embora o cemitério não pudesse fazer com que o leitor não passasse pela morte, era uma solução para a falta de sepulturas, aborrecimentos de última hora, preços caríssimos dos cemitérios tradicionais.

²⁰¹ 20/04/1969. *O Estado de S. Paulo*, p.37.

A oferta do produto trazia mais uma vez a ideia de tranquilidade, só que agora atrelada a ideia dos jazigos serem perpétuos.

O texto fundamentava-se em notícias que os leitores podiam encontrar nos grandes jornais: as que revelavam falta de sepulturas (cemitérios lotados) e as que mencionavam a realização de exumações obrigatórias nos cemitérios de quadra geral. Perpetuidade era segurança: lá ninguém mexia.

Demonstrava-se afastamento da ideia de cemitério para elite ao excluir da descrição a existência de estacionamento e ao incorporar ao texto a informação de que só nesse cemitério havia asfalto até a porta e acesso através de transporte público “linha regular de ônibus nº 639, da CMTC, com saída do Anhangabaú.”

Pena de morte vai ao STM em junho

Vítimas da explosão têm ajuda

A Unitas XII está planejada

INCRA não limitará arquitetos

Sto Paulo também pode aplicar a pena máxima

MAIOUS

PALETTA LUGO

NÃO FAÇAS UM CURSO PARA TODOS XI DE AGOSTO VESTIBULARES

Procure sempre as melhores companhias.

MARANO S.A.

Como está distante esta fotografia!

202

Figura 46. Página 19 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 20/05/1971. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

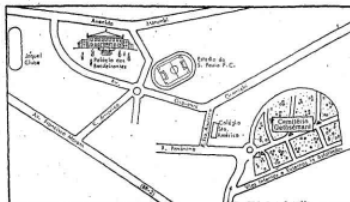
Examine novamente a fotografia. V. vai ver D. Agnelo Rossi e o saudoso Prefeito Faria Lima, colocando a pedra fundamental do Cemitério Gethsêmani (Jardim das Oliveiras). Não faz muito tempo que isto aconteceu, mas quase tudo se modificou naquela cena. Hoje, o Cemitério Gethsêmani está pronto e em pleno funcionamento. Os jardins e as lápides simples, ao estilo dos cemitérios americanos, as alamedas ornamentais servindo a cada jazigo, estão aí, para que V. possa ver pessoalmente. Ao ensejo da comunicação ao público do funcionamento integral do Cemitério Gethsêmani no bairro do Morumbi, prestamos a nossa homenagem ao saudoso Prefeito Faria Lima e a D. Agnelo Rossi idealizador do empreendimento.

esta fotografia!

A Cúria Metropolitana, órgão de administração da Arquidiocese de São Paulo, visando apenas o bem estar da população, e sem nenhum objetivo de lucro, oferece:

a) - jazigos perpétuos simples (capacidade para 5 gavetas) por Cr\$ 2.000,00 com Cr\$ 200,00 de entrada e o saldo em 20 prestações de Cr\$ 90,00, **sem juros**.

b) - jazigos perpétuos duplos (capacidade para 10 gavetas) por Cr\$ 4.000,00 com Cr\$ 400,00 de entrada e o saldo em 20 prestações de Cr\$ 180,00, **sem juros**.



A localização do Cemitério Gethsêmani não podia ser mais privilegiada: Morumbi, a 4 quadras do Estádio, vizinho do Colégio Santo Américo. Todas as suas vias de acesso e vias internas são asfaltadas, o local é servido por linha de ônibus (639) saindo do Anhangabaú.

Faça sua reserva ou solicite um representante pelos telefones: 282-3351, 62-9477, 275-9866 ou dirija-se pessoalmente a Al. Santos, 2223 11º andar - cj. 111, Praça Clóvis Bevilacqua, 37, ou às agências do Bradesco, ou ainda no local: Gethsêmani (Jardim das Oliveiras) único cemitério da Cúria.

Empreendimento à cargo de Programa Imobiliário
Titular: Paulo Helle Gonçalves

Figura 47. Detalhe da parte verbal da propaganda do cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 20/05/1971. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Nessa oportunidade, a campanha recuperou a comemoração do episódio que deu origem ao cemitério. A fotografia colocada em destaque era explicada pelo texto que a acompanhava: “V. vai ver D. Agnelo Rossi e o saudoso Prefeito Faria Lima, colocando a pedra fundamental do Cemitério Gethsêmani (Jardim das Oliveiras). Não faz muito tempo que isto aconteceu, mas quase tudo se modificou naquela cena. Hoje, o Cemitério Gethsêmani está pronto e em pleno funcionamento.” O anúncio desejava homenagear os dois idealizadores do cemitério e isso mostrava que havia um apadrinhamento poderoso, que o local não fosse visto como um cemitério qualquer.

A presença da oralidade era percebida não só no texto registrado em letras pequenas, como na frase em negrito (“Como está distante essa fotografia!”). Todos os elementos faziam do anúncio uma conversa com o público leitor. Havia também a intenção de mostrar eficiência revelando que a obra foi finalizada em pouco tempo.

Sudepe aprende a destruir piranhas

“Disco” acompanha usúrio

Mostra inédita sobre Caxias

Nina Ribeiro é interpelado

Instalada direção do Fumicural

Sustentam negócios créditos

DOCUMENTOS PERDIDOS

Comunicado de Cursos

ESTRANHOS VOLKS-TOP SAEM DA OFICINA LABORATORIO DA VOLKAR.

VOLKAR S.A.

TELEFONES TROCADOS

Por favor, não vamos pensar nisso agora

COMITÊ DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Figura 48. Página 14 do jornal *O Estado de S. Paulo*, 10/08/1971. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>



FORMA 1071A

Por favor, não vamos pensar nisso agora

Os chefes de família previdentes pensam em tudo, inclusive na manutenção dos seus na sua falta. Seguro de vida. Casa própria. Nada de dívidas. Por que então não pensam no primeiro problema que a morte trará à sua família? Os cemitérios tradicionais de S. Paulo estão lotados. Quando se encontra uma vaga a dificuldade é exorbitante.

Mas a família vai ter que pagar. E pensar que um pouco de realismo ao encarar o assunto poderia livrar sua família do primeiro e grande problema advindo da sua falta. Mas desculpe, nós quase iam esquecendo: não é hora de pensar nisso agora.



cemitério Gethsêmani
 Informações e Vendas:
PROGRAMA IMOBILIÁRIO LTDA.
DIREÇÃO DE PAULO GONÇALVES
 Al. Santos, 2223 - 11.º and. - conj. 111
 Telefones: 282 3381 / 80- 3914

Excepcional localização: bairro do Morumbi a 4 quadras do Estádio do São Paulo • Cemitério ao estilo americano, com simples lápides em meio a bosques e jardins. • O Gethsêmani está em pleno funcionamento e é o único de propriedade da Cúria Metropolitana de São Paulo • Os preços são extremamente convenientes: terrenos para jazigos simples (capacidade para 5 gavetas) - Cr\$ 2.200,00 com Cr\$ 80,00 no ato, Cr\$ 120,00 no contrato e 20 prestações de Cr\$ 100,00, sem juros / terrenos para jazigos duplos (capacidade para 10 gavetas) - Cr\$ 4.400,00 com Cr\$ 160,00 no ato, Cr\$ 240,00 no contrato e 20 prestações de Cr\$ 200,00, sem juros.

203

Figura 49. Propaganda do Cemitério Gethsêmani, jornal *O Estado de S. Paulo*, 10/08/1971. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/>

Neste último anúncio do Cemitério Gethsêmani que separamos para analisar no presente trabalho, verificamos que a morte voltava a ser colocada como algo desagradável através da frase em destaque “Por favor, não vamos pensar nisso agora”. O pedido tinha a evocação à morte como pesar e isso era reforçado pela imagem: uma lápide rodeada de flores. Nesse anúncio a morte estava presente diretamente.

O texto em letras menores falava novamente com os chefes de família que não deviam se esquecer dos problemas dos cemitérios no município: lotação e preços altos. Logo, a decisão mais acertada era comprar o produto ofertado.

Havia uma crítica a esses chefes de família, eles deviam ser um pouco mais realistas e ter atitude que livrasse a família da dificuldade de dar um fim aos corpos.

Com a observação dessas publicidades percebeu-se que o cemitério parque foi uma novidade que surgiu especialmente para o segmento médio de nossa sociedade. Sua veiculação ocorreu em jornais que eram lidos pela comumente chamada classe média. Todos os serviços presentes nesse tipo de cemitério garantiam conforto e diferenciação

²⁰³ 10/08/1971. *O Estado de S. Paulo*, p.14.

social. Os conteúdos tratados pelos anúncios traziam à tona justamente as questões que angustiavam os cidadãos desse grupo: respeito às diferentes crenças, aos diferentes modos de ser, desejo de um mundo melhor ou de um lugar melhor, sonho de liberdade. Dado a situação política e social estabelecida, esses cidadãos pensavam em comprar aquilo que lhes trazia tranquilidade e beleza.

O cemitério parque era uma opção para o problema noticiado pelos jornais, oferecia um produto novo que livrava as necrópoles tradicionais da saturação. Além disso, oferecia local de lazer aos vivos.

Diferentemente, do crematório que normalmente aparecia na imprensa como fim para lixo urbano, para lixo hospitalar, para indigentes e apenas próximo à inauguração, despontava nas notícias como adequado ao público mais elitizado, como lugar para passeios, para contato com a Natureza.

Desse modo, a estratégia de apresentação dos dois produtos (cemitério-parque e fornos crematórios) prejudicou a aceitação da prática da cremação e percepção do crematório como um local inserido no cotidiano da cidade.

Capítulo 3. Os mortos como vítimas

Como vimos, entre 1967 e 1974, a Prefeitura fez esforços para reformar e abrir novos cemitérios. As ações ocorreram motivadas pela alegação da ausência de espaço para sepultamentos e pela necessidade de modernizar e humanizar as necrópoles. Parecia que o setor fúnebre estava recebendo atenção e cuidados, no entanto, os jornais cobriram muitos exemplos de descaso e falta de segurança nos cemitérios, o que pôde ser verificado inclusive em cartas de leitores. Esses textos deixaram no ar a dúvida de quanto realmente a Municipalidade conhecia da situação das necrópoles e quanto estava comprometida em resolver os problemas das mesmas oferecendo beleza, segurança e conforto aos familiares e visitantes.

Neste capítulo há dois tópicos: o primeiro, “Abandono e crimes”, com episódios de assaltos, jogo do bicho e invasões em cemitérios. Trabalhamos ainda com notícias sobre túmulos mal cuidados, sepulturas em risco e necessidade de exumar ossadas ou cancelar concessões devido ao estado de abandono dos jazigos. Questionamos se a demanda por novas necrópoles não seria bem menor se as exigências em relação a exumações e as normas para manutenção das concessões fossem respeitadas. Sendo assim, analisamos se havia necessidade de inaugurar um crematório na cidade neste período.

Posteriormente, consideramos uma série de notícias e reportagens que trouxeram ao público o estado lastimável do Amparo Maternal. Os textos mostraram que vários corpos de fetos e nascituros foram tratados como lixo em um jogo de omissões de responsabilidade por parte de mães, médicos e enfermeiros, Igreja e Prefeitura. Esse caso se relacionou com a pesquisa pelo fato de a cremação ter sido indicada como o melhor fim para os cadáveres dos fetos e dos nascituros, o que mais uma vez salientou a imagem da cremação associada ao destino de corpos desvalorizados socialmente.

3.1. Abandono e crimes nos cemitérios de São Paulo

Em outubro de 1968²⁰⁴, o leitor Álvaro de Brito Alambert escreveu uma carta para reiterar queixas publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* sobre o estado de abandono dos cemitérios paulistanos. Exigia que as autoridades municipais, funcionários e a polícia tomassem conhecimento da situação dos cemitérios e que inspecionassem os locais para evitar, sobretudo a “entrada de desocupados”. Informava que: “As senhoras que vão enfeitar os túmulos não tem a mínima segurança, pois os marginais entram e saem dos cemitérios sem que haja policiamento. Esses indivíduos escondem-se entre os túmulos e aproveitam a ocasião para assaltar as pessoas.” Sua reclamação indicava que a população (representada pelo sexo feminino) matinha o costume de visitar os cemitérios, mas que a falta de segurança, que o leitor relacionava ao abandono das necrópoles, ameaçava a perpetuação desse comportamento. O leitor estipulou um abismo social: ele e as senhoras pertenciam a um segmento social que reconhecia o cemitério como um local sagrado e cultivava o respeito aos mortos, os assaltantes configuravam outro grupo, o grupo dos “desocupados”, dos “marginais” que entravam e saíam dos cemitérios como se estivessem em qualquer canto da cidade e assim acabavam ofendendo aos mortos e causando danos aos vivos. Sem se aprofundar em uma discussão dos motivos ou fatores que teriam levado a essa situação, o leitor pedia à polícia, à administração e aos funcionários do cemitério que tomassem as providências necessárias para a segurança e a tranquilidade dos mortos e vivos do seu, digamos, grupo social.

Essa carta abordou a visitação a mortos merecedores de respeito, no entanto, ao tratar dos invasores e criminosos apresentou um grupo de cidadãos desvalorizados socialmente. Esses configuravam futuros mortos, cujos corpos deviam permanecer menosprezados. Dessa forma, a carta tratou de corpos queridos, lembrados, e de corpos que deviam ser apagados, que não deviam ser homenageados, e assim tocou em um dos pontos mais claros no estudo da cremação: ser uma opção sempre relacionada a corpos desagradáveis, corpos de indigentes, e que por isso consideramos corpos indesejáveis.

²⁰⁴ 10/10/1968, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.18. Cemitérios estão abandonados.

O leitor falou de cidadãos invisíveis, não queria saber o que faziam, como chegaram àquela situação, deveriam sair dos cemitérios e ponto final. Suas vidas, seus corpos não importavam.

A consideração social aos corpos vivos indesejáveis não se modificava com a morte, eles permaneciam indesejáveis. A classe média não era responsável por eles e não queria se misturar com eles nem em vida, nem em morte.²⁰⁵

Além do abandono atribuído à falta de segurança e permanência de cidadãos desrespeitosos nos cemitérios, outro tipo de abandono, o desleixo com a estrutura física dos cemitérios já havia sido noticiado neste mesmo ano de 1968.²⁰⁶

Em outubro de 1968²⁰⁷, o jornal *O Estado de S. Paulo*, apontou a ociosidade do columbário do cemitério acima citado. Comentava que fora construído em 1965, na gestão Prestes Maia, com capacidade para 800 gavetas e que defeitos do projeto deixaram-no inutilizável - ventilação inadequada e gavetas construídas em nível - que não permitiam o escoamento normal da matéria decomposta. A construção procurou aproveitar a área de alguns túmulos vagos por abandono, para a construção do edifício, a exemplo dos que existia em Porto Alegre e em Buenos Aires.²⁰⁸

Houve notícias que mostraram a ação de representantes políticos e da polícia para resolver irregularidades e crimes nos cemitérios. Por exemplo, em maio de 1968, algumas linhas destacaram a figura do prefeito²⁰⁹ insatisfeito com Cemitério do Araçá. Com o intuito de ver todos os velórios funcionando, o texto indicou que o prefeito Faria Lima havia dirigido reclamação ao superintendente do serviço.

²⁰⁵ A cremação, quando foi indicada como destino de corpos de indigentes, ressaltara que sua implantação em São Paulo era uma medida para incinerar problemas. No entanto, corpos-problema em uma ditadura incluíam não apenas aqueles de pessoas pobres, sem moradia, sem identificação

²⁰⁶ Separamos outra carta que aborda a presença de cidadãos sem-teto e assaltantes com viés semelhante. “O cemitério do Araçá está virando um verdadeiro albergue noturno, onde à noite se ‘hospeda’ toda a sorte de vagabundos e marginais, sem a menor cerimônia. Entram pela Rua Itatinga, nos fundos do cemitério, pelo muro caído ou a convite do portão que está sempre aberto... Esses ‘hospedes’ já têm até túmulos preferidos para passar a noite, túmulos que são disputados entre eles ‘por causa do conforto’ que oferecem. No entanto, os moradores da Rua Itatinga, já aborrecidos com a desordem provocada pela disputa que se repete toda noite, estão muito preocupados com essa situação, principalmente quando tem de voltar para casa um pouco mais tarde, correndo o risco de ser assaltados por um desses ‘hospedes’”. Será que o novo prefeito de São Paulo não poderia providenciar o conserto do muro e mandar colocar um cadeado no portão?” 07/05/1969, *O Estado de S. Paulo*, p.16. Dos leitores. Abandonado o cemitério do Araçá.

²⁰⁷ 10/10/1968, *O Estado de S. Paulo*, p.17. Columbário do Araçá é falho e está parado.

²⁰⁸ Notamos novamente que várias “soluções” para questões funerárias tiveram como modelo estrangeiro: o cemitério-jardim, a cremação e esses columbários são exemplos disso.

²⁰⁹ 17/05/1968, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Velório do Araçá.

Já em julho de 1968²¹⁰, o público teve acesso a texto que exaltou a polícia. Foi abordado pelos jornais um episódio não encontrado mais nenhuma vez nas fontes dessa pesquisa: a realização de jogo do bicho no cemitério. A notícia informava que agentes da 6ª Delegacia haviam prendido o bicheiro Orlando Puccinelli (47 anos, casado, morador da Rua Pedralha, 417, Vila Gumercindo) que recolhia apostas do “jogo do bicho” dentro do Cemitério de Vila Mariana.

O tópico mais frequente, no entanto, foi o que já mencionamos: o desleixo com as estruturas físicas dos cemitérios. Sobre ele, os jornais de 1967-1974, trouxeram notícias, reportagens e cartas com o posicionamento da população. Em dezembro de 1969, houve relato de leitor. Eduardo Campos Werneck denunciou o estado de abandono no Cemitério São Paulo. A redação da carta apontava que as ruas internas dessa necrópole estavam muito sujas “oferecendo aspecto desagradável e contristador, em consequência da considerável quantidade de terra e detritos diversos.” Ainda salientava que a ação de jardineiros e construtores devia ser fiscalizada por que alguns atiravam em campos entulho “com ostensiva manifestação de desrespeito e vandalismo.”²¹¹

Em alguns casos, a imprensa acompanhou a atendimento de reclamações de leitores. Em 12/03/1969, por exemplo, o senhor Italo Garbine apontou ao prefeito a necessidade de se tomar providências em relação ao abandono do Cemitério do Jardim Tremembé, cujas obras de muramento estavam paralisadas. Segundo o jornal: “A necrópole, como se encontra, escreve o leitor, entristece quem a vê”.²¹²

Posteriormente, em 19/03, o jornal informou que obteve resultado a reclamação dos Srs. Ari Francisco Gonçalves e Italo Garbine sobre o Cemitério Tremembé, pois a Secretaria de Serviços Municipais informou que seu titular, Sr. Gesmer Cunha, havia programado obras para aquela necrópole incluindo a construção do muro, pavimentação das vias internas, resolução de problemas da rede de água e drenagem.²¹³

Concomitantemente aos casos de abandono, a imprensa levantou dúvidas sobre a competência das administrações, ao mostrar que não tinham total controle sobre os

²¹⁰ 12/07/1968, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.10. Fazia “jogo do bicho” no cemitério.

²¹¹ 28/12/1969, *O Estado de S. Paulo*, p.20. Descaso em cemitério.

²¹² 12/03/1969, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.9. Cemitério abandonado.

²¹³ ; 19/03/1969, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Cemitério será reformado.

cemitérios ou que contavam com funcionários que burlavam as normas. Isso foi apontado com o caso das construções de túmulos sem a necessária autorização nos Cemitérios de Santana, Lapa, Santo Amaro e Araçá. Embora o diretor do Departamento de Cemitérios tenha cassado a licença de sete construtores e empreiteiros, não se indagou, na época, como esses trabalhadores haviam entrado nos cemitérios e executado as obras sem o conhecimento e liberação dos administradores das respectivas necrópoles.²¹⁴

A cumplicidade deles em ações ilícitas, no entanto, foi considerada quando no mesmo ano de 1971, os leitores souberam da fraude na venda de sepulturas nas necrópoles da capital e da punição da quadrilha que a executava. Os jornais exibiram textos condicionando a descoberta dos criminosos a denúncias de compradores que não conseguiam regularizar a compra das sepulturas. Esclareciam que a venda ilegal e a preços elevados levaram ao afastamento 15 dos 19 administradores de cemitérios existentes “sendo mantidos apenas os do Araçá, Consolação, Saudade e Itaquera. Nos demais, foram comprovadas numerosas irregularidades”.²¹⁵

Outros casos que enchiam as páginas eram enganos e confusões tanto na liberação de atestados de óbito quanto no enterro de pessoas identificadas como indigentes. Em agosto de 1971, por exemplo, muitas notícias trataram do enterro de um químico-farmacêutico como indigente. A família de Wilson Hilsdorf, que estava desaparecido havia dias e que acabou sendo enterrado como indigente em 11 de agosto, não acreditava na versão de morte natural nem que ele tivesse falecido em decorrência de pneumonia, como constava no atestado de óbito nº36.486, do Serviço de Verificação de Óbitos da capital, da Faculdade Paulista de Medicina.²¹⁶

Os parentes não se conformavam com o fato de Wilsom Hilsdorf ter sido encontrado com todos os seus documentos e, mesmo assim, ter recebido sepultamento

²¹⁴ 12/01/1971, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno p.10. Empreiteiros. O texto citava nomes. Segundo o jornal, foram cassados Exéquias Molero (cemitério de Santana); Antonio Augusto Jarra (Cemitério da Lapa), Miguel Francisco Lemos (Cemitério da Lapa), Joaquim dos Santos (cemitério de Santo Amaro), Manoel Pereira dos Santos (cemitérios do Araçá); Ângelo Savini (Cemitério do Araçá) e Pedro Antonio da Silva (Cemitério da Lapa).

²¹⁵ 09/03/1971, *O Estado de S. Paulo*, p.21. Acaba expurgo nos cemitérios.

²¹⁶ 12/08/1971, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.16. Químico enterrado como indigente em SP.

de indigente. Também estranhavam o fato de Wilson ter permanecido dez dias na Faculdade Paulista de Medicina, sem que ninguém se comunicasse com seus familiares.

O químico farmacêutico-chefe do Laboratório Labofarma havia assumido sua função há sete anos e era descendente de tradicional família de Rio Claro. Segundo o jornal, a família juntamente com o deputado José Feliciano Castelano, amigo da mesma, iam contratar um criminalista para pedir, na Justiça, a exumação e o exame necrológico do cadáver.

A divulgação do sumiço de pessoas, de enganos sobre a identidade dos mortos, e de enterros pessoas que não eram indigentes em vala comum deixavam os leitores sem esclarecimentos. Da mesma forma ficavam diante de notícias que informavam, mas, não explicavam a atitude da Municipalidade nos cemitérios paulistanos. Por exemplo, em janeiro de 1973, a capa de *Folha de S. Paulo*²¹⁷ trouxe uma chamada que mereceu um texto bem mais desenvolvido na página 5, do Primeiro Caderno. Tratava-se da derrubada de cerca de 200 árvores no Cemitério de Vila Mariana. O motivo de tal ação não ficou claro: inicialmente, a Prefeitura alegou que estavam condenadas pela idade e que ao cair iam prejudicar os túmulos e as casas da proximidade; depois, no mesmo texto, houve indicação que o Departamento de Parques e Jardins estava retirando-as por serem eucaliptos altos cujos galhos e raízes estragavam os túmulos.

Os moradores haviam pedido ao prefeito Figueiredo Ferraz a interrupção da operação por acreditarem que mesmo que fossem plantadas outras árvores em substituição aos eucaliptos, os bem-te-vis e tico-ticos, presentes em grande número no cemitério, podiam se afastar.

A vizinhança do cemitério dizia que há dez anos ninguém havia presenciado uma árvore cair e que eram as infiltrações que danificavam as sepulturas. Houve morador que foi verificar os troncos podados e declarou ao jornal que “nenhum deles estava podre”. Segundo o texto: “com a derrubada das árvores, o cemitério virou um depósito de madeiras com milhares de troncos empilhados entre os túmulos”. Ao final, o texto explicitava que a antiga área verde estava desaparecendo para dar lugar a novas lápides e túmulos. Enfim, os jornais traziam muitas explicações para o mesmo fato e elas não

²¹⁷ 29/01/73, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.1. No cemitério uma ameaça aos bem-te-vis.

coincidiam deixando os leitores inseguros sobre a ação da Municipalidade nos cemitérios.

A imprensa informava a situação lastimável das necrópoles e também apontava planos das autoridades para melhorar as condições das mesmas. Porém, parecia que os resultados esperados não eram alcançados e o estado das necrópoles permanecia a desejar.

Em 1973, a Prefeitura parecia determinada a ter conhecimento dos túmulos abandonados nas necrópoles da capital. Para isso, devia contratar universitários que identificariam casos de abandono em regime de empreitada. A intenção era recolocá-los em uso. A escolha dos estudantes foi explicada pelo secretário Alberto Pereira Rodrigues devido à ausência de recursos internos para realizar a análise dos túmulos. Pretendia-se fazer o levantamento nos cemitérios mais antigos, como São Paulo, Araçá, Brás, Vila Mariana, Santo Amaro, Vila Formosa e Santana, com equipes de 8 a 10 estudantes por local.²¹⁸

Também em abril de 1973, o prefeito Figueiredo Ferraz inspecionou os Cemitérios do Araçá e São Paulo, diante do mau estado de conservação anunciou que pretendia instituir uma taxa de conservação, a ser cobrada dos proprietários de túmulos localizados nos cemitérios municipais. No Cemitério do Araçá, o prefeito desaprovou a sujeira e a desordem encontradas: as ruas internas esburacadas, cestos de lixo amassados e em número insuficiente, a capela em péssimas condições de conservação, os sanitários igualmente em mau estado e o ossário – junto aos muros – coberto de mato e sujeira. Já no Cemitério São Paulo, Ferraz ficou satisfeito com o bom estado de conservação e com a limpeza.²¹⁹

Dentre o período estudado, houve editais de chamamento de concessionários, seus familiares ou responsáveis devido ao mau estado em sepulturas. Esses editais procuravam motivar os cidadãos a realizar as chamadas reformas definitivas nas sepulturas, sendo que em situação de emergência, o administrador do cemitério era responsável pela execução de obras provisórias. Após o tempo determinado em lei, a administração tinha permissão para retirar os restos mortais da sepultura e deixar

²¹⁸ 10/04/1973, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Os túmulos serão mais fiscalizados.

²¹⁹ 12/04/1973, *O Estado de S. Paulo*, p.26. Ferraz anuncia cobrança de taxa nos cemitérios.

disponível o terreno para novos concessionários interessados. Esses chamamentos públicos diziam respeito aos cemitérios sem quadra geral, nos quais as famílias eram responsáveis pela conservação das sepulturas e pedidos de exumações. Nos cemitérios em que ocorriam enterros em quadra geral, o tempo de permanência dos corpos nas conhecidas “covas rasas” era menor e com seu término, a administração retirava os despojos e deixava o espaço livre para novo sepultamento. Os cemitérios de quadra geral tinham grande rotatividade.

De qualquer forma, o abandono de sepulturas e os casos de exumações por fazer alteravam as estatísticas relativas ao número de sepulturas vagas nos cemitérios e, assim, interferiam na conclusão sobre a lotação das necrópoles. Portanto, eram fatores que camuflavam a análise das condições cemiteriais para o atendimento da demanda de sepultamentos na cidade. A liberação dessas vagas podia mostrar a existência de terrenos vagos para sepultamento e não tornar tão urgente a busca de alternativas para o fim dos corpos mortos na cidade.²²⁰

Os textos que tratavam do tema cassação de sepulturas abandonadas evidenciavam que as diferenças sociais do mundo dos vivos eram estendidas ao mundo dos mortos. Sendo que aqueles que alcançavam prestígio ou habitavam locais privilegiados da cidade tinham maior proteção e consideração do governo. Isso se refletia nas necrópoles: as atitudes e o posicionamento das famílias dos mortos sepultados em locais privilegiados eram recebidos com cuidado e respeito pelas autoridades.

Ao cobrir a cassação de túmulos no Cemitério da Consolação, a imprensa confirmou essa consideração maior pelos vivos e mortos reconhecidos socialmente.

²²⁰No período estudado o abandono de sepulturas foi assunto do Ato N°326 de 1932, Lei N°4509 de 1954, Lei N°5185 de 1957 e Lei N°5972 de 1962. De modo geral, podemos dizer que a legislação considerava os concessionários e seus representantes obrigados a fazer os serviços de limpeza e obras de conservação dos túmulos, jazigos, mausoléus e cenotáfios para manter a decência, a segurança e a salubridade do cemitério. As sepulturas em que não eram realizados os serviços de limpeza necessários à decência vinham a ser consideradas em abandono. As sepulturas onde não eram feitas obras de conservação e reparação necessárias à segurança e salubridade do cemitério, passavam a ser consideradas em abandono e ruína. Quanto a medidas de urgência para solucionar o limite de ocupação dos cemitérios, vemos que a cremação foi uma delas. Isso fica mais esclarecido no próximo capítulo dessa dissertação. De qualquer maneira, queremos aqui expressar que os casos de abandono e os de prazos para exumações vencidos não auxiliavam na liberação de sepulturas e indicavam uma lotação cemiterial que poderia ser contornada.

Em março de 1974, foi averiguado o estado de abandono em 212 sepulturas do Cemitério da Consolação. O túmulo do professor Caetano de Campos, “o executor, em 1890, da primeira grande Reforma Educacional do período republicano e que deu seu nome ao Instituto de Educação Caetano de Campos” correspondia a uma dessas sepulturas.

O decreto assinado pelo prefeito Miguel Colassuono determinava que, em 30 dias, a administração do cemitério devia providenciar o sepultamento em vala comum dos restos mortais encontrados nessas sepulturas. Isso porque os concessionários haviam sido convocados por edital durante um ano e não haviam realizado os serviços de conservação dos túmulos.

O jornal informava que as sepulturas desapropriadas deviam ser revendidas, mas somente para sepultamentos imediatos, conforme determinava a legislação. Ali estavam depositados os despojos de comendadores, conselheiros, figuras de destaque social no século XIX ou começo do XX.

Em abril de 1974, a imprensa propagou que a cassação seria expandida a outros cemitérios (existiam 21 na capital), pois um levantamento revelara que milhares de túmulos estavam igualmente abandonados.

Havia a expectativa de publicação de um novo edital solicitando que os proprietários ou concessionários de 370 outros túmulos no Cemitério da Consolação, que se encontravam abandonados ou em mau estado de conservação, cuidassem dos jazigos, sob pena de perderem também sua concessão.

Sergio Barbour, diretor do Departamento de Cemitérios, explicou, na época, que as administrações dos cemitérios iam enterrar os restos mortais nos mesmos locais onde estavam, porém a uma profundidade maior para que o espaço próximo à superfície, fosse vendido.

Para o diretor do Departamento de Cemitérios, o caso criado em torno da cassação dos túmulos do Cemitério da Consolação não se justificava, pois haviam sido publicados cinco editais de convocação nos jornais e decorria um ano desde o primeiro edital. Os proprietários e os concessionários não mostravam preocupação com as reformas necessárias e, por isso, o prefeito havia decidido cassar as concessões.

No entanto, em abril de 1974, os leitores souberam que somente após estudo dos 8 mil túmulos do Cemitério da Consolação com a identificação dos seus mortos ilustres, a Prefeitura de São Paulo devia tratar de desapropriações. Os mortos ilustres, defendidos pela Legislação Municipal, artigo 122, Ato N°326 de 1932, deviam ter seus túmulos zelados pela Prefeitura, porque haviam prestado serviços à Pátria.²²¹

Em maio de 1974, a Prefeitura suspendeu a cassação dos túmulos em abandono no Cemitério da Consolação até a conclusão do levantamento conduzido pela historiadora Zuleika de Almeida Camargo. As autoridades pretendiam evitar maiores problemas com entidades, associações e os familiares dos mortos, muitos deles figuras ilustres da história de São Paulo, que haviam protestado contra a medida.²²²

Final diferente ocorreu em Vila Nova Cachoeirinha, em 1974, onde se efetivou a cassação de sepulturas, independentemente dos motivos que levaram ao abandono dos jazigos. O tratamento diverso estava relacionado ao fato de tratar-se de um cemitério distante do centro da cidade, no qual os mortos não eram ilustres.²²³

Na época, as notícias indicaram que 200 concessionários deviam liquidar seus débitos com a prefeitura para evitar a perda das sepulturas. Os textos ressaltavam que no ano de 1973, a prefeitura havia cassado 237 concessões devido à ausência de pagamento da taxa de conservação durante três exercícios seguidos.²²⁴

O abandono dos cemitérios, os crimes que ocorriam nas necrópoles contra familiares dos falecidos e as irregularidades cometidas por funcionários do SFMSP não foram apenas assuntos tratados pela imprensa, a leitura das Atas da Câmara apontaram que foram motivo de discussões e tema de discursos para muitas autoridades políticas. Em 1961, por exemplo, na 165ª Sessão Ordinária, O Sr. Agenor Mônaco mostrou sua indignação diante das irregularidades nas concorrências públicas que se verificavam no Serviço Funerário, assim como reivindicava o direito dos vereadores fiscalizarem diretamente a aplicação das leis nesse serviço. Atribuía ao governo de Adhemar de

²²¹ 24/04/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.10. Os túmulos e as desapropriações

²²² 07/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.9. Prefeitura não cassará mais túmulos abandonados.

²²³ 08/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. A perda de direitos sobre as sepulturas.

²²⁴ Vila Nova Cachoeirinha, Vila Alpina, Vila Formosa e Perus eram os cemitérios onde havia cobrança da taxa de conservação.

Barros a responsabilização pela decadência da autarquia que se via transformada “numa verdadeira oligarquia familiar, onde todos comia no prato do dinheiro do povo, pago pelo falecimento dos entes queridos da família paulistana”. Ainda em 1961, na 201ª Sessão Ordinária, já citamos no primeiro capítulo da primeira parte dessa dissertação, que tanto o Sr. Ary Silva como o Sr. Rio Branco Paranhos evidenciaram a situação de calamidade dos cemitérios, sendo que o primeiro afirmou que os cemitérios distantes, como o de Vila Formosa, sofriam com agravo do descaso político por se localizarem na periferia. Já na 111ª Sessão Extraordinária, o Sr. Aurelino de Andrade denunciou que muitos cemitérios da capital não possuíam ossários e que a construção dos mesmos podia proporcionar a desocupação de muitas sepulturas.

A partir dessa data, muitas sessões defenderam a desapropriação de terras para ampliação de cemitérios, a adoção de catacumbas e da cremação e a inauguração de cemitérios públicos e privados para o oferecimento de outros destinos aos corpos mortos, porém, a verdadeira situação das necrópoles parece-nos que não foi abordada, pois os números fornecidos e usados nos cálculos de sepulturas livres mostravam-se flutuantes, imprecisos. A imprensa, já nos anos 70, diversas vezes havia divulgado que o problema dos cemitérios estava solucionado devido à inauguração de novas necrópoles (mostrou inclusive avaliações da oferta de sepulturas por funcionários do SFMSP) e, meses depois, informava que a falta de terrenos para sepultamento se agravava. Dessa forma, com esse tópico, colocamos em dúvida se havia a necessidade do crematório para a capital, nos anos 60 e 70.

3.2. Estudo de caso: o Amparo Maternal

Esse tópico fundamentou-se em uma série de notícias e reportagens, dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* de maio e junho de 1974. Esses textos documentaram a descoberta de centenas de cadáveres de “anjinhos” no terreno da instituição conhecida como Amparo Maternal ou Casa da Mãe Solteira. A imprensa, na época, esmiuçou o caso entrevistando moradores, delegado, funcionários, médicos, integrantes da diretoria da instituição e o arcebispo metropolitano de São Paulo, D. Evaristo Arns, presidente honorário do Amparo Maternal. Dentre uma fala e outra, uma notícia e outra, o leitor acompanhou um jogo: não havia um só responsável pelos enterros ilegais, pela situação desastrosa da instituição e pelos fatores que conduziram à ocorrência daquelas mortes; não havia um só e ninguém quis assumir sua parte na triste história.

Todos os envolvidos haviam se explicado, e mesmo após o confronto de posições, os únicos pontos que haviam restado eram: o desprezo por aqueles pequenos corpos e as omissões de diversos agentes e segmentos sociais pela vida e morte dos marginalizados.

O episódio tangenciou a pesquisa quando a cremação foi apontada como solução mais adequada para o fim daqueles corpos indesejáveis. Isso significou que mais uma vez, a prática crematória foi associada ao destino de corpos de indigentes ou de cidadãos pouco valorizados socialmente.

Anteriormente à descoberta dos corpos dos fetos nos fundos do Amparo Maternal, os jornais já haviam mencionado problemas no atendimento das parturientes, denúncias de troca de bebês e descaso com os recém-nascidos na instituição.

Em 1971, por exemplo, os jornais deram destaque às palavras da Sra. Mirtes Gomes que se queixara de ter sido vítima de um equívoco: a criança entregue na ocasião do retorno a sua casa não correspondia ao seu bebê.²²⁵ Falava que havia dado à luz uma menina e que, após a alta médica, recebera um menino como seu filho. A notícia trouxe em seu texto a informação de que aquela não era primeira vez que ocorria irregularidade na Casa da Mãe Solteira. Por exemplo, os jornais haviam exposto, em período próximo à denúncia de dona Mirtes, o caso do sumiço de uma mulher, esposa de um operário, que lá havia se internado.

²²⁵ 03/02/1971, *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, p.5. Mãe dá queixa que sua filha foi trocada.

A figura do diretor da entidade, o professor da USP, Álvaro Guimarães, também havia aparecido nos jornais rebatendo críticas.

Um hospital de fim-de-linha como o nosso presta-se a muitas críticas, mas todas são injustas. Nós recebemos o resíduo, aqueles que ninguém quer receber. Só os filhos de mães solteiras podem criticar o Amparo Maternal sem avaliar os méritos do nosso trabalho.²²⁶

As críticas mencionadas diziam respeito a declarações sobre retenção de mulheres e crianças no Amparo Maternal; sobre mortes decorrentes da falta de tratamento; sobre defesa de mulheres que se entregavam ao *trottoir* diante da porta da casa e sobre problemas de higiene na casa, que o professor indicava como reflexo dos hábitos das pacientes as quais, nem ao menos, tomavam banho diariamente. O professor ainda ressaltava que as notícias sobre troca de crianças ocorriam porque havia pessoas interessadas na venda de bebês. Estas faziam as mães acreditarem que seus filhos haviam sido trocados na maternidade para que entregassem os mesmos aos que realizavam esse tipo de comércio.

Ao longo das décadas de 60, 70 e 80, os jornais mostraram frequentes notícias sobre falta de verbas e concessões das mesmas para manutenção dos serviços na casa. Em 1962, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* revelou que a instituição passava por regime deficitário permanente e que estava em penúria. Destacava que as internadas não tinham outra alimentação senão fubá, que faziam todo o serviço de limpeza no prédio e que dormiam no chão.²²⁷ A situação melhorou após o convênio com a Prefeitura, em 1965 e com o Estado, em 1967 dos quais vinham parte da subvenção do hospital.

Foi no final de maio de 1974, que os corpos dos fetos foram descobertos enterrados no Amparo Maternal. Crianças que brincavam próximo aos fundos da Casa da Mãe Solteira mostraram a uma pessoa um feto que encontraram no meio do mato. A polícia foi chamada e iniciou-se uma busca no terreno. No primeiro dia de cobertura do episódio, a imprensa indicou a existência de pelo menos 80 fetos nos fundos do hospital.²²⁸

²²⁶ 28/03/1971, *Folha de S. Paulo*, Segundo Caderno, p.4. "Isto aqui é o fim da linha", diz o diretor.

²²⁷ 03/05/1962, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.22. Crise em instituição de amparo maternal.

²²⁸ 29/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.1. 80 fetos no terreno.

Acrescentou-se que os fetos, segundo os primeiros exames, resultavam de gestações de três a oito meses, e que estavam escondidos num terreno baldio e num quartinho dos fundos do Amparo Maternal. Detalhava-se que a casa era mantida por entidade particular, em convênio com órgãos oficiais da Prefeitura e do Estado.²²⁹

Em 30 de maio, o caso teve grande repercussão sendo certo que mais de uma página de *Folha de S. Paulo* explorou o fato.

Após a conclusão das diligências nos fundos da Casa Amparo Maternal, foram recolhidos 300 natimortos ao IML, mais dois caixões de zinco com ossadas e quatro cubas próprias para fazer curetagem, segundo a polícia. Para o delegado responsável pelo inquérito, a situação durava mais de oito meses, pois os corpos estavam em estado avançado de decomposição.²³⁰

Ele determinou o reforço do policiamento junto aos fichários da antiga Casa da Mãe Solteira para que nenhum documento fosse de lá retirado e começou a colher depoimento dos responsáveis por aquela instituição para esclarecimento do caso.²³¹

Na imprensa prevaleceram as percepções e falas da polícia sobre o caso. No entanto, não se pode afirmar que não houve espaço para outros envolvidos.

Em uma das notícias, o jornal tentou fazer os leitores pensarem muito na responsabilidade da Igreja sob os fatos. Isso porque, ao contar a história da instituição, frisou que no 4º Registro de Títulos e Documentos da Capital a instituição encontrava-se vinculada a Cúria e com o objetivo de atender integralmente a mães necessitadas de acordo com os princípios da Igreja Católica Apostólica Romana.

A diretora dos serviços médicos sociais do hospital, a Irmã Marie Domineuc²³² disse à imprensa que estava disponível para responder a qualquer inquérito e impedir que se fizesse sensacionalismo com um problema social que ninguém queria admitir. Afirmou que havia dezenas de natimortos nos fundos da casa, mas que muitas mães quando iniciavam o atendimento na instituição já tinham seu filho morto no ventre. Em suas falas eram apontadas as participações da delegacia e da prefeitura no caso.

²²⁹ 29/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.1. Nos fundos, um cemitério de “anjinhos”.

²³⁰ 30/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. No 16º DP, o inquérito sobre os natimortos.

²³¹ 30/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. 300 fetos até ontem à tarde. Apontou lista de responsáveis: presidente honorário, Dom Evaristo Arns; presidente executivo, Dr. Álvaro Guimarães; diretor clínico Dra Laura Barros; diretor administrativo, Irmã Lidia Serachio Gomes; assistente de serviço administrativo, Irmã Maria Aparecida de Oliveira; e diretora dos serviços médicos sociais, Irmã Marie Domineuc.

²³² 30/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Irmã Marie: problema social a se corrigir.

E nunca fechamos as portas para ninguém. São mães solteiras, indigentes, gente de toda a espécie, que não tem onde socorrer-se e vêm bater aqui. E, nós, fazemos o impossível para salvar vidas nessa cidade onde a policia faz escândalo, mas demora a liberar um atestado de pobreza para que possamos comparecer em cartório. Depois, a batalha para que um caminhão da prefeitura venha buscas os copos dos recém-nascidos.²³³

A imprensa notificou o público leitor que o Serviço Funerário Municipal, através do funcionário Luis Silva, havia percebido uma alteração no anúncio de mortes na Casa da Mãe Solteira. A instituição enviava uma média de 30 a 40 atestados de óbitos por mês, guardava os corpos em tanques com formol e, de 15 em 15 dias, realizava o enterro de todos juntos enviando os atestados de uma só vez. Porém, já havia passado dias sem que a instituição informasse a morte de alguma criança, sendo que o último anúncio havia ocorrido em 23 de abril, logo, um mês antes, aproximadamente, da descoberta dos fetos nos fundos da maternidade.²³⁴

Ele esclareceu que fetos com menos de seis meses de gestação não recebiam atestado de óbito, apenas um memorando do hospital. No entanto, o enterro ocorria normalmente.

Dando voz ao presidente honorário da entidade, a imprensa divulgou que D. Paulo Evaristo Arns, havia declarado que desconhecia a existência dos corpos no fundo da casa. Para ele quem devia tomar as providências necessárias era o presidente efetivo, no entanto, para melhorar o atendimento das gestantes no hospital, havia obtido consentimento da superiora das Irmãs Vicentinas para a liberação de 5 irmãs. Essas iam auxiliar no hospital, em regime de tempo integral.²³⁵

A notícia também informou que, segundo o cardeal, a entidade vinha pleiteando junto à Prefeitura um local para fazer seu cemitério. E que a Cúria, através da Operação Periferia, havia elaborado um projeto para a construção de pequenos postos da Amparo Maternal em regiões de maior densidade demográfica, com o intuito de facilitar o acesso da população mais carente.

²³³ Fragmento da notícia intitulada Irmã Marie: problema social a se corrigir, publicada em 30/05/1974, no jornal *Folha de S. Paulo*, p.8.

²³⁴ 30/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.10. A data do último enterro segundo SF: 23 de abril.

²³⁵ 30/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.11. Cardeal diz que só soube da situação pelos jornais.

No entanto, o que mais teve destaque nos jornais foi a troca de acusações entre a Irmã Marie Domineuc e o delegado responsável por uma parte da documentação dos fetos. Este procurou rebater a acusação de que a delegacia (16º Distrito Policial) não forneceu os atestados de pobreza solicitados e dessa forma, contribuía para o acúmulo de corpos na instituição. Ele, que havia assumido aquele DP não fazia um mês, disse que todos os atestados pedidos foram atendidos em menos de 10 minutos.²³⁶

Como a diretora do Amparo Maternal apontou que o problema ocorria porque a 16ª delegacia não fornecia os atestados de pobreza e a administração regional de Vila Mariana não construía o necrotério pedido havia aproximadamente seis meses, o administrador regional de Vila Mariana informou que desconhecia que o Amparo Maternal tivesse mencionado qualquer projeto de construção de um necrotério para guarda dos natimortos antes dos sepultamentos.²³⁷

Já o Serviço Funerário Municipal, pela voz do advogado Jayme Augusto Lopes, diretor do Serviço Funerário, mostrou disponibilidade para colocar uma viatura exclusivamente incumbida do transporte de todos os corpos e fetos natimortos daquela maternidade para cemitérios da periferia. E a menção de que não havia vagas nos cemitérios por parte deste criou desconforto tal que o secretário Werner Zulauf, dos Serviços Municipais da capital, a quem o Serviço Funerário estava subordinado, informou que isso não era verdade.²³⁸

O jornal *Folha de S. Paulo* chegou a publicar nota de esclarecimento assinada pelo presidente honorário do Amparo Maternal, d. Paulo Evaristo Arns, Cardeal-arcebispo de São Paulo; pelo presidente executivo daquela instituição, prof. Álvaro Guimarães Filho e pelo assessor jurídico da mesma, Dalmo de Abreu Dallari. Entre outros pontos assinalados no texto, encontrava-se a explicação de que os corpos resgatados pela polícia eram cadáveres à espera de sepultamento, conservados de acordo com os requisitos técnicos. Correspondiam a natimortos ou abortos naturais. E ainda afirmava que não houve negligência médico-hospitalar.

Alguns médicos saíram em defesa do trabalho do professor da USP e diretor da entidade, Álvaro Guimarães, expressando que o episódio trazia à tona um problema social e que não eram apenas verbas que deviam resolver a situação. Em *O Estado de S.*

²³⁶ 31/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.12. Delegado de 16º DP quer rebater acusações.

²³⁷ 31/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.12. Regional nada sabe sobre o necrotério.

²³⁸ 31/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.12. Serviço Funerário põe viatura à disposição.

*Paulo*²³⁹, por exemplo, o diretor do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Santa Casa de Misericórdia, Dr. Aduino Martinez e o diretor da Pró-Matre Paulista, Dr. Caetano Carezzato mencionaram que os fatos eram normais para uma instituição que não tinha necrotério e que atendia um número elevado de pacientes subnutridas, doentes e em más condições físicas. Elogiaram o serviço prestado pelo Amparo Maternal, dizendo que o Dr. Álvaro Guimarães podia se negar a receber algumas gestantes considerando as dificuldades que o hospital passava.

Os médicos afirmaram que além da falta de verbas, o Amparo Maternal enfrentava dificuldades porque não possuía estrutura nem equipamentos adequados à demanda do hospital. Também frisaram que lá eram atendidos casos complexos nos quais constavam complicações uterinas e ovarianas devido às tentativas perigosas de aborto.

Em meio ao texto, levantou-se a necessidade da casa de construir um necrotério e um incinerador. Foi revelado que na Pró-Matre, os fetos que nasciam mortos eram entregues aos responsáveis – os maridos das parturientes, na maioria das vezes – ou incinerados, no caso da família ser indigente.²⁴⁰ O texto insistia na incineração e apontava a dificuldade de aceitação dessa prática no país.

Tanto o dr. Caetano Carezzato, como o dr. Aduino Martinez, entendem que o processo mais prático, para o caso, seria a incineração do feto. Mas entendem também que a sociedade brasileira ainda não está preparada para isso. Tanto assim que tem sido grande a resistência aos planos da Prefeitura, que propõem a cremação de corpos, para resolver em parte o problema da saturação dos cemitérios. Aham, portanto, que seria prematura a discussão do processo em público.²⁴¹

O caso Amparo Maternal pode ser compreendido como um exemplo de disputa de poder entre Igreja, médicos e o poder instituído sobre corpos mortos, ou ao menos, como um episódio em que o poder sobre os corpos de fetos não foi devidamente estabelecido pela fragilidade dos acordos entre Igreja, médicos e autoridades. No

²³⁹ 02/06/1974, *O Estado de S. Paulo*, p.39. Médicos defendem Maternal.

²⁴⁰ Em *Folha de S. Paulo*, do dia 30/05/1974, na p.12, publicou-se notícia dizendo que na Santa Casa também havia incineradores para fetos.

²⁴¹ Fragmento da notícia intitulada Médicos defendem Maternal, publicada em 02/06/1974, *O Estado de S. Paulo*, p.39.

entanto, não podemos deixar de lado que a dimensão do fato sofreu manipulação da imprensa: na edição de entrevistas, na divulgação de números incertos, na alimentação do jogo de responsabilidades, no acréscimo de pitadas de ficção para manter a curiosidade dos leitores e vender mais.

Sobre a cobertura parcial da imprensa, o arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns expressou que toda a repercussão do episódio ocorreu devido à ação de “autoridades menos preparadas” que fizeram a população ver tudo como grave irregularidade. Ainda acrescentou: “Com evidente abuso de autoridade, a Amparo Maternal foi invadida, forçando-se a presença de grande aparato publicitário.”²⁴² Isso foi reforçado posteriormente em outra notícia na qual foi propagada a informação de que muitos paulistanos estavam fazendo telefonemas para a maternidade e definindo o caso como “um ato de desumanidade”.²⁴³

A confirmação do descaso com corpos indesejáveis (ou corpos dos indigentes) ocorreu alguns dias após a divulgação da descoberta dos fetos nos fundos do hospital. O Dr. Luiz Caruso, médico e supervisor dos convênios hospitalares do Pronto-Socorro da Prefeitura, comentou que tinha conhecimento dos corpos há mais de um ano e ainda mencionou “e creio que muito mais gente sabia, mas nenhuma providência foi tomada. Não sei se oficialmente os altos escalões da Prefeitura conheciam o fato, mas officiosamente ele era largamente comentado.”²⁴⁴

Pouco tempo depois, os paulistanos souberam que o inquérito devia ser encerrado e remetido à Vara Criminal da Saúde. Dentre os depoimentos ajuntados, o do Dr. José Ricardo Bertagon, reforçou a necessidade de um forno crematório.

Em suas palavras, afirmou que a situação ideal podia ser alcançada se a casa atendesse pelo menos a metade das mulheres que eram internadas costumeiramente. Esclareceu que quanto aos instrumentos necessários a uma maternidade, o Amparo se encontrava em condições razoáveis. Contou que as mães abandonavam os natimortos e que ouvira rumores sobre a existência de corpos que esperavam remoção. Por fim, concluiu dizendo que o melhor a se fazer com as peças anatômicas, como a placenta, era

²⁴² 31/05/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.1. Dom Arns estranha o “aparato”.

²⁴³ 02/06/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.7. Problema do Amparo Maternal na AL. Observação: nesse título, “AL” significa Assembleia Legislativa.

²⁴⁴ 15/06/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. Atendimento: nunca houve queixa.

a incineração, mas como não havia forno crematório no Amparo Maternal, não sabia qual o procedimento adotado para dar fim a esses materiais.²⁴⁵

Dessa forma, a solução apontada, a incineração, era também indicada para restos hospitalares (ou peças anatômicas como a placenta, apontada como resto hospitalar); e para o lixo comum, pois na cidade de São Paulo havia incineradores de lixo urbano. Ou seja, meses antes da abertura oficial do primeiro crematório na cidade, a cremação de corpos e a incineração de restos mortais estiveram citadas em casos como o do Amparo Maternal, sofrendo influência das informações e opiniões divulgadas nos jornais, o que certamente afastou a população da prática crematória.

Retornando ao caso Amparo Maternal, quase dois meses após a divulgação da descoberta dos corpos (e antes da abertura do crematório Jayme Augusto Lopes), os paulistanos souberam que o inquérito havia sido arquivado. Segundo os jornais, o juiz Affonso Celso Teixeira de Andrade, da 1ª Vara Auxiliar do Júri, determinou o arquivamento por não haver “fato típico previsível na órbita penal”. Ou seja, em nenhum dos corpos foi encontrado sinal de lesão – o que podia indicar morte por terceiros – e nem foi apurado indício da prática de aborto. Os recém-nascidos haviam falecido de morte natural e estavam aguardando o sepultamento. Não havia nenhum corpo realmente enterrado, apenas placentas.²⁴⁶

Por fim, os jornais registraram que a “história” terminou bem, pois, em agosto de 1974, a casa estava recebendo menos gestantes e a prefeitura estava recolhendo regularmente os corpos dos fetos mortos.

Averiguando a divulgação dos crimes, dos casos de abandono, das irregularidades e omissões nos sepultamentos, verificou-se, neste capítulo, que o poder sobre o corpo morto, assim como o corpo vivo decorria no período estudado de negociações entre a Igreja, os médicos e as autoridades políticas. A partir dessas negociações, eram estabelecidas as normas que ditavam, por exemplo, como os corpos com e sem vida deviam ser tratados e que lugares podiam ocupar.

²⁴⁵ 15/06/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.8. No Amparo Maternal a luta contra um problema social.

²⁴⁶ 25/07/1974, *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, p.17. Arquivado inquérito do Amparo Maternal.

Capítulo 4. A Ação Civil Pública

Vimos anteriormente que a cremação de corpos foi apontada como solução para a questão de falta de espaço nos cemitérios, como um passo importante à modernização da cidade e como destino apropriado aos corpos dos indigentes. Foi justamente por ser considerada como um fim para corpos de indigentes e cidadãos não-identificados que a adoção da prática crematória gerou uma série de discussões durante o processo de apreciação dos projetos de lei apresentados pelo vereador Antonio Sampaio, em 1957 e pelo Executivo, em 1967.

Creumar aquele que havia manifestado interesse era aceitável, porém cremar indigentes sem conhecer e ter permissão para dar esse fim ao corpo morto, não parecia algo tolerável. Esse ponto mostrou-se mais delicado com a leitura do texto da Ação Civil Pública Nº 2009.61.00.025168-2 na qual o Ministério Público Federal pediu a declaração de responsabilização de autoridades e legistas por ocultação de cadáveres durante o período da ditadura militar no Brasil.²⁴⁷

Antes do tópico Introdução, da Inicial²⁴⁸, o texto mostrou que o Ministério Público entrava com ação em face de União Federal, Estado de São Paulo, Município de São Paulo, Romeu Tuma, Harry Shibata, Paulo Salim Maluf, Miguel Colasuonno e Fábio Pereira Bueno. Esclarecia que Romeu Tuma havia sido chefe e diretor do DOPS em São Paulo, no período de 1966 a 1983; Harry Shibata havia sido médico legista diretor do Instituto Médico Legal, na década de 70; Paulo Salim Maluf, prefeito do Município de São Paulo de 08/04/1969 a 07/04/1971, Miguel Colasuonno, prefeito do Município de São Paulo de 28/08/1973 a 16/08/1975 e Fábio Pereira Bueno, responsável pelo SFMSP nos anos 1970 a 1974.

O texto introdutório da Inicial afirmou que assim como em outros países da América do Sul, no Brasil, ocorreu tomada do poder de maneira inconstitucional por

²⁴⁷ O texto define assim o período político: “No Brasil, a ditadura militar foi implantada em 1964, com o golpe de 31 de março daquele ano, que levou ao poder sucessivamente alto membros das Forças Armadas escolhidos entre eles próprios, e perdurou até janeiro de 1985, quando o Congresso Nacional, reunido em Colégio Eleitoral, elegeu para Presidente da República o civil Tancredo Neves.”.

²⁴⁸ Inicial é a peça processual que instaura o processo jurídico levando ao Juiz-Estado os fatos constitutivos do direito, os fundamentos e o pedido para que o Poder Judiciário atue de forma imparcial e equidistante. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Peti%C3%A7%C3%A3o_inicial

militares. Pessoas contrárias à ditadura podiam ser vítimas de “desaparecimento político”²⁴⁹ e no isolamento, podiam ser duramente torturadas para obtenção de informações. O texto assinalou que era comum que acabassem mortas e para continuar escondendo o paradeiro da pessoa sequestrada, ocorria a destruição e o ocultamento do cadáver.

O Cemitério Dom Bosco, em Perus, era um local bastante utilizado para o destino dos corpos dos opositores políticos. Segundo a Inicial, inclusive ocorreu no lugar a escavação de uma vala clandestina para a ocultação desses. Outras necrópoles foram apontadas como locais de sepultamento de “terroristas”, como eram chamados pelas autoridades favoráveis ao governo ditatorial. O Cemitério de Vila Formosa e o do Lageado foram exemplos citados ao longo da Ação Civil.

Esses cemitérios, segundo a imprensa, eram locais de sepultamento de indigentes, mas, segundo informações dos próprios jornais e do texto da Inicial da Ação Civil Pública ficou claro que indigente não designava somente o sem-teto que falecia naturalmente na rua. Aquele que morria por ação do Esquadrão da Morte²⁵⁰ ou o corpo daquele que havia sido eliminado por ser opositor ao governo também era classificado como corpo de indigente e segundo a Lei N° 7017 de 1967, a Prefeitura podia determinar a cremação do mesmo.

A leitura da Ação Civil Pública (nos apoiaremos na Inicial, em depoimentos e documentos que fazem parte da mesma) auxiliou no estabelecimento da relação entre a permissão para a cremação de corpos dos indigentes prevista pela lei promulgada e a conveniência desse destino para os corpos mortos durante o governo ditatorial.

²⁴⁹ Em rodapé foi notificado que segundo a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (1994) desaparecimento forçado era “a privação de liberdade de uma ou mais pessoas, por qualquer forma, cometida por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com a autorização, com o apoio ou com a anuência do Estado, seguidas da falta de informação ou negativa de se reconhecer dita privação da liberdade ou de se informar o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes”.

²⁵⁰ O Esquadrão da Morte foi uma organização paramilitar surgida no final dos anos 1960 cujo objetivo era perseguir e matar supostos criminosos tidos como perigosos para a sociedade. Começou na cidade de São Paulo comandado pelo policial Astorice Correa, aclamado pela população e pela mídia da época. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Esquadr%C3%A3o_da_Morte_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Esquadr%C3%A3o_da_Morte_(Brasil))

A ação teve grande parte de sua fundamentação no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo, *CPI Perus – Desaparecidos Políticos*, instituída por ocasião da abertura da vala comum do Cemitério de Perus, em setembro de 1990. Dentre os dados apresentados pelos procuradores no texto da Ação Civil Pública, nos interessou a indicação de que os despojos retirados da vala de Perus correspondiam a corpos de opositores e que, na verdade, o destino dos mesmos era a cremação. O texto também investigou o quanto a Prefeitura procurou apressar a instalação dos fornos em São Paulo levando-nos a refletir sobre a contribuição do governo militar na implantação da cremação em São Paulo.

Primeiramente, apontou-se que o Cemitério Dom Bosco (o de Perus) foi projetado e construído entre 1968 e 1971, e que em sua planta, já havia planos para a instalação de um crematório. Para provar isso, anexou-se o documento identificado por DOC 02²⁵¹.

Apesar de o cemitério Dom Bosco ter sido concebido para atender à necessidade dos moradores da região oeste, sua implantação foi impulsionada pelo objetivo de estabelecer um local para servir ao depósito de corpos de indigentes. Para lá eram conduzidos, em sua maioria, corpos oriundos do IML, por sugestão do próprio órgão. Essa informação foi anunciada no depoimento de Fábio Pereira Bueno, no identificado DOC 03²⁵².

Dentre muitos corpos de indigentes oriundos do IML havia corpos de opositores à ditadura. O militante político após tortura e morte era transformado em desaparecido político e enfim, sepultado como indigente. Ou seja, ele tinha certidão lavrada muitas vezes com nome falso e desconhecido pela família, passava pelo IML no qual havia a confirmação de uma causa *morte* fictícia, e então era enterrado sem haver nenhuma comunicação aos familiares e amigos, mesmo quando as autoridades conheciam a identidade verdadeira do militante e sabiam quem eram os seus parentes e conhecidos.

Segundo a Inicial, a implantação de um forno crematório em Perus, um cemitério de indigentes, causou desconfiança, assim como o de Vila Nova Cachoeirinha, que

²⁵¹ Documento anexado a Ação Civil Pública contendo a planta do cemitério de Perus com indicação de local destinado ao crematório.

²⁵² Documento anexado a Ação Civil Pública contendo dois depoimentos de Fábio Pereira Bueno, responsável pelo SFMSP, datilografados.

devia também ser implantado por volta de 1969. O primeiro gerou estranheza da população, e o segundo da empresa contratada para montá-lo. Para embasar isso, a ação trouxe o identificado DOC 12, uma carta da empresa inglesa Dowson & Mason. Nesta carta, os fabricantes do forno diziam que o projeto não disponibilizava estrutura para o acompanhamento dos familiares e que havia irregularidades. O seguinte trecho foi transcrito no texto da Ação:

Parece não haver o hall de cerimônias nesse projeto. E também muitas coisas que, francamente, não entendemos, mesmo considerando estarmos associados e trabalhando há quinze anos em projetos crematórios em todo o mundo.²⁵³

O texto da Inicial concluiu que nenhum dos fornos previstos para 1969 se concretizou. E para atender as recomendações da empresa fabricante, houve a transferência dos planos do crematório para Vila Alpina. O que só pôde ser finalizado em 1974.²⁵⁴

Tanto a CPI quanto os procuradores, na Inicial da Ação Civil Pública, tentaram esclarecer duas questões: se a vala possuía corpos que deveriam ser cremados, por que eles não seguiram esse destino e como terminaram abandonados ali tantos anos.

Segundo, o depoimento do Sr Antonio Pires Eustáquio²⁵⁵, administrador do Cemitério de Perus após 1976, os livros de registro mostraram que as exumações no Cemitério Dom Bosco ocorreram entre maio e junho de 1976. As anotações evidenciaram que foram exumados todos os corpos sepultados na quadra 1 e 2. Não houve sinal de que foram feitas renumações, ou seja, os corpos não foram colocados no mesmo lugar, em uma profundidade maior para liberação de terreno mais superficial para novos sepultamentos. Apenas com a leitura dos livros era possível averiguar que

²⁵³ Fragmento da carta da empresa inglesa *Dowson & Mason* (anexo identificado como DOC 12 da Ação Civil Pública estudada)

²⁵⁴ No depoimento de Fábio Pereira Bueno, não ficou esclarecido se o projeto de Vila Alpina era o mesmo que o apresentado para o cemitério de Perus. A inicial conduz à conclusão que o projeto apresentado para o cemitério de Vila Nova Cachoeirinha foi transferido de um lugar para outro e só realizaram-se pequenas alterações para atender ao fabricante inglês, sendo então posto em execução em Vila Alpina.

²⁵⁵ Documento anexado a Ação Civil Pública e identificado como DOC 10.

alguns corpos haviam sido retirados do lugar do enterramento sem haver indicação do local para onde havia sido transportados.²⁵⁶

O administrador Antonio Eustáquio ainda disse que com as exumações cerca de 1500 ossadas foram colocadas em sacos plásticos e mantidas em uma sala no próprio Cemitério de Perus. Essa por ser envidraçada chamava a atenção das pessoas mesmo após a pintura com tinta escura. Então, a solução foi abertura de uma cova de 50 cm de largura por aproximadamente 30 metros de comprimento, com uma retroescavadeira, para depositar todos os ossos.

A justificativa para a exumação em massa era a necessidade de espaço para novos sepultamentos. No entanto, até 1990, pelo menos, não constava que as quadras 1 e 2 tivessem sido submetidas à concessão, o que significava que não havia a demanda por terrenos referida como motivo para a exumação das 1500 (número aproximado) ossadas.

O depoimento de João Aparecido André²⁵⁷, serviçal e posteriormente pedreiro do SFMSP, acrescentou um detalhe às palavras do Sr. Antonio Eustáquio sobre a permanência dos corpos exumados em Perus. O Sr. João Aparecido indicou que após a exumação os corpos ficaram em sacos plásticos em uma sala de velório, no cemitério de Perus, durante mais de um ano. Embora não tenha confirmado que as exumações tenham ocorrido em 1976, e sim 1975, informou que os corpos ficaram nessa sala aguardando a realização de cremação, em Vila Alpina. Revelou que a autorização para essa operação, em 1975, havia partido do Superintendente do SFMSP, o Dr. Jayme. Como os planos não se concretizaram, abriu-se a vala com uma retroescavadeira e depositaram-se ali as ossadas.

²⁵⁶ Segundo o administrador não havia registro de quem autorizara as exumações (o que era habitual) apenas o nome do funcionário que as realizou. Também disse que naquela época o IML não enviava declaração de óbito e sim um ofício com timbre do IML, contendo dados do cadáver. “E embaixo continha uma observação que dizia o seguinte: “Posteriormente será remetido a V.S. o Atestado de óbito”. Se não havia diferença no registro de indigentes, que eram na verdade opositores políticos, havia diferença na chegada dos corpos de militantes aos cemitérios: o camburão do IML chegava escoltado por militares e o sepultamento, às vezes de um só corpo, deveria ser realizado rapidamente.

²⁵⁷ Documento anexado a Ação Civil Pública e identificado como DOC 09.

Após a leitura da Inicial não conseguimos identificar se os crematórios planejados para Vila Nova Cachoeirinha e para Perus, em 1969, deviam ser o destino de corpos de indigentes (militantes inclusive) ou se deviam ser utilizados para incinerar as ossadas dos mesmos. Porém, houve a elucidação de que as ossadas exumadas em Perus deviam ir para o crematório. A dificuldade de se concretizar a instalação dos fornos e a necessidade de mudar os planos para Vila Alpina, em 1974, aparentemente não permitiram que as ossadas fossem cremadas. A Inicial indicou que as cremações não ocorreram por haver impedimentos legais e porque os fornos instalados eram diferentes daqueles concebidos. Alguns esclarecimentos sobre esses elementos que não favoreceram as cremações puderam ser obtidos no depoimento de Fábio Pereira Bueno.

Este foi o mais extenso, minucioso e escorregadio dos depoimentos anexados à Ação Civil Pública. Diretor do SFMSP entre 1970-1974, o Sr. Fábio Pereira Bueno disse que para a Prefeitura não havia diferença entre os corpos de indigentes e de mortos terroristas, ou seja, todos os corpos eram iguais e deviam ser sepultados e exumados sem diferenciação.

Em suas respostas, apontou que a exumação em massa realizada no Cemitério de Perus podia ser considerada adequada porque sua realização devia ter partido da autorização de um responsável e devia estar de acordo com a lei (as exumações em quadra geral ocorriam para enterros feitos até 1971, após cinco anos e para enterros realizados de 1972 em diante, após três anos)²⁵⁸. No entanto, o diretor do SFMSP considerava irregular o abandono das ossadas em vala comum.

Em seu depoimento, afirmou que o Cemitério de Perus ficava muito mais próximo do IML que o Cemitério de Vila Formosa e que esse acesso facilitado havia feito com que, a partir da inauguração do Cemitério Dom Bosco, todos os corpos enviados ao IML fossem sepultados em Perus. Admitiu também que corpos de militantes tomados como corpos de indigentes devem ter sido encaminhados ao IML e dessa forma, possivelmente, seguiram para o Cemitério de Perus ou do Lajeado.

Em suas palavras, percebemos um equívoco sobre a licitação dos fornos em 1968. Fábio Pereira Bueno havia dito que quando chegou ao departamento, a licitação do

²⁵⁸ Isso contrariou sua própria fala que havia dito que elas seriam legais desde que os despojos fossem colocados em ossuários.

crematório de Vila Alpina já havia sido executada, no entanto, foi alertado, durante seu depoimento, que a licitação dizia respeito ao projeto do crematório de Vila Nova Cachoeirinha. Quando indagado pelos motivos que haviam impulsionado a mudança do lugar de instalação dos primeiros fornos licitados, o diretor do SFMSP disse que não sabia explicar porque o local foi alterado.

Segundo Fábio, em 1968, sua função era de assistente técnico e ele e um colega, Sangirardi, foram incumbidos de verificar qual a proposta de fornos era mais apropriada para a cidade. Estudaram o assunto e preferiram os fornos ingleses a gás aos fornos suíços elétricos. Os fornos a gás foram apontados como os mais adequados, pois Fábio e Sangirardi temiam pela deficiência de energia elétrica e pelo custo altíssimo dos fornos elétricos. Outro fator que havia pesado na escolha era que estava programada a chegada da companhia de gás à Vila Alpina. Diante das considerações apontadas pelos dois funcionários, foi feita a opção pelos fornos ingleses. Seguiu-se então a construção e a montagem do crematório de acordo com o projeto elaborado pelo Departamento de Cemitério.

Quando indagado se achava estranho que perante o arcabouço político da época fosse pensado em forno crematório para indigente, se não seria estranho essa solução quando era sabido que os presos políticos eram enterrados com nome trocado com o intuito de dificultar sua identificação, Fábio disse que os fornos eram e continuavam (na época de seu depoimento) a ser a melhor saída para os corpos de indigentes. Segundo o diretor, os indigentes eram numerosos e favoreciam a lotação dos cemitérios. Disse que desde 1937 pensava-se nessa saída. Ele não aceitava que os fornos tivessem acabado ociosos. Segundo suas palavras, a construção do crematório “tinha destinação outra que não a de hoje, pois naquela época a ideia era fazer a cremação dos indigentes, mas o departamento jurídico, as autoridades e os bacharéis resolveram que a legislação não permitia isso, então não foi assim destinado o crematório.”

Segundo suas palavras, a prefeitura havia defendido a cremação dos indigentes antes das exumações em Perus, tanto que em 1972, foram realizados esforços para adequar a legislação e permitir o desejado. Concluímos assim que a promulgação da lei N°7017 não tinha resolvido, de fato, o problema da autorização para a Prefeitura queimar corpos indesejáveis. A ausência de respaldo legal ficou clara com a declaração

de Fábio de que foi à Argentina, em viagem oficial, em 1972, não só para conhecer como eram realizadas as cremações no país como também para obter a legislação que lá vigorava a fim de fornecer esse material para análise às autoridades brasileiras.²⁵⁹

Além da instalação dos primeiros fornos em São Paulo, o depoimento de Fábio Pereira Bueno explorou outros pontos como a reforma para a reurbanização do Cemitério de Vila Formosa. A leitura da Inicial permitiu compreender que além dos fornos crematórios e da vala comum, outras medidas foram pensadas e realizadas para esconder corpos como as reformas nos cemitérios. Conseguiu-se assim até a criação de bosques em cima de sepulturas não exumadas e modificações extremas em algumas quadras - como a de número 11, no Cemitério de Vila Formosa - com a desculpa de que a alteração de tamanho de quadras, aberturas de ruas e mudanças no traçado do asfaltamento resolviam problemas de drenagem e de solapamento do solo.

Como vimos em capítulos anteriores, à origem da cremação em São Paulo e os motivos que as autoridades alegaram para a adoção da prática crematória apareceram na imprensa com informações contraditórias que mais alimentaram a desconfiança do público leitor do que o seduziram para a aceitação dos fornos. Os debates na Câmara contra a cremação de indigentes, as alterações do local de instalação dos primeiros fornos e a desaprovação de autoridades e do departamento jurídico quanto à incineração de corpos indesejáveis, quando surgiram nas linhas dos jornais foram apresentados de modo superficial e ligeiro. Até a abertura da vala clandestina de Perus, a implantação da cremação em São Paulo não foi assunto estudado. Não foi tema de debate público nem tema explorado pela imprensa.

No entanto, os jornais, através, sobretudo das palavras de leitores, indicaram que o governo militar não alimentava respeito aos corpos mortos, indigentes e não-indigentes. As reformas a favor de reurbanização de cemitérios não ocorreram somente em locais de quadra geral, afetaram concessionários e famílias que viram de repente seus mortos sumirem.

Isso foi denunciado, por exemplo, em uma carta publicada em *O Estado de S. Paulo*. O conteúdo trabalhado na mesma se referiu à movimentação de sepulturas no

²⁵⁹ Segundo foi oficial autorizada pelo prefeito e formou processo. O Sr Fábio mesmo indicou o numero do processo 103220/72, processo administrativo.

Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, na falta de respeito para com os familiares dos mortos e na motivação da prefeitura em modificar sem cuidado as quadras dos cemitérios.

Senhor redator:

Fatos muito graves, que traduzem um total desprezo pelo sentimento alheio, estão ocorrendo no Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha e, me parece, do inteiro conhecimento do Senhor prefeito. A verdade é que a pretexto de reformar (reformular sempre, a qualquer preço) a administração do Cemitério deslocou as lápides dos jazigos, sem ordem, sem os cuidados que o trabalho exigia e estabeleceu uma confusão de tal ordem que ninguém, absolutamente ninguém, consegue localizar hoje os túmulos das pessoas ali enterradas. Há um ano e meio meu pai ali descansa por vontade e determinação sua, manifestada pouco antes de morrer. Como cemitério moderno, bem tratado, o de Vila Nova Cachoeirinha impressionava pela grama simples sobre cada jazigo. Assim encontrei o túmulo de meu pai, nas vezes que o visitei. Mas o que vi, na última semana em que lá estive, foi revoltante: os túmulos revirados, as inscrições deslocadas, enfim um caos completo. E pior: na administração responderam simplesmente que tudo é por causa do 'remanejamento', mas que as obras estão sendo feitas de acordo com os croquis e que logo tudo voltaria à ordem anterior. Mas se tudo foi feito sem aviso prévio, sem uma informação clara sobre os objetivos desse remanejamento de túmulos, de suas necessidades e, sobretudo, dos cuidados que a Prefeitura e a direção da necrópole tomariam para que as mudanças se fizessem com as garantias indispensáveis, como pretender que as famílias dos que descansam no cemitério de Vila Nova Cachoeirinha cofiem na seriedade e nos bons propósitos da atual administração? E o respeito mínimo que devem ter às famílias dos mortos lá sepultados? O ato discricionário e violento da Prefeitura (mais um infelizmente, que se soma a tantos outros) é mais um sinal dos tempos. O prefeito desta cidade parece que não tem compromisso com o povo e age como truculento senhor todo-poderoso, sem o menor respeito pelos sentimentos de ninguém. O Sr. prefeito deve ter ótimas razões para ordenar a obra e da maneira como foi e está sendo feita. Mas pergunto: acaso determinou medidas que permitissem que as obras fossem realizadas com um mínimo de consideração às famílias dos que estão enterrados em Vila Nova Cachoeirinha? Sei que este será apenas um desabafo. O Sr. prefeito não se abalará com as minhas críticas, nada mudará o rumo das coisas, nem uma certeza maior será dada às famílias, de que, após a reforma, as placas serão recolocadas, sem erro, nas campas. Uma explicação pública e cabal sobre o que está acontecendo nesse cemitério é o

mínimo que pode se esperar do Sr. prefeito.” – Teresa Isabel de Almeida.²⁶⁰

O texto da Inicial e os depoimentos abordaram a questão da localização dos cemitérios destinados aos corpos dos indigentes apontando que os sepultamentos e o tratamento que esses corpos recebiam ficavam distantes dos olhares da população principalmente porque esses cemitérios se situavam em locais de difícil acesso. O problema que foi investigado na Ação Civil Pública não dizia respeito somente a esses cemitérios estarem na periferia da cidade, destacava que eram locais distantes e sem meios de serem visitados. Isso interessou a nossa pesquisa, pois dentre os cemitérios listados como receptores de indigentes havia os que foram pensados como lugares para fornos crematórios: Perus e Vila Nova Cachoeirinha.

Dessa forma, acompanhamos a Inicial, alguns depoimentos e documentos anexados no texto da Ação Civil Pública N° 2009.61.00.025168-2. Com o objetivo de declarar a responsabilização de autoridades e médicos pelo ocultamento de cadáveres durante o período da ditadura civil militar, o texto da Ação Civil Pública nos auxiliou na pesquisa sobre a implantação de fornos crematórios na cidade de São Paulo.

Ele nos mostrou que apesar da cremação ser uma prática estudada e proposta para atenuar a lotação dos cemitérios desde 1937, segundo o depoimento de Fábio Pereira Bueno, foi com a ditadura que se tornou realidade para a cidade. Ou seja, ao longo tempo a cremação foi anunciada como medida preventiva, higiênica e veio embalada em discurso que defendia a modernização do município, porém só foi concretizada a partir das medidas tomadas pelas autoridades do regime militar. A Ação Civil Pública conduziu à reflexão de que não foi uma coincidência o fato do primeiro crematório da cidade de São Paulo ter sido inaugurado durante o governo ditatorial.

Os procuradores assinalaram que no final da década de 60 e início da década de 70, a cremação passou a ser vista como medida a ser adotada com urgência²⁶¹. Ainda

²⁶⁰ 24/06/1973, *O Estado de São Paulo*, p. 22. Dos leitores. Cemitério Abandonado.

que a Inicial e os depoimentos tenham mostrado que não houve respaldo legal para a cremação de indigentes (dentre eles, os opositores do governo militar), esses textos relacionaram a implantação dos fornos com a intenção de se aproveitar um método seguro e eficaz para destruir os corpos de indigentes e assim esconder crimes e violências contra militantes políticos.

Justamente por visar o ocultamento dos corpos, a leitura da Ação Civil Pública deixou em aberto a questão da insuficiência da Lei municipal N° 7017, promulgada em 1967, na qual havia um artigo que permitia a Prefeitura a realização da cremação de corpos de indigentes e de cidadãos não identificados. Dentre as fontes utilizadas nessa pesquisa não houve identificação das autoridades que não permitiram a execução da lei municipal promulgada, nem das alegações contrárias à legislação que dificultaram o uso dos fornos de Vila Alpina em cremações de corpos de opositores políticos, como daqueles exumados em Perus.

²⁶¹ Para fundamentar esse ponto, a Ação incorporou um ofício identificado por DOC 11 enviado pelo Secretário de Serviços Municipais de Obras no qual era pedida urgência na conclusão dos estudos sobre o mesmo.

Considerações finais

A pesquisa realizada focou o entrelaçamento dos contextos social, político, econômico e cultural durante o que nomeamos processo de implantação da cremação no município de São Paulo. Este aparentemente estava restrito à década de 60 (devido à promulgação da Lei Nº7017, em 1967) e à década de 70 (devido à construção do primeiro crematório paulistano, em 1974), mas, apresentou-se como um processo muito mais longo. As leituras das fontes indicaram a necessidade de retorno à década de 50 para nos aproximarmos das ideias, da vida cotidiana e da vida política do período em que foi proposto o projeto do deputado Antonio Sampaio. As fontes também solicitaram a busca de notícias e legislação publicadas pós-1974 para obtermos noção da inserção do crematório no cotidiano da cidade e da procura da prática crematória após a abertura oficial do crematório Dr. Jaime Augusto Lopes.

Ao longo do trabalho, vimos a cremação surgir como solução para uma cidade que crescia e ocupava muitos terrenos, a cremação ser apontada como essencial para a modernização da cidade e a cremação ser um modelo inspirado nos grandes centros. Também encontramos resistência a sua aprovação por motivos religiosos, mas, principalmente, discordâncias relativas à possibilidade da prefeitura executar a cremação de indigentes. Averiguamos que apesar dos fornos terem sido justificados para resolver o problema da superlotação das necrópoles e ser propagandeados por um discurso defensor de medidas modernizadoras, higiênicas e econômicas, a concretização da implantação dos mesmos teve respaldo de medidas adotadas pelas autoridades da ditadura militar iniciada em 1964.

Os posicionamentos a favor da cremação e algumas aprovações parciais defendidas pelos vereadores foram estudados no primeiro capítulo da Primeira Parte. A oposição discreta manifestada pela imprensa e os motivos das poucas críticas tocantes à cremação foram apresentadas no segundo capítulo. O esclarecimento da posição da Igreja sobre a cremação e a situação da hierarquia eclesiástica durante os anos 60 e 70 foram pontos avaliados no terceiro capítulo.

Na Segunda Parte da dissertação, reconhecemos que o mercado funerário esteve movimentado, nos anos 60 e 70, devido à apresentação de novos produtos, como o

cemitério-parque, e devido à realização de reformas nas necrópoles paulistanas. Esses tópicos pertenceram ao primeiro capítulo.

No capítulo seguinte, constatamos que além dos motivos religiosos e da dificuldade de alguns atores sociais de aceitar a permissão legal dada à prefeitura para cremar corpos de indigentes, existiu outro fator que atropelou a rápida adoção à prática: a construção de uma imagem mal definida e pouco sedutora dos fornos por parte da imprensa. Essa imagem, que muitas vezes relacionou os fornos à incineração de restos e lixo, não fez com que a classe média, leitora dos jornais de grande circulação, considerasse que os fornos fossem apropriados para seus corpos ou para corpos de seus familiares.

No terceiro capítulo, analisamos exemplos do que consideramos casos de abandono das necrópoles. Lemos, através da imprensa, o registro de atitudes que expressaram ausência de respeito aos mortos, sendo que a maioria delas foi executada pelas autoridades políticas da época. Dessa forma, questionamos o quanto realmente o governo conhecia da situação dos cemitérios paulistanos e quanto estava empenhado em melhorar as condições dos mesmos.

No último capítulo da dissertação consideramos como fonte principal o texto da Ação Civil Pública que pediu a responsabilização de autoridades pelo ocultamento de cadáveres, na época da ditadura civil militar. O texto mostrou e argumentou as denúncias da procuradoria, dessa forma, problematizou a finalidade da construção ou das reformas dos Cemitérios de Vila Nova Cachoeirinha, Vila Formosa e Perus, alegando que as mesmas foram realizadas para camuflar atos violentos do governo ditatorial e conseqüentemente, esconder os corpos de opositores. O que embasou o texto da procuradoria foi o relatório da Comissão dos Desaparecidos Políticos – Perus, responsável pelo acompanhamento do processo de abertura da Vala de Perus e identificação dos corpos ali encontrados. O ponto que auxiliou nossa pesquisa foi o depoimento de funcionários indicando que os corpos da Vala de Perus provenientes de exumações realizadas nas quadras 1 e 2 iam ser cremados. A intenção de cremar indigentes “depositados” em Perus não foi motivo de surpresa dada a existência de uma planta desse cemitério com lugar garantido para um crematório. É possível inferir que esse propósito alimentou o plano inicial de colocar os fornos em Perus. O texto da Ação aponta que devido a problemas com a legislação e até com a empresa fabricante dos fornos, o crematório acabou sendo implantado em Vila Alpina.

Esse capítulo, apesar de ausência de documentação para esclarecimentos, mostrou-nos que o planejamento da cremação sempre relacionado à solução do problema da falta de espaço para ampliação ou abertura de cemitérios, sempre relacionado à questão da modernização, foi influenciado pela existência do governo ditatorial no país.

Acreditamos que não só esse ponto merece ser esclarecido por ser relevante à história do país, mas também o acompanhamento da adoção da prática da cremação merece ser estudado por promover reflexões sobre as alterações das concepções de corpo e morte ao longo do tempo, sobre o valor de uma vida e sobre as maneiras de se preservar a memória de uma pessoa.

Certamente há muito para se pesquisar no tema cremação. Afirmamos isso principalmente porque lemos sobre o aumento de sua procura no país após o ano 2000. Até meados dos anos 90, a cremação não foi muito requisitada. O jornal de bairro *Folha de Vila Prudente* apresentou aos seus leitores, em 1994, informação de que a contratação do serviço de cremação, na ocasião, era mínima perante os óbitos registrados. Dizia que a autarquia tinha como objetivo divulgar as vantagens da prática: o fator simbólico de disposição das cinzas, higiene e o aspecto financeiro (preço mais acessível do que o sepultamento). Com isso desejava atenuar o problema da falta de conhecimento da população e estimular a escolha pelo processo crematório.

A partir de 2000, foram veiculadas notícias que mostraram adesão aos fornos.

Em 2008, a *Folha de S. Paulo* trouxe um texto²⁶², com números fornecidos pelo SFMSP, sinalizando o aumento de cremações realizadas no município: em 1995, foram 2837 e em 2007, 5286 cremações. Com intenção de mostrar que o fenômeno não ocorria somente na cidade de São Paulo, a reportagem destacou o aumento do número de crematórios no Brasil: em 1997, havia três e em 2007, 23 espalhados pelo território nacional.

Dentre os motivos apurados pelo jornal para explicar o fato não foram citados os mais conhecidos (higiene e preço acessível), mas sim um elemento cultural: os especialistas procurados defenderam que a cremação estava sendo mais aceita porque

²⁶² 24/02/2008, *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, p.8. Procura por serviço de cremação aumenta no país. No Crematório de Vila Alpina (SP), maior do país, demanda quase dobrou em 10 anos.

em geral os brasileiros estavam começando a sentir e pensar que o ato de reduzir o corpo a cinzas não significava o apagamento das lembranças do ente querido.²⁶³

Outro elemento que aponta a adesão social à cremação e contribui para considerarmos o tema intrigante diz respeito à participação de empresas privadas nesse mercado. No estado de São Paulo, depois da abertura do crematório municipal de Vila Alpina, ocorreram as inaugurações de dois crematórios particulares: o Crematório do Memorial Necrópole Ecumênica, de Santos, em 1999²⁶⁴ e o Crematório Primavera, de Guarulhos, em 2004, indicando que foi próximo a virada do século, quase trinta anos após a abertura do primeiro crematório, que a prática passou a ser mais aceita e que a população começou a considerar duas opções para o destino do corpo morto.²⁶⁵

Desse modo, finalizamos a presente dissertação sinalizando a riqueza da temática estudada.

²⁶³ Na ocasião da inauguração do crematório de Santos, o empresário Pepe Altstut conheceu crematórios de diversos países. "Seria bom dizer que a gente está criando uma nova cultura, mas na verdade ela já existe", disse. (www.online.unisanta.br. Jornal laboratório da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade Santa Cecília – UNISANTA. Inauguração do primeiro crematório particular do país. (17/04 a 23/04 de 1999). Acesso em janeiro de 2009.)

²⁶⁴ O crematório - recebeu investimentos de US\$ 2 milhões e está instalado em uma área de 400 metros quadrados, junto ao cemitério. Conta com uma instalação denominada sala de despedida, com capacidade de 200 pessoas, providenciada especialmente para as famílias que optarem pelo método. O crematório de Santos atende a todas as faixas de renda, com o valor do serviço, podendo ser dividido em até 24 parcelas. As urnas são artísticas, esculpidas pelo escultor espanhol Luiz Garcia Jorge. (www.online.unisanta.br. Jornal laboratório da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade Santa Cecília – UNISANTA. Inauguração do primeiro crematório particular do país. (17/04 a 23/04 de 1999). Acesso em janeiro de 2009.)

²⁶⁵ A apresentação (e aprovação) de novos projetos de lei²⁶⁵ abordando a cremação reforça a ocorrência da incorporação da prática no cotidiano não só da cidade, como do país, e apontam, inclusive, que as autoridades políticas reconhecem lacunas na normatização da mesma. ²⁶⁵ Por exemplo, o PL 859/99 do deputado Henrique Fontana, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, com a defesa da conservação de amostra de DNA antes da cremação de cadáveres e a lei do município de São Paulo, N ° 15452 de 2011 com a proposta do Programa permanente de esclarecimentos e incentivo à cremação no qual se pede a produção de uma cartilha destinada à distribuição gratuita incentivando os paulistanos a optarem pela cremação em substituição ao sepultamento.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

a. escritas

Jornal *O Estado de S. Paulo*

Jornal *Folha de S. Paulo*

Jornal *O São Paulo* (edições de 1963 e 1964)

Projeto de lei N° 718 de 1957

Projeto de lei N° 2887 de 1965

Projeto de lei N° 11 de 1967

Projeto de lei N° 978 de 1968

Projeto de lei N° 859 de 1999

Lei N° 15452 de 2011

Ação Civil Pública N°2009.61.00.025168-2

Atas da Câmara Municipal de São Paulo (1964 a 1967)

b.imagéticas

Propagandas de cemitérios (Cemitério do Morumby e Cemitério Gethsêmani) veiculadas nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

2. Bibliografia

a.Livros

AQUINO, M. A. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968 – 1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: *O Estado de São Paulo* e o *Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

- ARIÉS, P. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BOWKER, J. *Os sentidos da morte*. São Paulo: Paulus, 1995.
- BROMBERG, M. H. P. F. *et alli. Vida e morte: laço de existência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- BRUNEAU, T. *Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário*. São Paulo: Ed. Loyola, 1979.
- BURKE, P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- _____. *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CRESPO, J. *A história do corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- ELIAS, N. *Solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 1ª edição.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FIORIN, J.L. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FONTANELLA, F. C. *O corpo no limiar da subjetividade*. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 1995.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.
- HOBBSAWM, E. “Religião e a ascensão do socialismo”. In: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LE BRETON, D. *Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade*. Tradução de Marina Spennzeller. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- LE GOFF, J. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MACIEL, L. A. *et alli. Outras histórias, memórias e linguagens*. São Paulo: Olho Dagua, 2006.
- MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.
- MAINWARING, S. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- MATOS, M. I. S. de *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: EDUSC, 2005.
- MORIN, E. *O Homem e a Morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- NOVAES, A.(org.) *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ORTEGA, F. *Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010
- PAGOTO, A. A. *Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)* São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- PRANDI, R. *A religião do planeta global*. In: ORO, A. P; STEIL, C.A. (orgs). *Globalização e religião*. Petropolis: Vozes, 1997
- PORTER, R. “História do corpo”. In: BURKE, Peter (org) *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- PROST, A. *Doze lições de História*. São Paulo: Autêntica, 2009.
- RODRIGUES, J. C. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- _____. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- _____. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- SANTAELLA, L. *Corpo e comunicação: sintoma da cultura*. São Paulo: Paulus, 2004.
- SANT’ANNA. D. B. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- _____. *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada – O caso de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- _____. *A urbanização desigual*. São Paulo: EDUSP, 2010
- SERBIN, K. P. *Diálogos na Sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura militar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SMITH, A.M. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SOUZA, N. (org). *Catolicismo em São Paulo – 450 anos de presença da Igreja católica em São Paulo 1554-2004*. São Paulo: Paulinas, 2004.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores,

VIEIRA, M.P.A. et alli. *A pesquisa histórica*. São Paulo: Atica, 1989.

b.Teses

GOMES, E.S. *O catolicismo nas tramas do poder: a estadualização diocesana na Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: PUC - SP, Tese de doutorado, 2012.

SANTOS, A.R. *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. Goiânia: UFG, Tese de doutorado, 2011.

c.Dissertações

AMIR, A. *Da dramatização ao silêncio social: as dimensões culturais da morte em Ribeirão Preto*. São Paulo: PUC, Dissertação de mestrado, 2000.

ARAÚJO, T. N. *Túmulos Celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889 – 1930)*. Porto Alegre: PUC - RS, Dissertação de Mestrado, 2006.

CAMARGO, L. S. *Sepultamentos na cidade de São Paulo: 1800/1858*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 1995.

CAMPOS, A.P.S. *Avaliação do potencial de poluição no solo e nas águas subterrâneas decorrente da atividade cemiterial*. São Paulo: USP – FSP, Dissertação de Mestrado, 2007.

FLORES, A.P.M. *Descanse em paz: testamentos e cemitérios extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*. Porto Alegre: PUC-RS, Dissertação de Mestrado, 2006.

PIRES, E.M. *Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do grupo Folha (1978-2004)*. São Paulo: PUC-SP, Dissertação de Mestrado, 2008.

SANTOS, G. T. *A Morte, a Cultura e o Ocidente: um estudo intersemiótico*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 1996.

- SCHWYZER, I. *Cremação e Cemitério Higiênico: olhar dos formados de Medicina sobre os cadáveres (1882-1906)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2001.
- SILVA, E. A. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 2005.
- SILVEIRA FILHO, D. G. *A vida após morte: uma análise das escatologias católico-romana e protestante-reformada e suas possíveis influências no *modus vivendi* dos cristãos*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Dissertação de Mestrado, 2008
- TIMPANARO, M. *A morte como memória: Imigrantes no cemitério da Consolação e do Brás*. São Paulo: USP-FFLCH, Dissertação de Mestrado, 2006.
- VIEIRA, Pe. L. C. *Caminhos de inculturação do ritual de exéquias no contexto atual da morte*. São Paulo: Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, Dissertação de mestrado, 2007.

d.Artigos

- ANELLI, R. L. S. *Urbanização em Rede: os Corredores de Atividades Múltiplas do PUB e os Projetos de Reurbanização da EMURB em São Paulo (1972-82)*. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v.10, n.1. 2012.
- BELLE, Marie-Charlotte. *Processos de megapolização – São Paulo e Mumbai* In: Estudos Avançados 23 (66), 2009.
- BÓGUS, L. M. M., VÉRAS, M. P. B. *A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização*. In: Cadernos Metrôpole, n.3, p.81-98.
- CUNHA, J. M. P. *Redistribuição espacial da população - tendências e trajetória*. In: São Paulo em Perspectiva, 17(3-4): 218-233, 2003.
- CRUZ, H.F. e PEIXOTO, M.R.C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. In: Projeto História, São Paulo, n.35. p.253-270, dez. 2007.
- FREITAG-ROUNET, B. *A cidade brasileira como espaço cultural*. In: Tempo Social, Rev. Sociol. USP,S. Paulo, 12(1); p.29-46, maio de 2000.
- GRONSTEIN, M. D. *Metrôpole e expansão urbana – a persistência de processos insustentáveis*. In: São Paulo em Perspectiva, 15(1) 2001, p.13-19.

PIRES, E. M. *Imprensa, ditadura e democracia: a constituição da autoimagem dos jornais do grupo Folha (1978-2004)*. In: Projeto História, São Paulo, nº35, dezembro de 2007, p.305-314.

SANTOS, A. L. *Religião e Globalização: Transformações contemporâneas no campo religioso brasileiro*. In: I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR 2009. Grupo de trabalho 8 Cultura e Sociabilidades.

SILVA, A. M. *Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional*. In: Cadernos Cedes, ano XIX, nº48, agosto/99.

SOUZA, N. *Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II*. In: Revista de Teologia e Cultura. Edição nº 02, out/nov/dez/ 2005.

e.Artigos divulgados na internet

AVELINO, Y. D.; MORENO, T. M. A sacralização e a higienização da morte. Disponível em: < www.misp.pucsp.br. > Acesso em: 20 jun. 2010.

MORENO, T. M. O sagrado e o profano: O cemitério na cidade de São Paulo. Disponível em: < www.misp.pucsp.br. > Acesso em: 20 jun. 2010.